

AUDIÊNCIA PÚBLICA
11/03/2015 - TARDE

**Crise Hídrica no Estado do Rio de Janeiro:
Impacto e Medidas de Enfrentamento**

PROCURADOR EDUARDO: Senhoras e Senhores muito boa tarde, eu os convido a tomar os seus lugares na plateia, dando continuidade à audiência pública a gente vai chamar aqueles que vão compor esta mesa e que vai se discutir as medidas adotadas em âmbito federal. Pela ordem, o representante da ANA o senhor Vicente Guillo. O secretário de recursos hídricos e representante do conselho nacional de recursos hídricos o senhor Ney Maranhão. Pela NOS o senhor Vinicius Rocha. Convido o colega do ministério público federal aqui representando o senhor procurador geral da república Ubiratã Cazetta. Irá compor a mesa ainda senhora e senhores o senhor Danilo Vieira, representando o CEVAP mas que ainda não conseguiu se deslocar do aeroporto para cá, está a caminho segundo informações. Apenas para adiantar alguns aspectos administrativos a gente vai agir como foi feito no primeiro debate oportunizando para cada palestrante, a gente pensou em quinze minutos não é? porque nós já estamos atrasados em uma hora, ver se a gente otimiza. E depois abrindo para a participação dos senhores de forma oral ou por escrito, basta encaminharem aqui para a pessoa que está atendendo. Estou só aguardando o colega Sérgio para a gente começar a fazer as apresentações. Senhoras e senhores, como já devem ter tido oportunidade de conhecer e de saber eu atuo na região do norte fluminense sou procurador da república em campos de Goitacazes que abrange mais sete municípios, estou dizendo isso porque a gente viveu, né, alguma experiência nessa questão das águas e aqui está o Murilo que trabalha na quarta câmara de coordenação e revisão do ministério público federal e desde 2003 quando houve o acidente ambiental de Quataguases que a gente, que a quarta câmara em especial vem lidando com essa questão, o incidente de Quataguases ele precisa ser sempre lembrado na medida em que ele demonstrou a necessidade de ser fazer aquilo que esta audiência busca e aquilo que é objeto da recomendação expedida pelos colegas capitaneado pelo colega Sérgio, que é exatamente a inexistência de um plano de contingenciamento, naquele momento em Quataguases o que é que nós percebemos? Foi que poder público e sociedade civil assistiu inerte, passiva, o desenrolar do acidente. Não havia nada que pudéssemos fazer, simplesmente porque não havia nenhum plano, né, e apenas para lembrar quem esteve lá envolvido diretamente com o problema, até hoje a gente ainda está tentando esvaziar as barragens para evitar um novo acidente, conseguiu esvaziar uma e ainda tem uma segunda. E aquilo decorre de uma absoluta negligência das empresas envolvidas a época. Na verdade se me perguntassem qual é a causa de um acidente que causou tantos estragos, eu diria negligência em manutenção. Porque não se adotou medidas básicas como limpeza de canaleta, o que houve ali foi um “pipe” que é um fenômeno que não foi controlado. Então por negligência, nós vimos, aconteceu um acidente que deixou o município de campos e mais várias cidades sem água por onze dias. E a partir disso eu posso lhes dizer qual seria a experiência catastrófica, porque onze dias sem água, significou na região, o caos. Talvez vocês não consigam imaginar cada vez que abrem as torneiras das suas casas o que pode significar permanecer onze dias sem água, que foi o que aconteceu lá. Primeiro porque proliferou a abertura de poços artesianos sem nenhum controle do poder público, até porque as pessoas movidas pela necessidade não vão esperar que o poder público as autorize. Proliferou a indústria do que se chama ai de água engarrafada, que vocês conhecem por água mineral, né, então proliferou, o que eu quero dizer é que as pessoas buscam alternativas em situações de emergência e no caos elas vão agir essa forma, então esse acidente ensinou, ao menos para nós do ministério público federal e quero crer que para outros setores, que nós precisamos de um plano de contingenciamento para enfrentar isto. E neste contexto, eu quero lembrar os senhores que a nossa crença firme de que há medidas de curto, médio e longo prazo, no médio e longo prazo nós acreditamos que uma das soluções para combater o que a gente chama de viés da abundância, dessa forma como nós lidamos com a água é a educação infanto-juvenil, não há outra forma de mudar o nosso modo de pensar e de lidar com os recursos hídricos, é necessário que a gente repense os nossos programas

educacionais para que a gente consiga quebrar essa corrente de socialização que faz com que nós brasileiros sejamos educados sobre a crença de que a água está sobrando. Nós não vamos conseguir enquanto adultos muda, simplesmente nossas práticas porque é muito difícil, porque essas coisas estão arraigadas e fazem parte de um sistema de crenças que está arraigado, então acreditamos que no primeiro momento é necessário discutir num longo prazo ou num médio prazo essa reeducação de crianças e adolescentes. Esse é um ponto, mas nesse momento estamos em crise, né, e uma das coisas que nos deixam satisfeitos é ver que hoje, que desde a abertura já não tem mais ninguém, nem poder público, nem a academia negando a crise, negando que há... Cada qual com seu discurso, cada qual com as suas acomodações institucionais e nós estamos aqui até para construir essa acomodação realmente, para construir esse consenso, mas a gente percebe com satisfação que já há um reconhecimento porque a população, seja o setor industrial, o agro negócio e as pessoas em casa, elas não vão tomar nenhuma medida se as autoridades, e o poder público, se a *intelligentsia* se os formadores de opinião não reconhecerem perante ela que há um problema. Enquanto a gente não age com transparência as pessoas não vão tomar uma atitude, e também uma forma de nós não penalizarmos somente a dona de casa, né, é preciso que os vários setores, que o setor energético, que o agro negócio que a indústria, que cada qual contribua e venha discutir qual é a parcela que está disposto a ceder ou adotar nesse processo de recuperação. Então neste contexto a gente propôs no ano passado uma ação civil pública, tá? E a ação civil pública, por entender o juiz como é que já foi dito, que havia um conflito federativo, pelo menos virtual entre os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, ele enviou a ação para o STF que foi distribuída ao ministro Luiz Fux, o Luiz Fux convocou então uma reunião e a partir daí, a partir dessa CPE em que nós pedimos entre outras coisas a transposição lá de Jaguari para Tibainha, não fosse feita sem que antes houvessem estudos de impactos ambientais, né, onde a gente também requeria que o governo, que o STF, que o judiciário decretasse estado de calamidade hídrica, não como uma forma de reconhecer negligência, mas como uma forma de chamar a sociedade a discutir a questão. Então nesse momento a ação está tramitando no STF e no STF eu perco atribuição porque a atribuição no STF é atualmente do Rodrigo Janot que é o PGE procurador geral da república. Lá na PGE quem está encarregado dessa ação nesse momento, que está conduzindo os acordos é o colega Ubiratan Cazetta, aqui nesse momento antes de passar a palavra aos senhores, eu vou passar a palavra ao colega Ubiratan para que ele possa contextualiza-los quanto ao momento em que se está vivendo no âmbito do STF quanto a essa ação. Convido então o senhor Danilo Vieira representante do CEVAP para compor a mesa conosco.

UBIRATAN CAZETTA: uma boa tarde a todos, primeiro agradecer aos colegas a oportunidade de estar aqui, como o Eduardo já antecipou, eu hoje assessoro o procurador geral da república nos casos que envolvam competência originária do supremo tribunal federal com atuação do gabinete do procurador geral nas questões de tutela coletiva e uma das ações que tramita pelo gabinete e na qual eu faço esse papel de assessorar o procurador geral da república é exatamente as duas ações cíveis originais que chegaram ao supremo em decorrência de terem sido propostas originariamente aqui em campos. Essas ações, ambas que foram distribuídas ao ministro Luiz Fux, que fez um primeiro chamamento, antes de qualquer despacho com a presença naquele momento dos governadores dos três estados, da ministra do meio ambiente, do procurador geral da república, dos advogados lá da união, presidente do IBAMA, da ANA, enfim de todas as entidades que fazem parte de uma ou das duas ações, para verificar a possibilidade de um acordo ao invés de dar uma tramitação normal a ação cível originária, tentar uma composição. O primeiro quadro era um quadro de extinção da ação, que acabou avançando

para uma suspensão da ação, então em novembro anunciou-se um acordo mas que na realidade era um acordo de tentar-se um acordo. O que se definiu ali é que as partes, os estados e o governo federal sentariam a mesa para definir se havia condições de chegar numa solução consensual em relação, especificamente a questão da transposição em si, mas um pouco além da transposição que é a questão da gestão do Paraíba do Sul que atinge diretamente os três estados. Então parece claro que existe um conflito federativo não apenas virtual, mas um conflito federativo efetivo e que esse conflito federativo então vai ser composto ou que buscase composição a partir da conversa entre os três estados e a união. Uma das fases desse acordo foi praticamente encerrada ontem, eu digo praticamente encerrada porque ela ainda não está totalmente fechada exatamente porque ela será ainda submetida a uma discussão pública, deixando claro de que não se fará uma decisão sem que isso seja tornado público, essa é uma posição clara dos estados, do Vicente também, muito forte, no sentido de que, o que foi acertado ontem, tecnicamente em relação a gestão do Paraíba do Sul, a forma como se vai definir as vazões e diversas outras ações operacionais e técnicas em que foram fechadas ontem, ontem se fez um consenso entre os três estados e os órgãos da união envolvidos em relação a esta parte operacional da bacia. Esse primeiro esforço que eu queria destacar, já foi destacado hoje, mas eu queria novamente destacar a importância disso, acho que não é um esforço pequeno, é uma experiência altamente exitosa, com todas as dores possíveis de se compor esse acordo de se chegar numa composição, mas é um novo modelo, é um novo momento de gestão de recursos hídricos, de gestão de uma bacia, gestão de um rio, espantando nesse caso concreto ou imediatamente essa questão da dominialidade que nos preocupa e que precisa ser enfrentada em outro momento, então é muito importante deixar claro a relevância desse acordo que se fechou tecnicamente ontem, que será submetido a CEVAP para depois se transformar numa resolução porque entre outras coisas permitiu abertura de dados que não eram até esse momento muito claros e conhecido por todos, enfim, todo mundo agora conhece bem os usos ou tem acesso aos dados do Paraíba do Sul de uma maneira, de um trabalho colaborativo extremamente importante. Agora, do ponto de vista processual, não bastava apenas este acordo que eu vou chamar aqui para facilitar a separação, operacional em relação ao Paraíba do Sul que foi conduzido pela ANA, que os estados fecharam ontem que ainda vai ser submetido a um conhecimento público, a uma discussão mais clara. Nós precisamos também definir outros aspectos, que são aspectos práticos da.... Objeto da ação, um deles é a quem vai competir o licenciamento da transposição que São Paulo pretende fazer, uma transposição do Jaguari para abastecer o sistema Cantareira, isso ainda não está fechado, exatamente por não estar fechado esse aspecto, porque hoje esse licenciamento é tocado no âmbito estadual, São Paulo faz a outorga e São Paulo faz também o licenciamento estadual desta obra, e não é esse o entendimento que consta da ação civil proposta pelo Eduardo, não é esse o entendimento do procurador geral da república e então estamos hoje como pendência para discussão do acordo nas ações civis originárias a definição sobre a competência de licenciamento em que há ainda uma falta de consenso porque, procuradoria geral da república, estado do Rio de Janeiro e o estado de Minas insistem no licenciamento federal e o estado de São Paulo permanece com essa questão. Não há um acordo, não quer dizer que haja impossibilidade de chegar a ele, deixar bem claro, está sendo construído, era necessário que houvesse o acordo operacional em relação ao rio Paraíba do Sul para que nós pudéssemos avançar em relação aos outros detalhes, então o que se pretende construir nesse acordo das ações civis originárias, é uma forma de evitar que a ação continue a correr com resultado impossível de saber e uma solução a perder de vista trocando esta decisão do futuro por uma solução consensual que vai amarrar tanto a atuação operacional fechada ontem tecnicamente, quanto os detalhes que envolvem o licenciamento e outros detalhes que estão sendo objetos de discussão. O mais importante disso tudo me parece

que é, vou destacar, a viabilidade e a necessidade desse diálogo constante entre os três estados e os âmbitos da união, não é possível no momento, que é um momento de crise, num momento de crise isso é mais claro ainda, como é o momento em que nós vivemos agora, em que todas as soluções são soluções parciais, elas são soluções pensadas imediatamente para passar esse momento de crise ou para vivenciar esse momento de crise com o menor dano possível, mas para criar esse espaço que o Ney destacou muito bem de manhã que é o de aproveitar esse momento de crise para pensar o futuro de uma forma mais sustentável e mais completa. E aí eu acho que esse é o ponto central dos acordos que vem sendo construídos e do âmbito de negociação que se construiu a partir do gabinete do procurador geral da república da atuação dos diversos colegas do estado do Rio de Janeiro, dos diversos colegas do estado de São Paulo, que estão debatendo isso e na conversa franca, absolutamente franca que vem sendo travada tanto com os órgãos federais quanto com os estados e quando eu digo franca eu quero deixar claro o que isso significa, uma abertura de propósito muito objetiva sem vaidades, sem buscas de favorecer “A”, “B” ou “C” mas falando com absoluta honestidade o que cada um pensa em relação a esse.... as soluções possíveis e ouvindo as críticas e as propostas que foram colocadas. Eu acho que esse espaço, essa negociação, e essa abertura para o diálogo que a crise hídrica já provocou como um primeiro resultado efetivo, e que espero, a partir desse acordo nas ações cíveis originárias que se pretende fechar até o dia 27 de março, não se encerrem nas ações, acho que isso é um ponto importante, que esse seja apenas um primeiro passo de uma, não propriamente de uma gestão compartilhada, que não é disso que se trata, mas de um fórum de diálogo em que nós não estejamos presos a judicialização ou presos aquela nem sempre produtiva troca de ofícios e troca de informações e que nós tenhamos capacidade de estar tanto em ambientes públicos como esse, com a participação da sociedade, quanto em reuniões técnicas, dispostos a ouvir a criticar, a ser criticados e a partir disso buscar uma solução possível, então do ponto de vista objetivo, nós temos até dia 27 de março desse ano agora, para apresentar ao ministro Luiz Fuchs uma petição que contemplará, não apenas os aspectos de acordo operacional do Paraíba do Sul, mas também definições sobre licenciamento ambiental da obra, especificamente da transposição do Jaguari como também outros detalhes que sejam importante para os três estados melos, e para a união e para o ministério público federal na transmissão clara a sociedade de quais são as medidas imediatas em relação a crise hídrica mais deixando claro que o escopo da ação e o escopo do acordo não encerra toda a atuação de todos os órgãos envolvidos. Muito obrigado.

PROCURADOR EDUARDO: senhoras e senhores, atendendo a uma sugestão dos próprios componentes da mesa, a gente estabeleceu essa ordem, que essa ordem repita obedecendo a sugestão da própria mesa, então eu vou convidar para falar primeiro o senhor Vinícius Rocha, que é representante da ONS, o senhor tem inicialmente quinze minutos.

VINICIUS ROCHA: boa tarde, nós trouxemos aqui o histórico dessa crise vivenciada não só pelo setor elétrico, mas por todos os usuários da água, pelos órgãos gestores, que se iniciou em 2014 e perdura até agora. Bom, primeiro a maioria das pessoas aqui conhece mas eu acho que é sempre bom voltar essa figura que mostra a estrutura, a capacidade, os reservatórios existentes na bacia para segurar a disponibilidade hídrica para os diversos usos na bacia. Com capacidade de regularização são quatro os reservatórios, reservatório de Paraibuna, localizado em São Paulo, que tem um volume útil, ou seja, volume útil que eu vou me referir aqui é sempre sobre o ponto de vista da energia elétrica de um nível mínimo operativo até um máximo operativo. Ele é importante também, porque em determinadas usinas, abaixo desse volume útil não tenho nem condição de liberar água para os jusantes como é o caso do reservatório de três Marias em Minas, não é o caso aqui de Paraibuna que ainda consegue liberar água a baixo desse nível por

gravidade. Mas esses são os volumes uteis operativos normais que são sempre utilizados né, então são 2636 hectômetros cúbicos, é o maior reservatório com capacidade de regularização na bacia. Depois temos ainda na sequencia as jusantes de Paraibuna, Santa Branca, que tem um volume bem menor, 307 hectômetros cúbicos, depois temos no rio afluente, Rio Jaguari, que foi citado aqui pelo doutor Ubiratan com 792 hectômetros cúbicos e por último, o reservatório de funil, todos esses três aqui localizados no estado de São Paulo, e por último, com capacidade de regularização, reservatório de Funil, situado já pouco depois da divisa com São Paulo, com 602 hectômetros cúbicos. Então esses quatro reservatórios promovem a regularização das vazões do rio paraíba do sul, que tem um ponto bastante sensível que é na usina elevatória de Santa Cecília, onde há transposição para o rio Guandu, então nesse ponto existe uma liberação de água para o trecho a jusante do rio paraíba do sul e o trecho, uma sequência aqui que a gente denomina de complexo Lajes, são dois reservatórios e algumas usinas, mas que no final as jusantes... libera água para o rio guandu. Queria aproveitar essa figura para mostrar também qual era a regulamentação existente antes dessa crise, a referência básica era a resolução ANA nº 211 de 2003, foi decorrente da crise de 2003 que define vazões mínimas pra Paraibuna de trinta metros cúbicos, Santa Branca quarenta metros cúbicos, Jaguari dez metros cúbicos por segundo, Funil oitenta, e aí o ponto mais sensível dessa resolução, é aqui exatamente em Santa Cecília. Você tem que ter uma vazão afluente, ou seja, esses reservatórios tem que prover cento e noventa metros cúbicos por segundo no mínimo para que seja possível liberar setenta e um metros cúbicos por segundo por trecho a jusante do rio paraíba do sul, e cento e dezenove bombeados, transpostos, para o trecho do rio guandu. Mais uma informação aqui nesse slide, o doutor Hermes citou isso hoje de manhã, a importância do paraíba do sul para a geração de energia elétrica né? Em termos de armazenamento, esses reservatórios do paraíba do sul representam apenas 2,6% do armazenamento de todo o sistema interligado nacional. Em relação a região sudeste - centro oeste que é o subsistema específico do SIM representa 3,6 isso em termos de armazenamento, em termos de afluência, aquela afluência que vai prover energia para o sistema, 1,8% do sistema interligado nacional e 3,1% para o sudeste. Ou seja, como já foi colocado aqui, não é uma bacia que tem um impacto significativo para geração de energia elétrica e não só nesse momento, mas já de longa data, a produção de energia elétrica é consequência do destino definido da água para os seus múltiplos usos, então definido que deve haver uma transposição de "X" metros cúbicos por segundo, vai ser feito através de um sistema do setor elétrico que promove esse bombeamento e leva essa água para o guandu. Então em todos esses atendimentos e vazões mínimas são obtidas a partir de uma geração, ou seja, não há um conflito, até o momento em que você chega no mínimo operativo, não há conflito entre a geração de energia elétrica e o atendimento dos outros usos porque essas defluências são definidas para atender o uso múltiplo e são obtidas a partir da geração. Próximo, por favor. Bom, chegamos então na situação de 2014, já foi bastante falada mas eu queria mostrar alguns números aqui em janeiro de 2014 nós tivemos o segundo pior janeiro do histórico e MLT médio de longo termo, então é a média em relação ao histórico, então em janeiro tivemos 42% da média que normalmente acontece em janeiro. Dos 84 anos de histórico que nós temos, temos o histórico desde 31 até hoje, em 14, nós tínhamos 84 anos e foi uma sequência de meses ruins, fevereiro nós chegamos a ter o pior do histórico com 22% da MLT, foi aí nesse momento que houve uma articulação entre a Agencia Nacional de Aguas e ONS para que fosse definido ou pelo menos estudado condições operativas excepcionais diferente daquelas previstas na resolução 211 que é a resolução 211, ela trata de vazões mínimas para você ter ali de 190 que é a vazão afluente de santa Cecília, mas trata também de condições normais, que seria a 250 então nós já tínhamos a cobertura da resolução 211 para que a gente chegasse até os 190 mas com esse primeiro bimestre de 2014 bastante crítico, começamos a discutir com a agencia nacional de

águas uma possível flexibilização daqueles valores estabelecidos na resolução 211. E aí a sequência do ano, o período úmido onde você ainda tem alguma condição de ter pressuposição que é março, abril ele permaneceu como bastante desfavorável e aí o período seco foi uma consequência do período úmido desfavorado. O período seco dificilmente teria alguma reversão. O ano de 2014, então ao final do ano pode ser caracterizado como o pior do histórico com 43% da média histórica em relação a média histórica. Isso aqui é um gráfico que já foi mostrado pelo professor Cannedo, está atualizado até hoje, 9,6% de armazenamento quase dez, certamente vai passar de dez, teve chuvas agora nesse final de semana que já estão repercutindo em Paraibuna em Jaguari, estão elevando esse percentual e esse gráfico mostra a evolução do armazenamento ao longo de todo esse período, a crise nos anos de 2002 e 2003, está mostrada aqui e essa crise desse ano agora, o que a gente quer agora dar um zoom é nesse ano de 2014, quais foram as medidas tomadas para que a gente flexibilizasse os limites estabelecidos na resolução nº211 e tivesse um melhor gerenciamento dessa crise. Ainda um zoom em 2015, de janeiro até hoje, mostrando a situação bem atualizada, em janeiro foi bastante crítico, ainda, quer dizer, em 2014 a criticidade hidrológica, a crise hidrológica de 2014 adentrou 2015 no mês de janeiro, foi.... Nós tivemos uma afluência bastante baixa, em termos de precipitação foi 44% da média histórica de precipitação desse mês. Fevereiro, tivemos uma precipitação mais razoável mas ainda abaixo da média, digamos 80% da média histórica de precipitação desse mês, na bacia do rio Paraíba do Sul, e estamos iniciando março com alguma melhoria também. Esse gráfico mostra, aqui também é importante, o ponto em que nós chegamos no final de janeiro, início de fevereiro, onde a gente praticamente atingiu o armazenamento nulo, naqueles quatro reservatório que eu mostrei, no aspecto de volume útil operativo. Em termos globais, dos quatro reservatórios nós não atingimos o "0" mas em dois reservatórios, de Paraibuna e de Santa Branca, nós ultrapassamos o limite mínimo operativo, passamos a operar no volume morto desses reservatórios, isso foi discutido como eu vou mostrar mais adiante, em ações junto a ANA e junto aos agentes operadores, entre o mês de novembro e dezembro do ano passado que já havia essa perspectiva de uso do volume morto para garantir o atendimento do abastecimento das cidades, então isso aconteceu por obra da chuva que aconteceu em fevereiro foi possível essa recuperação, apesar de estar ainda muito baixa, estamos a baixo desse nível de 10% que é bastante conhecido, mas foi uma evolução muito boa para o mês de fevereiro. A só um destaque aqui para mostrar a criticidade da situação, em 2014, nós estávamos nessa data, na zero hora de ontem né, vinte e quatro horas do dia nove, com 42,1% ou seja, uma distância muito grande do momento em que a gente estava, isso só reforça o fato de ter melhorado em fevereiro, não indica que a gente esteja numa situação confortável, porque no ano passado que a gente teve um período crítico bastante.... É difícil para vencer, mas estava com um armazenamento muito superior a esse. As ações de 2014 a 2015 eu vou relatar de uma forma rápida, como eu falei em fevereiro começaram as tratativas entre a ANA e a ONS, em março a ONS encaminhou um estudo e eu olhava, e identificava a necessidade da flexibilização daquela vazão em Santa Cecília, para garantir até o final do período seco do ano que passou e em abril, a gente conseguiu chegar a um valor de 173 metros cúbicos por segundo, nas simulações feitas, seria um valor que daria um conforto maior naquele momento, como se estava enxergando para que.... Se atingisse 10% o objetivo naquela época ainda era da gente terminar o ano, ou pelo menos o período seco, de novembro com 10% aí só uma colocação agora, que o professor Cannedo falou de manhã da questão da previsibilidade, realmente seria muito bom que a gente dispusesse dessa previsibilidade principalmente para essa região sudeste do país, onde está inserida a bacia do rio Paraíba do Sul. Mas na verdade, a gente acompanha reuniões semanais, o doutor Vicente acompanha a gente, não só para a questão do abastecimento, mas para a questão energética também, a gente tem conseguido a duras penas

uma previsibilidade de quinze dias. Dez, quinze, com alguma fé, no que está sendo dito, mas realmente essa região do nosso país se fosse a região sul ou a região nordeste, você tem um horizonte um pouco maior de previsibilidade, mais especificamente para a região sudeste, região do Cantareira, região do paraíba do sul, região das bacias do rio grande, região das bacias do rio Paranaíba, nós temos um horizonte de previsão ainda bastante precários. E aí uma série de ações tem sido tomadas, queria destacar essa aqui do dia 24 de abril, onde foi realizada a primeira reunião do grupo de trabalho, primeira neste ano né, nessa situação, do grupo de trabalho de acompanhamento a operação hidráulica do CEVAP que é um órgão importantíssimo dentro desse negócio que foi tomado no ano passado de decisões, tomada de decisão, implementação de medidas, mitigatório, medidas de redução da vazão mínima, no sentido de dar suporte a agência nacional de águas na edição de resoluções que flexibilizaram essa vazão que sem o que nós não estaríamos com esse armazenamento que estamos hoje. Então eu destaquei aqui essa primeira reunião, mas hoje a frequência dessa reunião é no mínimo quinzenal mas ela em geral é a cada semana, teremos novamente uma reunião amanhã, onde sempre é discutido a implementação de medidas, a situação de cada usuário, usuário jusante, usuário do próprio paraíba do sul, tanto o trecho a montante quanto o jusante da transposição, os usuários da transposição, todos vão nesse ambiente do grupo de trabalho e dão as informações e isso dá uma segurança muito grande, para todos que estão atuando na gestão da bacia, no sentido que as medidas estão sendo implementadas, estão sendo possíveis, estão sendo absorvidas por todos os usuários existentes. Existe também nesse grupo de trabalho importante, inclusive um compromisso aí, é uma relação que termina tendo uma confiança muito grande de todos os usuários de que caso algum usuário tenha um problema, se uma medida de redução no sentido de propositivo, de reduzir o consumo de água na bacia, se ela causou algum dano inesperado, algum problema inesperado para algum usuário, ela pode ser suspensa a partir de um protocolo de comunicação, para depois ela ser analisada com mais profundidade. E aí conforme foi seguindo o ano, o ONS foi sinalizando situações de necessidade de redução dessa vazão, e essa vazão foi sendo reduzida ao longo do tempo. Então ela foi reduzida primeiro para 173 em maio, depois ela foi reduzida para 165 metros cúbicos por segundo em julho, depois foi reduzida para 160 metros cúbicos por segundo em setembro e agora, ainda no final do ano passado em dezembro ela foi reduzida para 140, então toda essa flexibilização que a ANA autorizou através de resoluções foi implementada, foi utilizada dentro desse ambiente que eu citei, do grupo de trabalho onde tinham discussões, há ainda discussões semanais em torno da implementação. O último passo dentro desse processo de gestão da crise, no próximo slide, aliás antes do último mas eu já citei isso, em novembro do ano passado houve uma solicitação da ANA, como é que queriam as condições operativas dos reservatórios abaixo dos seus níveis mínimos operativos, no sentido de se precaver na entrada do ano de 2015, numa necessidade que efetivamente aconteceu, de usar os volumes mortos dos reservatórios para a garantia do atendimento do abastecimento das cidades, e foi formado a partir de análises feitas pelos agentes um volume morto disponível de 306 hectômetros cúbicos, em uma primeira etapa, e depois em discussão com a ANA, foi acrescentado 263 hectômetros cúbicos, que era um volume que já tinha sido objeto de um acordo por ocasião da discussão sobre a resolução conjunta entre a ANA, o INEA, o IGAN e o DAEE de São Paulo. Então terminamos o ano com essa possibilidade de 569 hectômetros cúbicos a mais além daqueles volumes úteis dos reservatórios para a garantia do abastecimento dos meses seguintes. Vou concluir agora. Então o último passo sim foi esse, em fevereiro nós atualizamos os estudos de simulação, considerando que o ônus de 2015 começou bastante crítico em janeiro, apesar da melhoria em fevereiro, ainda não se caracteriza ainda como um ano favorável, estamos com um bimestre bastante crítico, janeiro e fevereiro, encaminhamos uma proposta para a agência nacional, uma recomendação, uma

proposta de uma redução da vazão mínima de Santa Cecília para 110 metros cúbicos por segundo. Esse é o último passo, esse valor ainda não foi implementado, claro que quanto mais você vai reduzindo a defluência maiores são as dificuldades e no caso o governo do Rio de Janeiro tem atuado no sentido de buscar como seria possível atingir esse valor sem os... Claro, com prejuízos, mas com as menores dores possíveis né, poderia passar o próximo slide por favor, que é o último? Esse estudo foi obtido a partir, esse valor de 110 foi obtido a partir desse estudo em que nós estávamos no início de fevereiro próximos ao valor nulo de armazenamento, e identificamos que se nós tivéssemos uma repetição da série de 2014, a partir de 20% porque esses 20%? Ou seja, 80% da série de 2014, já tinha sido mais crítica, mas porque no período de dezembro até fevereiro, o que a gente efetivamente observou foi 84% da média de 2014, daí essa preocupação, que nós iniciamos o ano de 2015 com uma perspectiva de ter aflúências piores do que aquelas de 2014, então foi feita uma simulação até o final de novembro com essa série, e aí chegamos à conclusão, que com esse volume disponível, que eu citei anteriormente, em torno de 560 hectômetros cúbicos, nós teríamos condições de soltar no máximo 110, qualquer valor acima de 110, para essa condição hidrológica, nós esgotaríamos esse volume morto. O que é que está acontecendo esse ano? Tivemos um fevereiro um pouco melhor, pouco melhor não, bem melhor do que esse cenário de 2014, no entanto, o que só nos dá mais conforto de usar menos o volume morto, mas isso não nos tira ainda nesse tipo de simulação, desse cenário de uso do volume morto que mostra que a gente ainda está em uma situação de crise, dependendo de medidas para redução da vazão. Muito obrigado.

PROCURADOR EDUARDO: então dando sequência na ordem que me foi passada aqui, nós vamos passar a palavra ao senhor Danilo que é o representante do CEVAP.

DANILO: boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar aqui o doutor Eduardo Santos, na pessoa dele cumprimentar os demais componentes dessa mesa, cumprimentar aqui de forma especial o nosso secretário aqui do Rio de Janeiro, de meio ambiente deputado André Correa. Bem, primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui participando dessa audiência pública, é uma oportunidade que temos aqui de externar todas as ações que vem sendo desenvolvidas no âmbito do CEVAP, para buscar e minimizar essa grave crise que estamos enfrentando aqui na bacia. O CEVAP foi criado em 1996, ele é um comitê de bacia federal, que abrange três estados, Minas, Rio e São Paulo, ele é composto aqui por sessenta representantes, dividido entre poder público, federal, estadual e municipal, usuário e sociedade civil, dividido 20, 20, 20 né, na devida proporção, tem no seu âmbito a câmara técnica que busca aqui discutir todos os assuntos referentes aqui a gestão hídrica da bacia, como as normas as moções, e tudo que vem para subsidiar as decisões do comitê. Foi criado recentemente também um grupo de trabalho para acompanhamento permanente de todos os problemas que vem sendo enfrentados aqui na bacia em decorrência dessa grave crise que enfrentamos. Esse grupo de trabalho permanente, ele vem participando de forma muito ativa para buscar aqui soluções para os problemas advindos da escassez, acho que é bom também destacar que o CEVAP vem desenvolvendo aqui trabalhos importantes para a gestão ambiental do Paraíba do Sul, destaco dentre eles aqui os planos principais de saneamento, hoje nós conseguimos aqui, completar 100% da bacia com planos municipais de saneamento, estão todos os municípios hoje inseridos na bacia do Paraíba do Sul tem os seus planos a serem implementados aqui, num futuro breve é o que esperamos, porque quando eu assumi a presidência lá em reuniões com o CEVAP e com a agência também, aqui representada, eu gostaria de cumprimentar de forma também especial o André, que saneamento seria uma palavra de ordem na bacia e saneamento, ele se divide aqui em abastecimento público, disposição adequada de resíduos sólido urbano, em tratamento de esgoto e drenagem de água pluvial. Então eu tenho certeza que se conseguirmos aqui dentro da

bacia implementar todos esses planos municipais de saneamento, teremos uma redução muito grande dos problemas que enfrentamos ai atualmente. E isso vem caminhando ai a passos largos, o que nos deixa ai uma sensação de que as ações vem trazendo resultados ai no âmbito de atuação do comitê. Também gostaria de destacar aqui, dentre as ações desenvolvidas, os programas de educação ambiental, eu sempre gosto de dizer que a educação ambiental é o alicerce, é a base, se tivermos ai as diretrizes e a conscientização de todos os segmentos e todos aqueles inseridos na causa, tenho certeza também que enfrentariamos muito menos problemas, e tudo construído em bases sólidas tende a ser sustentável, a ser perene e se perpetuar. Então eu acho que esse trabalho também é de extrema importância e merece o devido destaque. Estamos desenvolvendo também no âmbito do CEVAP um programa que eu acredito muito nele que é o pagamento por serviços ambientais, esse pagamento por serviços ambientais visa estimular né?

DANILO: por recursos próprios defende o meio ambiente, preserva e contribui para melhoria da qualidade ambiental da bacia e geralmente esse ônus recai sobre aqueles menos favorecidos, porque sobrou para o homem do campo todo o ônus da preservação, e geralmente esse não tem as condições devidas para suportar esse ônus, e nada mais justo do que através desse pagamento por serviços ambientais possibilitarmos ai, retribuir a esses que fazem a sua parte não só a dele mas a de toda a sociedade inserida naquela bacia condições e estímulos necessários para que isso também seja um trabalho permanente e que dê os resultados ai esperados. Nós temos exemplos ai de resultados positivos nesse sentido, Minas Gerais com São Paulo tem um exemplo ali em extrema né que foi um projeto muito bem sucedido, isso tudo foi inspirado num projeto também de nova York que eu acho que é um bem para o mundo inteiro, Nova York enfrentava também um passado bem recente ai, de sérios problemas com água, e através do programa de pagamento com serviços ambientais foi buscando ai a preservação e a conservação de seus mananciais e hoje Nova York tem água não só em quantidade mas em qualidade, a água de Nova York hoje ela não passa nem por tratamento, é uma simples filtragem tamanha é a qualidade dessa água, eu tive a oportunidade ano passado de visitar os locais de captação e os mananciais e conhecer o programa de perto e eu tenho certeza que se conseguirmos ai, avançar com esse programa de pagamento de serviços ambientais teremos resultados fantásticos aqui na bacia, eu acredito muito nele, e estive conversando a pouco com o secretário do Rio e torcemos ai para assumir a próxima presidência desse comitê, está em campanha, que consigamos, mas a campanha ele tira de letra, vencedor em todas. Que consigamos ai avançar com esse programa ai no âmbito do CEVAP. O CEVAP nesses âmbito de crise também vem apoiando os municípios da bacia ai para medidas emergenciais na solução dos problemas de abastecimento de água para estar sendo disponibilizado ai oito milhões e meio para os municípios do Rio de Janeiro que tem dificuldade com os seus sistemas ai de abastecimento para aprimoramento, melhoria e solução para esse problema, tão grave que enfrentamos ai de abastecimento público, seis milhões e meio dos municípios de São Paulo, minha Minas Gerais ficou fora desse incentivo no momento, mas ainda bem porque não está passando por problemas tão sérios como São Paulo e Rio nesse momento. Escutei há pouco tempo atrás que nesse momento foi muito bom a presidência estar em Minas, porque foi uma forma de tentarmos ser, exercer um papel importante de conciliação e busca do consenso, nesse momento no jeito mineiro a base de café e pão de queijo tentarmos ai minimizar mais o grande mérito ai se deve aos dirigentes e aos representantes dos três estados que de maneira muito sóbria e responsável vem conduzindo essa questão e buscando sim a solução, eu gostaria de destacar também a importância da ANA, aqui na pessoa do senhor presidente Vicente Abreu, nesse protagonismo ai de pegar de fato o cajado, a batuta e com muito brilhantismo também

conduzir esse processo ai de mediação e de busca do consenso, e esse consenso eu vejo ele de extrema importância, eu sou de carreira da secretaria de meio ambiente de Minas Gerais, tive ai minha vida quase toda pública no licenciamento ambiental e no licenciamento a gente vê uma grande guerra no licenciamento ambiental né? O licenciamento se tornou ai um grande calvário e a gente vê ai nessa pasta de recursos hídricos um caminho que me agrada muito, que é a busca constante pelo consenso, porque quando existe o consenso existe na minha opinião o comprometimento, porque quando existe vencedor e derrotado dificilmente você tem do derrotado, um compromisso com a causa do vencedor, quando existe consenso não, a causa é de todos e é o que esperamos, é essa união para a busca de solução dos problemas enfrentados na bacia. Temos problemas diversos, é uma bacia ai com um número muito significativo de pessoas que vivem nela, é uma bacia que representa ai quase 40% do PIB nacional, tem uma vocação muito grande para a geração de energia elétrica, para mineração, para agricultura, né, temos o problema de mais de cinco milhões de habitantes dependendo diretamente dessa água do paraíba do sul e... minto, quinze milhões de habitantes, faltou cola aqui, mas esses quinze milhões e habitantes, precisam diretamente dessa água para sobrevivência, então isso ai, disputando essa água com todos os seguimentos que eu disse aqui, que são de extrema importância, perdem um pouquinho a sua importância quando conflitam com o abastecimento público, porque ai já é descendência de pessoas, de animais e é um uso prioritário, mas não tiram desses segmentos a importância que tem para a economia e para todo o crescimento dos nossos estados e do nosso país. E isso nos traz uma grande responsabilidade aqui na construção desses trabalhos. O que me deixa muito satisfeito é que eu vejo em toda essa crise, um fortalecimento muito grande do comitê de bacia esse modelo que é um modelo de sucesso no mundo, que é um modelo que eu acredito e que eu vejo nele somente pontos positivos, ainda enfrenta ai grandes dificuldades na implantação por todo o nosso país, não é dado aos comitês de bacia, na minha opinião, o destaque, o apoio e toda a importância que ele merece. Ainda temos ai as decisões políticas atropelando os comitês de bacia e dessa vez, no momento dessa crise, eu gostaria de agradecer em público todos aqueles que nos deram apoio, principalmente a ANA, cito aqui novamente e também ao ministério do meio ambiente, a pessoa do doutor Ney Maranhão, que por serem do ramo e entenderem a importância, do papel desses comitês nesse cenário buscaram ai trazer e dar aos comitês, ao comitê, em especial o paraíba do sul todo o apoio necessário para que o comitê tivesse um papel também de protagonismo nessa história. A gente sabe que questões tão delicadas, temas delicados como as questões ambientais, eles não podem ser decididos através de simples decisões políticas, a vontade de um governante ou de outro né? A questão técnica, é de extrema importância para que as decisões sejam acertadas. E a gente percebe que tudo isso que foi criado lá atrás, naquele momento de crise né, esse grupo de trabalho composto ai pela ANA, pelo CEVAP e pelos órgãos gestores, trouxe o que a gente precisava que foi um diagnóstico preciso da bacia hidrográfica então as crises são momentos importantes para que as soluções sejam apontadas e para que consigamos reverter cenários negativos. Eu escutei uma vez uma frase que veio de trás de Karl Max que fala que as crises são as parteiras da história, acho que chegou a hora ai de fazermos história no comitê de bacia do paraíba do sul né, dentro da sua região de abrangência e para isso, como eu disse agora, precisamos de um esforço conjunto, do poder público, através de apoio, de investimento principalmente, da sociedade civil, através desse trabalho de conscientização, e de divulgação e de apoio aos projetos importantes, e dos usuários de entenderem a importância da cobrança, entenderem o tão necessário que é a melhoria do uso dessa água, e assim com a união desses esforços, traçarmos ai um caminho perene, responsável, para que num futuro breve tenhamos ai um cenário diferente no paraíba do sul e tenhamos ai de fato uma grande melhoria da qualidade ambiental dessa bacia. Obrigado ai.

PROCURADOR EDUARDO: senhor secretário de recursos hídricos e ambiente do Rio de Janeiro, senhor Ney Maranhão, desculpa, do IBAMA. Isso é a campanha, já está inclusa.

NEY MARANHÃO: boa tarde a todos, primeiro eu gostaria de agradecer outra vez o convite, doutor Eduardo, cumprimenta-lo, cumprimentar todos os colegas dessa mesa, dizer que eu tive um pouco de dificuldade para organizar a apresentação, porque falar apenas do que o governo federal está fazendo não é suficiente, precisa contextualizar um pouquinho, então eu estruturei uma apresentação aqui rápida, no sentido até de orientar as minhas próprias reflexões ao final da exposição, e também gostaria de destacar o fato de que a secretaria de recursos hídricos e ambiente urbano, ela é encarregada de formular a política e de ser a secretaria executiva do conselho nacional de recursos hídricos. O grande braço executivo do nosso sistema de recursos hídricos no plano federal é a agencia nacional de águas, portanto, muitas das ações mais concretas, mais efetiva com relação as tratativas entre os estados e as tratativas com os demais segmentos envolvidos na geração e no aproveitamento da gestão dos recursos hídricos da bacia será palco, será objeto da apresentação do nosso querido doutor Vicente Abreu. Eu queria começar apresentando alguns traços gerais da nossa gestão de recursos hídricos no país e começaria, eu vou andar rápido aqui porque o tempo, enfim, queria destacar o fato de que nós somos um país muito desigual, muito biodiverso, isso é bom mas também tem suas consequências, além disso o fato de que nós não temos uma disponibilidade abundante em todo o território, me lembra o fato de que uma vez fazendo o plano da bacia do Tocantins – Araguaia, eu me deparei com um rio lá junto ao amazonas, no estado do Pará Ubiratan, lá perto do rio Pará em que ele era dado como intermitente. Isso foi uma grande surpresa, um rio intermitente na Amazônia? Então eu pedi para ver as cadernetas de campo da estação de hidrologia e de fato estava lá, 0000 o observador foi medir, era uma região de rocha cristalina, solo argiloso, portanto choveu escoou, não choveu não tem como segurar a água no solo, porque ela não infiltra porque o solo é argiloso, é impermeável, portanto na Amazônia nós temos rio intermitente, novidade pra mim naquela época, hoje absolutamente um fato que se reproduziu em muitas outros rios da Amazônia, o pantanal também é uma região deficitária de água, ele evapora mais do que gera, então o nosso país é um país que vai sendo reconhecido pouco a pouco, os planos de recursos hídricos feitos é que realmente precisam progredir muito, cobriram, num primeiro momento, o diagnóstico de recuperar um projeto que teve no Brasil que se chama projeto HADAN que revelou o Brasil aos brasileiros, então agora nós voltamos a enxergar um país cerca de cinquenta anos depois, bastante transformado, muito interiorizado em muitos aspectos, e que nos surpreende, então situações críticas de estresse hídrico no Rio grande do Sul, não é? aqui no noroeste há também uma situação de estresse hídrico no Rio Grande do Sul provocado por uma deficiência de estrutura hídrica aqui na nossa região, São Paulo e Rio por um excesso de uso, né? Alta demanda, enfim, demanda, demanda, demanda, aí ó, oferta, oferta, oferta, acaba resultando num esgotamento das possibilidades e um semiárido no nordeste. Qualidade de água evidentemente, aqui são os nossos pontos de observação de qualidade de água no país, e aqui vocês veem vermelhos e amarelinhos sempre na região de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, um pouco já no centro oeste e você vê caminhando já para o interior também uma menor qualidade de água. Também o índice do estado trófico e aqui nós vemos São Paulo bem vermelho, na região ali do alto tietê e vemos no nordeste uma série de pontos vermelhos decorrentes da eutrofização dos reservatórios. Quer dizer, vai evaporando, potássio, fósforo, fezes de animais, e vai eutrofizando e vamos perdendo a qualidade dessa água. Então três grandes situações se revelam para nós nesse país, primeira é o sudeste e o seu modelo de desenvolvimento, a segunda é o nordeste e o semiárido com quem se vê obrigado a conviver, destacando o fato de que a transposição do rio são Francisco pode

trazer grandes modificações desse quadro num futuro bastante próximo. Por último o centro oeste que é a busca de um novo modelo que passe a limpo o modelo de desenvolvimento do sudeste e possa reconciliar desenvolvimento e sustentabilidade, esse é um desafio que fica a medida que as frentes pioneiras do centro oeste for progredindo rumo ao norte. Então no caso da pauta do sudeste, eu destacaria um desenvolvimento que já consta, já está bem consolidado, já está bem construído e já começa a oferecer um desgaste dos recursos hídricos pelo excesso de demanda e pela falta de outras medidas que possam garantir a gestão da demanda, os reusos da água e o reuso racional. Os estoques alocados de água e os estoques recuperados que já estão alocados, quer dizer, muitas vezes se desperdiça muita água e não se tem uma recuperação. As questões do saneamento básico já foram apontadas aqui pelo Doutor Danilo, né que mencionou bastante os problemas que o CEVAP tem enfrentado com saneamento básico. A despoluição de bacias, um problema muito grave, quando a gente pensa que São Paulo enfrenta situações de escassez de água e é aportada por dois rios bastante grandes, mas não pode usar essa água por causa da população ambiental nessas bacias. E por fim um modelo e desenvolvimento um modelo de desenvolvimento que já dá sinais de esgotamento e que precisa de uma reformulação para assegurar ou recuperar a sua estabilidade. Por favor, pode passar o outro. Bom, dito isso, pode passar. Isso aqui é uma cidade de São Paulo né, recentemente, dia vinte e quatro de fevereiro, portanto a poucos dias atrás, em plena crise de abastecimento hídrico das cidades lá está o rio Tietê, todo alagado e essa água toda perdida, foi embora como o rio Paraná. Aqui dois rios que cortam São Paulo né, então dá para ver bem a situação de disponibilidade hídrica da cidade, uma cidade que engolfou as duas bacias, não tem vegetação ripária, não tem.... Totalmente ocupada por habitações, não tem nenhum tipo de possibilidade de aproveitamento dessas águas, mais tão cedo se não tiver um tratamento dessas águas. Aqui é uma relação de eventos de secas e estiagens no Brasil, tá? Vê-se que os números são bastante grandes, ao longo dos tempos tá? São municípios que colocaram em situação de emergência ou estado de calamidade pública de 2003 a 2012 tivemos certa de 8610 ocorrências desse tipo. E como nós olhamos a região sudeste, vemos o Espírito Santo com 1% desses casos em 2012 e Minas Gerais com 14%, Minas Gerais muito explicável pela existência de um semiárido também no norte de Minas que responde por muitos desses casos aqui. Mas vejam, Rio Grande do Sul 76% de eventos e Santa Catarina 47% de eventos, portanto a seca estava nos rondando o tempo todo, ela só não chegava as manchetes dos jornais. Aqui é um mapa retirado do conjuntura da ANA, com dados da defesa civil que mostra inclusive a Amazônia a seca de 2005 e 2010, aqui são os números de eventos para cada região do Brasil. Claro, que o nordeste é campeão com mais de dez eventos nos últimos dez anos né, e o Rio Grande do Sul também se destaca bastante aqui. Aqui é a região da Bahia e norte de Minas. Essa é a extensão da seca da Amazônia em 2010, né, ocupou quase toda a Amazônia e essa não foi a pior, a pior foi a de 2005, mais confinada porém mais grave, o nordeste de 2012 a 2015, já está no quarto ano de seca, e aí eu gostaria de destacar a ação do governo federal no caso do nordeste. Lembre-se, vocês devem se lembrar, leram no jornal que quando havia seca no nordeste havia saque em armazéns, havia uma situação de desrupção social, nessa seca com quatro anos de duração já, não há registros de uma invasão de propriedade comercial, isso se deve em grande parte a um sistema de logística que o exército brasileiro montou, de abastecer com caminhões tanque essas cidades, um programa de cisternas e um projeto de desanilização de água de poços que é conduzido pelo próprio ministério do meio ambiente, e que inclusive não só desaniliza como aproveita para criar tilápia com a salmoura e ainda oferece a água salgada para irrigar uma planta que é chamada erva sal que retira o sal do solo e você consegue fazer todo o ciclo ficar limpo. Situações de seca no mundo, também aconteceram, foi citado aqui Nova York, Danilo, de fato é verdade, Nova York resolveu o seu problema mas levou vinte anos para resolver, portanto são situações que

levam um longo tempo de resolução, levou vinte anos, mas a maior dádiva que Nova York obteve, que os estados unidos obteve com a crise de Nova York nos anos setenta, foi a constituição da agencia da bacia do Delawhere que foi criada a partir dessa crise, né, e que gerou inclusive um dos modelos da agencia de bacia para o mundo, que eu acho inclusive muito efetivo o modelo americano de bacia e que infelizmente, no caso delawhere muito bom, e que infelizmente nós não conseguimos implantar no brasil com as mesmas condições de desburocratização que eles tem lá. Então eu queria.... Nova York, Vejam, emergência no estado da Pensilvânia, envolveu quatro estados. E a solução dessa crise, foi inclusive com a criação dessa agencia, ela tem um bordo de diretores, são os quatro governadores dos quatro estados que a bacia banha, e o secretário interior dos estados unidos, representando o presidente dos estados unidos. Ela designa um diretor e esse diretor recebe um mandato desses governadores para cumprir a cada ano e prestar contas, e ele usa todo o sistema de gestão de recursos hídricos de cada um desses estados, portanto ele não cria uma nova estrutura, ele aproveita a estrutura existente. Veja a extensão da crise que no final da década de sessenta. Londres, o Cannedo falou de Londres não é? por acaso eu adivinhei que você ia falar de Londres Cannedo, eu peguei aqueles avisos que você viu lá. E então vocês vejam, quer dizer, frases muito.... Chova ou faça sol, por favor use água sabiamente, depois de dois anos com precipitação excepcionalmente baixas, estamos em seca, nenhum de nós pode fazer chover, mas todos podemos usar menos água. Isso a gente podia aproveitar. Um racionou água, proibiu regar plantas, jardins, lavar carros, teve racionamento de água, teve grandes perdas na agricultura, a receita é a mesma para todas as secas. Todas essas cidades, todos esses países que enfrentam secas entram na seca e não se dão conta que estão dentro dela. Quando percebem já não tem muito tempo de voltar para trás, só pode ir para a frente, mas para resolver a solução, leva tempo e tempo é tudo o que você não pode mais gastar nesse momento, então a seca talvez seja uma das piores situações, porque ela é incendiosa, ela chega e você não se dá conta, mas quando você percebe, já não tem muito o que fazer. Barcelona, Barcelona talvez tenha sido o caso mais recente e mais dramático, foi em 2007, 2008, desde 2004 2005 foi o menor índice pluviométrico da região naquele tempo, eles não conseguiram recuperar os reservatórios, eles foram exaurindo, exaurindo até que a cidade ficou sem água e teve que então buscar uma frota de navios que abasteceu vila de Tarragona a 60km ao sul e de Marseille teve que abastecer a cidade para responder por 6% das necessidades de consumo da população, exatamente para abastecer de água as cidades. Proibiu o uso de água nas fontes, aquelas fontes bonitas de Barcelona, proibiu agricultura e 50% da agricultura foi perdida porque não podia irrigar 50% das culturas, enfim, e eles fizeram 3 momentos, o primeiro momento foi abastecimento emergencial com a frota de navios, quarenta milhões de euros. Segundo momento foi abastecer a cidade com uma adutora de emergência vindo de Tarragona, 60km de distância, 180 milhões de euros. Terceiro momento, duas usinas de desanilização, que até hoje existem e elas são o standby para entrar sempre que a água escasseia lá na região, perdas com a seca foram estimadas em 620 milhões de euros em Barcelona tá? E Barcelona tinha sido sede de olimpíada, tinha se preparado para a olimpíada. São casos que vão se repetindo, a história se repete né? E aqui, também como aconteceu em alguns dos nossos reservatórios, uma cidade apareceu lá e tornou-se até objeto de visitas turísticas para poder conhecer a cidade que estava inundada, que apareceu a superfície. Essa é uma das usinas de desanilização de Barcelona. Bom, o receituário para as medidas de enfrentar a seca é sempre esse, quer dizer, você tem medidas relativas a demanda, medidas relativas a oferta, você precisa aumentar a oferta mediante a um conjunto de respostas de emergência, transporte de água de caminhões como nós fazemos no nordeste, transporte por via marítima, essa nós nunca tentamos né, abastecimento por cisternas de cabeceira nós temos também cisternas, temos lá no nordeste. Abastecimento interno de água com

implantação de três usinas de desanilização, melhoria de canais, distribuição, reabertura de poços fora de uso, e o receituário é o mesmo, e na verdade todas essas ações tem que ser praticadas no caso de uma seca porque não existe uma fórmula única e mágica para resolver um problema. Eu quero chegar nas noções do governo federal. Então a gestão da escassez hídrica se faz pelo aumento do suprimento de água, pela redução de demanda, pela amenização de impactos, então ou se criam novos sistemas, ou se trabalham com os sistemas existentes ou se faz sistemas mistos, tem medidas administrativas e tem medidas visando a minimização de impactos. Bom, as ações do governo se concentram em ações de monitoramento, apoio técnico, apoio técnico financeiro e apoio financeiro. O monitoramento, o governo tem um sistema de gestão da informação que não é apenas econômica nem política, é também de dados meteorológicos, hidrológicos, qualidade de água e níveis operacionais de reservatórios, qualquer uma desses tipos de informação tem redes nacionais e estaduais e tem agências do governo que respondem por essas informações. Essas informações, até a ONS é uma das que fazem parte desse sistema com os níveis operacionais de reservatório, essas informações são tratadas, sistematizadas, integradas e disponibilizadas para informação de todos os agentes do sistema, faz-se uma avaliação conjuntural que aparece nas salas de situação da ANA e dos estados sendo que a ANA patrocinou muitas dessas, quase todas elas, a cidade do Rio de Janeiro não. SP, RJ, MG e ES tem também suas salas de situação e promovem um diálogo técnico com todos os estados. Ainda no apoio técnico o CNRH tem como atribuição de inibir qualquer impasse ou qualquer conflito que chegue a ele trazido pelos estados ou trazidos por bacias. Ele realizou duas reuniões especiais para tratar das questões da seca, convidou ONS, convidou a ANA, convidou todos os agentes envolvidos, os comitês de bacia o CEVAP esteve presente lá para fazer também a sua manifestação, o André representou o CEVAP nessa reunião, a regulação com as outras outorgar de água e com as regras de operação e resseções temporárias o doutor Vicente vai tratar talvez com mais detalhes, uma análise de situação, as ações emergenciais com participação num grupo de trabalho, o grupo técnico de acompanhamento da gestão do Cantareira, o doutor Vicente fez parte, a ANA fez parte junto com o DAEE em São Paulo, avaliação de projetos propostos pelos estados para poder.... Medidas estruturais para poder combater a situação que está sendo vivida, apoio ao licenciamento de obras, programas de fortalecimento institucional dos órgãos de gestão de recursos hídricos dos estados através do pró gestão, né que a ANA promove, estudos e programas especiais nós temos o plano nacional de recursos hídricos, o plano estadual de recursos hídricos do estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, atlas de abastecimento de água do Brasil editado pela ANA em 2006 e ainda eu acho que valendo, muito importante esse trabalho, o programa produtor de água que a ANA toca, a contratação da CDE para estudos de governança de água e impacto de gestão das águas, esse pró gestão que nós falamos aqui. Dá para fazer uma avaliação técnica dele, um seminário internacional de gestão da água sob condições de escassez que vai acontecer em abril desse ano em São Paulo, 23 e 24 de abril, e também programas de etiquetar e certificação de equipamentos que o INMETRO está fazendo, inclusive para rastreamento de informações de hidrômetro, para que a gente possa saber quem está gastando água onde não está. E finalmente o sistema nacional de produção e defesa civil que trata fundamentalmente da logística e o planejamento das respostas emergenciais. Quanto ao apoio técnico e financeiro, os estados apresentam projetos, o Rio de Janeiro apresentou para a gente uma lista de projetos, São Paulo apresentou outra, Minas está apresentando dia 17 para nós os seus projetos lá da região de Belo Horizonte, esses projetos são avaliados pelo ministério de integração, ministério das cidades, ministério do planejamento e ministério do meio ambiente, para poder dar uma avaliação sobre o estado de qualidade desse projeto, se ele é viável ou se não é e também sobre os problemas ambientais que podem envolver o projeto né. E finalmente decide-se quanto a locação e a forma

de alocação desse recurso para poder atender aos estados. Por último, queria mencionar também, essa é a lista do Rio de Janeiro, a lista de São Paulo, aqui também tem linhas de crédito do BNDES para redução de uso, tecnologias mais limpas, recuperação de áreas degradadas, descomissionadas, e descontaminadas e para gestão de recursos hídricos e saneamento. Tem 2,3 bilhões de reais já alocados nessas linhas, tem uma linha de crédito para apoio e inovação, e do fundo clima e do BNDES florestal, para reflorestamento, aqui com reflexo direto na produção de água e fixação de CO², acho que chegamos ao final. Se o senhor me der mais cinco minutos eu ainda quero fazer um comentário sobre as lições aprendidas tá? Eu falei de manhã que a crise é uma oportunidade, essa é uma situação excepcional, 82 anos de registro é a pior situação verificada, podemos constatar que são várias as causas e temos várias soluções, nenhuma é definitiva, nenhuma pode ser a única, né, e que a gestão de recursos hídricos é uma adaptação continuada visando equilibrar a gestão de oferta com gestão de demanda, assegurando uma estrutura moderna, segura e eficaz e uma racionalização do uso a conservação da água o combate a erosão, ao desmatamento, a proteção das nascentes, a saturação e ajustes padrões, nós temos que criar novos padrões, novos modelos de desenvolvendo sócio econômicos a serem praticados nesse país na medida em que se vai saturando com o desenvolvimento econômico a região sudeste e sul do país, inclusive com a população é a região mais demograficamente, mais populosa. Precisamos de mais agilidade e flexibilidade na regulação, na mediação e integração dos usos múltiplos, seja para adequar a mudanças temporais e aí no caso a situação da navegação no Tietê, é onde energia, precisava de estoque de água, navegação precisava de tirante de água, e de repente não eram mais compatíveis os dois simultaneamente, não é? então foi preciso sacrificar a navegação. Combate ao desperdício, o desafio de combater o desmatamento e recuperar a mata auxiliares, a mudança de prioridades na bacia do Paraíba do Sul, quer dizer, abastecimento urbano passa a ser.... humano, passa a ser mais importante que a energia, articulação interestadual e interministerial que a gente vem praticando e vem se mostrando bastante, não só promissora como também produtiva, e a laminialidade dos corpos hídricos, eu coloquei o Paraíba do Sul e o rio São Marcos, para lembrar que Minas trabalha com um critério de outorga nos afluentes mineiros da bacia do rio São Marcos e o resto trabalha com outro critério. E naturalmente, haverá quem receba mais água de um lado da bacia do que quem recebe do outro, e no caso do Paraíba do Sul, toda essa situação que nós vivemos aqui de discussão sobre uma transposição em São Paulo, afetando todos que vivem a jusante, ou seja, há rios que são de domínio mais estadual do que outros. Muito obrigado.

PROCURADOR EDUARDO: agora continuando, pela agência nacional de águas, o senhor Vicente Guillo que é o nosso diretor presidente.

VICENTE GUILLO: muito boa tarde, assim como uma situação dupla, facilitado pelas apresentações anteriores e sem dúvida pressionado aí pelo nosso tempo, mesmo porque era importante também que essas apresentações fossem seguidas da oportunidade de ouvir aí sugestões, críticas por parte dos presentes. Eu quero cumprimentar o Ney pela sua exposição, o Danilo, o Ubiratan, eu penso que com isso nós temos uma abordagem grande, em particular também é o Vinicius porque ele já adiantou várias questões relativas a seca. Eu queria fazer com vocês uma questão que eu acho que é fundamental nesse processo que é dividir os dois temas sobre os quais nós estamos tratando, e que tem desdobramentos diferentes, completamente diferentes. Evidente que do ponto de vista da sensibilidade, da política, da discussão pública, eles tendem a caminhar juntos, mas eles tem origem e terão desdobramentos completamente diferentes. O primeiro é o problema que deriva de uma situação provocada por um pedido de transposição do governador do estado de São Paulo de águas do reservatório de Jaguari para

complementar a vasão do sistema Cantareira. Essa transposição que acontece no tempo simultaneamente com a crise, mas eu vou tentar caracterizar isso melhor, usando ai muita síntese, mas essa questão é a questão que suscita a ação do ministério público em campos e que tem um desdobramento, cujo ápice até o momento é o anunciado acordo de operação dos reservatórios do paraíba do sul que já foram dados vários detalhes, acho até que tem outros complementares, mas não é o caso aqui, mas que ele tem esse propriamente. Então um caso é o caso da transposição. A transposição tem a ver com a crise atual que nós estamos atravessando no sudeste, no nordeste e particularmente na Paraíba do Sul? Zero, na crise atual? Zero. Porque? Porque nenhuma gota foi transposta, nem sequer que eu saiba a obra foi iniciada, porém, eles acontecem simultaneamente, essa própria reunião, ela mescla uma posição do nosso procurador, dizendo sobre a questão da ação e logo em seguida uma intervenção do Vinicius fazendo uma caracterização do que se refere a crise, o Vinicius não fez nenhuma intervenção no que se fere ao tratamento da ação. Para isso.... Nós temos um ditado aqui no Brasil, o que eu vou dizer é porque é do meu estilo e acho que é fundamental até para que a gente estabeleça depois novos patamares de relação institucional e pessoal em casos como esse, o Brasil tem um lema institucional, doutor Ubiratan, que é, está bem tudo aquilo que acaba bem, mas nem tudo que acaba bem começa bem. A ação em campos, ela é justa, ela tem a sua lógica, a sua racionalidade, porém ela muitas vezes, doutor Eduardo, trata os agentes públicos como se eles fossem pessoas de ante mão fossem mal intencionadas. Então eu queria fazer esse registro para que a gente compatibilize, porque é da natureza do ministério público, eu sei o que é que eu estou dizendo e aonde eu estou dizendo e a responsabilidade do que eu estou dizendo, mas eu confio plenamente na boa vontade e no espírito de buscar uma solução como foi obtida, porém não se pode partir do pressuposto que as pessoas estão o tempo todo erradas ou que as pessoas estão o tempo todo com outro tipo de motivação. Felizmente a ação foi ao supremo, por envolver um conflito federativo, houve uma excelente condição por parte do ministério público na direção que o senhor aponta, o entendimento entre os governadores que reforça a possibilidade de um acordo técnico, e esse acordo técnico que é histórico, não é definitivo mas é histórico, foi construído, ele ainda depende de uma discussão no comitê, no CEVAP com os usuários para que essa proposta de resolução possa ser então submetida para uma publicação e acordo no âmbito do ministério público, então a primeira coisa é separar essa ação, essa ação não tem nada a ver com a crise, o governo de São Paulo poderia propor essa ação em qualquer circunstância histórica, claro que propôs no âmbito de uma crise de abastecimento no âmbito de São Paulo. Acho que em relação a esse tema, o acordo produzido é um grande avanço, ele pode eventualmente ainda sofrer alguns ajustes em particular dos usuários do setor elétrico, mas do ponto de vista da sua confirmação, não ganha. A segunda questão que me pareceu que seria o foco também dessa reunião e maior o foco dessa reunião, é sobre o andamento e o desdobramento referente a crise atual, que eu volto a dizer, não guarda relação formal com a questão da transposição. Porque é que elas acabam se confundindo? Elas acabam se confundindo porque elas acontecem praticamente ao mesmo tempo. A crise toma uma visibilidade pública em todos os setores, seja aqui no paraíba do sul ou seja no Cantareira a partir de uma não retomada de chuvas no mês de janeiro e fevereiro porque o comportamento.... Ele era de decréscimo, é naturalmente de decréscimos até outubro, novembro, dezembro, esse é o comportamento normal, e ai quando a gente tem as chuvas de janeiro e fevereiro que não chegam de 2014 é que a crise toma essa dimensão. No âmbito da crise há uma.... e foi muito bem exposto aqui, não vou tomar o tempo de vocês só dar uns detalhes que eu acho que são importantes nesse processo, há então uma correspondência da agencia nacional para a ONS e a partir daí então se inicia todo um processo de negociação para buscar soluções no tempo que permitam, né, enfrentar a crise na medida

em que ela também vai se agravando, olhando na perspectiva de trás para frente, nós podemos encontrar várias soluções que olhadas no tempo em que eles aconteceram, talvez eles não estivessem com a visibilidade para todos os atores que olhando em uma perspectiva histórica ela possa se apresentar. Tanto é assim que os esforços que foram feitos no tratamento da crise, eles sempre foram baseados em cenários consistentes, cenários múltiplos apresentados prioritariamente pelo ONS, e esses cenários foram sucessivamente vencidos por situações reais ainda mais severas do que aqueles que nós estimávamos no início, então era possível ou talvez a minha pergunta melhor, era necessário tomar medidas anteriores olhadas nessas perspectivas? Sim, mas olhadas no tempo nos permitiria segundo as simulações, no início que a gente voltasse a chegar aos 10% míticos que nós temos no mês de dezembro, porém sucessivamente essas questões foram sendo vencidas. Na medida em que a situação se agrava, nós vamos incorporando no âmbito da solução da crise questões que estavam também sendo trabalhadas no âmbito da solução da transposição, que era também de oferecer uma segurança hídrica para a bacia do São Francisco, então tem uma relação nisso? Acaba tendo, porque para a solução da crise, nós começamos a identificar a possibilidade e talvez a necessidade de utilização dos volumes chamados mortos, dos reservatórios do paraíba do sul, que em certa medida contempla em parte a solução técnica para a transposição para o paraíba do sul para o Cantareira, porque é que eu estou dizendo isso? Porque um dos critérios para se viabilizar a transposição para o paraíba do sul é compensar, é manter a mesma quantidade de água que eventualmente pode ser transposta de um reservatório a outro, manter essa água como uma água nova no sistema hidráulico no paraíba do sul, e como é que isso foi pensado? Foi pensado inicialmente que essa compensação do paraíba poderia ser, do Jaguari, poderia ser compensada no volume morto do Jaguari, mas depois a partir de questões até tecnicamente críticas apresentadas pela SESP que foram nesse processo sendo superadas inclusive de problemas técnicos em relação as infra estruturas, se encontrou uma solução para a transposição de que essa composição seria dada então dentro do volume chamado, é morto, mas ele é operacional, porque ele tem descargas operacionais para a bacia do paraíba do sul dentro do reservatório do Paraibuna, ai é que surgem os números, de 162 milhões que é o primeiro número que aparece, 162 milhões de metros cúbicos, que são 5,3 metros cúbicos que é a vazão média da transposição multiplicadas por um ano. E depois uma garantia adicional oferecida ao paraíba do sul, que é o que dá garantia para essa resolução que nós estamos seja consolidada que são mais 260 milhões de metros cúbicos que correspondem a que? Corresponde a 10% do volume, dos volumes úteis daquele reservatório. Então é com isso que a gente soluciona, vamos dizer assim a questão da transposição, mas essa experiência também entra como solução efetiva no tratamento da crise, tanto é que nessa crise nós tivemos que operar pela primeira vez nos volumes mortos de Santa Branca e Paraibuna. Chegamos e ainda temos como obrigação avaliar de que numa situação não futura, quando essa resolução vier valer, mas numa situação de persistência dessa crise, porque nós podemos atravessar o ano de 2015, mas a pergunta que sempre fica é, mas e o ano seguinte? E 2016? Né? Então nós temos que trabalhar numa perspectiva de soluções adicionais que vão tentar minimizar a crise caso elas persistam. Quais são essas soluções em grande modo? Essas soluções elas envolvem dois aspectos, elas envolvem a capacidade de retirar mais água dos reservatórios de montante, principalmente o de Paraibuna, além dos seiscentos milhões de metros cúbicos, porque além dos seiscentos milhões de metros cúbicos, nós ainda temos um bilhão e quatrocentos milhões de metros cúbicos no volume morto do sistema do reservatório de Paraibuna, porém eles só são possíveis de serem extraídos mediante a utilização de bombas e esse é um aspecto crítico no processo de tratamento da crise atual, que é a definição do volume a ser transposto em Paraibuna numa emergência, na continuidade dessa crise, quem é o responsável pela execução do projeto, quem é responsável pelo projeto, pela sua execução e

pela operação e manutenção de uma obra como essa, porque ela é muito mais complexa, do que o caso de Cantareira, porque o caso de Cantareira quem fez essas obras e quem opera é a SABESP, no caso do Paraibuna quem opera e mantém? Não tem um responsável a priori. Então a perspectiva do aprofundamento da crise trabalha com a utilização de além dos 9,5% do volume equivalente que nós já temos, ainda a utilização de seiscentos milhões.

VICENTE GUILLO: estamos em negociação com o ministério da integração para tratamento da responsabilidade de fazer, mas ainda envolve um acordo federativo complexo entre São Paulo e o Rio de Janeiro a respeito da quantidade de água que venha a ser transposto do reservatório de Paraibuna. Qual é o outro extremo né? O outro extremo é como nós vamos conseguir manter a maior quantidade possível de água nesse período, para isso, seguindo as recomendações também do professor Cannedo, nós só temos uma coisa que nós temos controle, que é a torneirinha da saída, e a torneirinha da saída, o principal consumo na bacia do paraíba do sul, aliás, perdão, na calha do paraíba do sul é a transposição que acontece para o rio guandu. Que envolve uma outra complexidade que é o fato de que esse rio por natureza ele é um rio estadual. Então vejam a complexidade, nós precisamos persistir, manter, nós não podemos afrouxar, nós não estamos operando ainda em 110, porque a regulação tem ainda um outro problema, nós estamos dando a regulação mínima, é assim que historicamente foi construído, precisa ser mudado, porque ao você dizer qual é o volume mínimo em Santa Cecília, 110, não há nenhum descumprimento da regra se você operar em 120, 130, 140, como é o caso que nós estamos fazendo, quando na cabeça das pessoas e da população, quando nós fixamos a restrição em 110, era de que nós tínhamos reduzido para 110, e não é isso, a regulação não tem essa natureza, o que foi feito é, você pode sair do 190 mas não pode baixar do 110, e isso é insuficiente para o problema. Quais os gargalos que nós temos hoje? Então com esses dois limites que é como acumular água no paraíba, nos reservatórios do Paraibuna e andar nas obras emergenciais nesses reservatórios de tal forma que se essa crise se acentuar nós possamos oferecer segurança hídrica para a bacia, do outro lado você tem a definição de qual seria a vazão mínima a ser transposta em Santa Cecília para o guandu e que siga no rio paraíba do sul até Campos do Goitacazes de forma que todos os usos sejam atendidos adequadamente, porque para uma grande parte das pessoas, o rio paraíba do sul, ele vai chega em Santa Cecília, faz uma curva e vem parar aqui na foz do rio guandu, quando na verdade não é assim, todos vocês sabem disso, então há uma preocupação muito grande também, que você tem que garantir uma quantidade de água que siga no paraíba do sul. Qual é o gargalo? O gargalo é qual é a nossa capacidade mínima real de transpor água no guandu, esse é o gargalo. E ele está em grandes medidas sob responsabilidade do governo do estado do Rio de Janeiro. Claro que com a nossa participação, com um acompanhamento através dos grupos, mas essa é uma responsabilidade que está no âmbito do governo do estado de São Paulo, e que não depende só do governo de São Paulo para a sua, perdão do Rio de Janeiro, para a sua solução, mas que está no âmbito do Rio de Janeiro, porque? Porque essa transposição de hoje, 134 metros cúbicos por segundo, quais são as divisões que tem? Ham? 88, 38 e 108 e 37. Isso, então nós estamos aqui na vertente guandu, nós estamos entre 88 e 108, para um consumo de 45+2 na estação de guandu e mais dois metros cúbicos nas indústrias que estão na foz do rio guandu. Então nós estamos fazendo uma transposição de 88 a 108 para quarenta e sete mais dois, quarenta e nove. Esse é o verdadeiro gargalo. Aonde estão as questões concretas a serem tratadas? A primeira delas é o tratamento que tem que ser dado pelas empresas que estão na foz, que operam na foz do canal de São Francisco para que eles possam adaptar-se rapidamente a uma solução para conter a intrusão salina. E ai vem, e ai eu queria dialogar com o ministério público em particular, Doutor Ubiratan, doutor Eduardo, Sérgio, doutora Sandra, vem a necessidade de uma parceria para o

entendimento de que essa obra provisória a ser executada no canal de São Francisco precisa ser entendida como uma obra emergencial. Para ser uma obra emergencial ela precisa ser executada em tempo de emergência porém ela precisa ser licenciada nas condições de emergência, porque se houver um descompasso entre a obra necessária para conter a intrusão salina e o licenciamento de uma obra provisória, nós não vamos conseguir fazer o processo de redução em Santa Cecília, esse é o ponto inicial da discussão, esse é o ponto inicial, e aí nós precisamos dessa parceria, porque nós estamos concretamente, a gente trata disso cotidianamente com o estado do Rio de Janeiro em particular, nós estamos diante de uma situação que precisa dessa caracterização e para mim essa é a reunião que caracteriza esse acordo de que aquela situação é uma situação de emergência. O segundo aspecto é o quanto é possível reduzir a quantidade de água na transposição entre 99 e 108 que permitam manter a condição operacional adequada na estação de Guandu, essa é outra questão crítica. Porque veja, supondo que a gente consiga resolver a intrusão salina, dois metros cúbicos por segundo, vamos tirar de 88 dois, você fica com 86, 86 para 47, nós estamos falando aí em quase quarenta metros cúbicos por segundo de água que precisa ser acumulada nos reservatórios de cabeceira, né? Para isso nós precisamos também de uma grande parceria em particular com a SEDAI para que nós possamos identificar claramente, quais são os limites existentes para essa operação, de tal maneira que a gente possa providenciar a redução, a solução dessa condição e a redução em Santa Cecília, porque se nós fizermos uma redução em Santa Cecília para 110 hoje, porém não há as condições operacionais para se captar os quarenta e cinco metros cúbicos por segundo da estação do Guandu, isso pode levar a um desabastecimento na cidade do Rio de Janeiro com impactos terríveis. Então nós precisamos dessa discussão muito bem equacionada, e aí eu vou prestar muita atenção no que vai ser apresentado aqui pelo SEDAI porquê? Porque os três argumentos principais apresentados foram, sedimentos, nível e poluição, então sucessivamente e alternadamente esses argumentos são apresentados, todos eles são possíveis de serem solucionados. Imediatamente? Claro que não, quem tem condições de nos dizer quais são esses limites reais, quem tem condições de nos dizer quem são esses limites reais é a SEDAI, não tem outra instituição capaz de apresentar esses limites, fora disso é uma regulação que desconsidera as limitações apresentadas pela própria empresa de saneamento, isso não foi feito em São Paulo, não vai ser feito aqui no Rio de Janeiro, vai ser feito na medida em que a SEDAI vai nos dizer qual é a condição para limitação dessa operação. Porque se é sedimento é de uma natureza, se é o nível é de outra natureza, se é da poluição de poços queimados e Ipiranga é de outra natureza. Para isso, talvez nós tenhamos que ter soluções emergenciais também, muito embora podem não ser as mais adequadas, existem soluções estruturantes para esse tema, mas talvez eles não possam ser resolvidos no tempo dessa crise, né. Queria por fim dessa fala, dizer o seguinte, essas condições de maximizar a operação em Santa Cecília elas não implicarão no futuro e nenhuma redução das demandas apresentadas pelo Rio de Janeiro, porque o processo todo foi consolidado a partir da identificação e da consolidação das demandas de cada um dos estados e a demanda apresentada pelo Rio de Janeiro, é de que o Rio de Janeiro precisa de 190 metros cúbicos por segundo. Então, essa operação emergencial, mesmo que nós consigamos reduzir, vou fazer aqui uma continha, que você consiga transferir apenas 49 metros cúbicos por segundo, né, transpor, quarenta e sete mais dois em Guandu, e mais dois para as empresas a baixo, retomada uma condição normal de operação dos reservatórios, a operação desses reservatórios vão garantir 190 metros cúbicos em Santa Cecília, porque esse argumento que o Rio de Janeiro apresenta, de que o Paraíba do Sul é o principal se não único grande manancial do Rio de Janeiro, é absolutamente verdadeiro e nós precisamos encontrar uma solução federativa para isso, né? Mesmo que seja em certa medida compensar o estado de São Paulo também por conta dos impactos que essa questão venha tomar. Então eu queria encerrar

dizendo isso, essas operações elas serão operações emergenciais, dependendo do desdobramento e do avanço da situação de escassez, elas não serão materializadas na regulação, na regulação vai valer o documento que está praticamente concluído que depende apenas agora do aval eu garante uma manutenção de 190 metros cúbicos por segundo. Agora insisto, temos encontrado, felizmente, temos encontrado uma posição política por parte do Rio de Janeiro muito favorável a solução dessas questões, que não são questões de pequena monta, é só olhar para vocês, conhecem melhor que eu a foz do canal do São Francisco e ver os impactos que isso pode gerar sob todos os aspectos de uma solução de força, uma solução que não atenda a manutenção do funcionamento daquelas indústrias né, e do outro lado, a garantia do abastecimento do estado do rio de Janeiro, né, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, perdão. Lembro que essa operação em situação de estado de emergência, ela é fundamental também, para que a gente possa ter ao final de 2015 uma situação com algum conforto, com alguma segurança para que a gente possa atravessar também o período de 2016 porquê? porque o Rio além de tudo vai sediar as próximas olimpíadas e isso é uma questão crítica, como garantir que essa quantidade de água esteja presente nos reservatórios uma vez que a gente não sabe como é que vão acontecer as chuvas de 2016, então essa é a complexidade do tratamento da crise atual, nenhuma regra foi na minha opinião violada, né, o que nós estamos identificando nesse processo é que as regras que foram estabelecidas, elas não tem condições de dar respostas efetivas para situações críticas como as que nós estamos enfrentando. Então essas regras precisam ser revistas, mas se nós formos procurar nesse processo, né, uma interpretação do que poderia ter sido feito, ou do que o setor elétrico violou alguma regra durante o ano de 2013, 2014, na operação da energia, há um argumento recorrente de que houve um privilégio na bacia do Paraíba do Sul para a geração de energia elétrica em detrimento da água, isso não é verdade, as regras, elas são de tal natureza que permitam operar apenas pelo máximo nível, esse é um dos grandes aprendizados Cannedo, que nós vamos ter nesse processo todo de crise, pra mim passa em primeiro lugar pela definição da dupla dominialidade, nós precisamos, senhores procuradores, encontrar uma solução, uma interpretação mais segura para essa questão de dominialidade, não o tempo todo porque eu acho que a constituição foi sábia quando define a necessidade do pacto federativo mas é preciso que numa situação de crise, haja uma arbitragem dentro do sistema de recursos hídricos, porque uma arbitragem na justiça não é uma solução adequada para o sistema, então nós precisamos encontrar uma solução para essa questão da dupla dominialidade, precisamos definir melhor o conceito de usos múltiplos e em particular o uso urbano em situação de escassez porque não é isso que a lei diz, a lei diz consumo humano, porém acabou se expandindo esse conceito para o conceito de consumo urbano, e isso tem distorções, posso dizer também uma frase, uma coisa é uma indústria que capta na calha do rio, isso é um usuário de água bruta, porém se essa mesma indústria tirar a sua captação da calha do rio e engatar na rede pública, ele passa a ser consumo urbano, portanto ele passa a ser protegido pela definição em situação de escassez, nós precisamos equacionar essas questões de uso múltiplo. Quando você dá uma outorga para um tanque rede numa grande usina hidrelétrica como foi o caso de ilha solteira e depois esse tanque rede na usina elétrica de ilha solteira ter o mesmo direito jurídico que a operação da usina de ilha solteira e seus impactos no sistema elétrico nacional, também precisa de um equacionamento, porque a lei só trata em situações de escassez mas ela não define prioridade e os planos de bacia em geral não atendem para prioridade, e a última que ai eu encerro, é um aprimoramento do processo de regulação no Brasil, um aprimoramento grande no processo de regulação, em particular e aqui eu já deixo uma ideia que é muito importante que nós estamos defendendo mas que não é consenso que é de que as usinas que tiveram as suas concessões vencidas necessitam de outorgas, senhores prestem.... No que eu estou dizendo, porque não é

um consenso geral de que no vencimento de uma concessão de uma usina hidrelétrica, e nós temos várias aqui na calha do paraíba do sul, de que a etapa seguinte necessita de uma outorga, que considere os usos múltiplos, perdão, os usos consultivos que foram incluídos naquela bacia. Porque? Porque essas usinas foram construídas há 30, 40, 50 anos atrás, sessenta anos atrás, onde não havia essa condição e muitas vezes, você tem usos construtivos importantes nas bacias que precisam ser definidas nessa direção, então a regulação, em particular nessa cooperação com o setor elétrico, ele precisa também passar por um grande aprimoramento, né, isso se dará, obviamente, a partir dos órgãos reguladores, a partir do ministério público com as suas contribuições, mas ele vai se dar principalmente a partir das sugestões da sociedade civil através dos comitês de bacias hidrográficas para que a gente tenha um salto de regularidade na regulação dos recursos hídricos no Brasil. Desculpe se eu passei um pouco do tempo, mas essa é uma oportunidade especial de estar conversando com esse público aqui hoje. Muito obrigado.

PROCURADOR EDUARDO: antes de passar a palavra ao colega Sérgio que vai fazer algumas narrações iniciais, e gostaria de em homenagem a excelência da mesa, em especial ao doutor Vicente Guillo, estabelecer aqui uma explicação menos do que uma defesa porque não se tratou de uma acusação. Na verdade o ministério público federal, nas bases, ele opera com um time diferente do ministério público em outras instancias, e é normal que assim o seja, o que ocorre é que na base, nos municípios ou mesmo aqui na capital, o ministério público é demandado diretamente, em tempo real né, por pessoas que a todo instante vem ao seu gabinete trazer os problemas, gabinete esse que está sempre aberto, pelo menos no meu caso e quero crer da maioria dos colegas, se não de todos, não conheço quem fecha porta de gabinete quando as pessoas vem ao seu gabinete, vem usando, atores os mais díspares possíveis, né, eu aprendi em doze anos de ministério público que a gente tem que realmente construir consensos mas a solução de um consenso só é necessária se houver um conflito, não faz nenhum sentido falar em consenso se não houver conflito de interesses, então a gente constrói consenso onde há conflito, e as vezes interesses, os mais difíceis de acomodar. E coube a tarefa constitucional ao ministério público federal, através das câmaras de coordenação, exatamente coordenar esses interesses, e creiam-me não é tarefa fácil, por isso tem as câmaras, por isso tem as câmaras temáticas, nós lidamos com ordem econômica, consumidor, meio ambiente, e que são temas que na realidade, talvez não o sistema normativo, né, mas no sistema natural, porque a natureza as vezes conhece o direito. Dizia um autor francês que “quando o direito desconhece a realidade, a realidade se vinga desconhecendo o direito – George Repert.” então é o seguinte, quando a lógica da ação proposta em campos foi que em 2008 o governo de São Paulo anunciou na mídia que faria a transposição e com esse nome, partiu da última frase do senhor, de que o senhor reconhece que.... De que o rio paraíba do sul é absolutamente necessário a sobrevivência hídrica do Rio de Janeiro, como nós fomos procurados lá no norte fluminense e por uma população que tem na memória, exatamente, não sei se o senhor sabe mas na nossa fluência é normal que as pessoas tomem água mineram, porque elas tem uma memória ruim do Rio paraíba que aliás paraíba, na linguagem que me conhece significa rio ruim, né, só uma informação, você é procurado, em 2008 expedimos uma comunicação para o estado de São Paulo, não para que ele não realizasse uma transposição, mas porque é uma questão de ordem técnica e nós tínhamos que discutir com os nossos técnicos da quarta câmara, com os técnicos da ANA mas por questão jurídica, que ele não poderia fazer a transposição sem antes discutir amplamente com a sociedade civil e com os outros estados, a nossa preocupação com a ACP é que houvesse uma decisão unilateral já que estamos aqui a jusante como foi lembrado. Eu não teria condições de avaliar ali naquele tempo, qual seria o real prejuízo e eu aprendi alguns conceitos, alguns princípios, princípio da prevenção, princípio da cautela, com que todos nós

lidamos com o meio ambiente então era necessário que todos nós tomássemos uma ação, mas uma recomendação, resposta do governo de São Paulo, ele nos remeteu a uma janela de tempo de 2035, resposta escrita, algo do tipo, fique tranquilo, porque qualquer coisa só será feita em 2035, em 2014 iniciaram-se movimentos discursivos de novo, ai já com a crise instalada. Então quando o senhor diz que inicialmente não havia nenhuma relação, nenhuma correlação, poderia ter sido inicialmente mas quando o governo de São Paulo retoma esse discurso em 2014 ele já o retoma, já com a escassez implantada, já com sinais, já com resoluções, já com discussões com outros órgãos. Então ai era necessário, sim naquele momento, a nossa intenção com a ACT que foi estudada, ela é precedida de estudos, recebemos lá a bacina, o CEVAP, subcomitês que estão sempre lá conosco, não é algo, o NPF não age de maneira digamos aleatória, não é assim que a gente faz. Então a gente propôs a ação exatamente na tentativa de criar um espaço de discussão, porque eu concordo que precisa avançar no sistema de regulação, mas o Brasil tem quatro pilares sobre o qual ele precisa descansar, precisa crescer, transparência na discussão de assuntos públicos, que nem sempre assunto público é assunto governamental, né, transparência, *compliance*, que é um conceito que diz, as empresas tem que cumprir as normas, que é o governo de *compliance*, governança, que é outro conceito bastante importante, quer dizer, que é uma tentativa de superar o conceito restrito de governo. A gente fala de governança e eu vi essa palavra agora na exposição do senhor, salve o engano, então o que eu quero explicar, até em atenção ao senhor, é que na verdade não houve nenhum tipo de desrespeito, mas uma determinada situação de fato e acho que, eu não sei se começou mal, não sei se começou mal e nem sei se vai terminar bem, a nossa preocupação continua sendo a de que haja transparência, é claro que com plena confiança na condução do colega Ubiratan, mas a gente ainda continua preocupado de que a transposição se dê, se é que vai se dar com ampla discussão com a sociedade civil. Porque é uma obra de engenharia complexa, sob o projeto de engenharia, é o que tem que se transpor entre um rio e outro, não é exatamente um montezinho, é uma obra de engenharia complexa, há impactos ambientais, então o que a gente espera ainda nesse cenário para que termine realmente bem, é que se o acordo for firmado e for homologado pelo ministro Fulks, mas que assim seja sem dispensar, sem dispensar estudo de impacto ambiental de algum modo. Brigado, é porque a crença de que não se pode realizar uma obra desse porte, né, e sobre tudo se se afirma que a obra não tem relação com a crise, então não há porque realiza-la sem no mínimo uma audiência pública, estudo do impacto ambiental, para que nós possamos discutir com o governo, com a ANA, com o ministério, discutir os pontos que vão ser abordados. E licenciamento, e voltando a falar do licenciamento, essa questão que foi posta, é só uma explicação que eu devia a vocês que estão aqui participando e ao próprio.... Muito obrigado, vou passar a palavra para o colega Sérgio.

SÉRGIO SUIAMA: no sentido de talvez até facilitar um debate mais com o público, eu gostaria que talvez o doutor Vicente pudesse deixar um pouquinho mais claro os termos desse acordo que está se delineando e será submetido ao STF, pelo o que eu entendi da sua exposição, seria autorizado provisoriamente, não é isso, a redução, seria autorizada a obra de transposição, por esse acordo, né, o acordo seria autorizada a obra de transposição do rio Jaguari para o sistema Cantareira, esse seria o primeiro ponto, o segundo ponto seria que seria autorizado uma diminuição temporária para cento e dez de vazão, metros cúbicos por segundo e ai então, pelo o que eu entendi que o senhor disse, seria preciso verificar em que medida, qual é o impacto que essa redução para cento e dez metros cúbicos causaria no sistema guandu, particularmente o senhor disse.... eu entendi dois pontos, um a questão do abastecimento de água, quer dizer, quanto de água realmente é necessário para garantir o abastecimento, tendo em vista a poluição dos outros rios que abastecem o sistema e outros problemas decorrentes que o senhor

mencionou e também a questão do processo de dessalinização que necessária de água. E essa obra é uma obra pontual para resolver o problema. O que eu não entendi é, qual é exatamente o impacto que essa redução temporária causaria imediatamente nessas duas variáveis que o senhor mencionou, o abastecimento de água né, e a questão do comprometimento do tratamento da água pela poluição e outros fatores e a questão do processo de dessalinização, da influência do mar ali e o prejuízo para a indústria que seria causado. Então se o senhor pudesse talvez só em dois ou três minutos sintetizar os principais pontos até para que as pessoas possam compreender um pouco melhor o que está sendo discutido no âmbito desse acordo do supremo tribunal federal.

VICENTE GUILLO: foi bastante necessário esclarecer, porque há de novo, doutor Sergio, uma... simultânea de coisas que são distintas. A questão dos 110 metros cúbicos por segundo, elas se dão no âmbito da operação dos reservatórios para a crise atual, elas não guardam nenhuma relação com a resolução que trata da solução da pendência apresentada pelo ministério público em campos que se refere a transposição, em relação a autorização da obra. A obra não é autorizada pela ANA, nem tão pouco pelos órgãos que participam desse processo, porque ela é uma obra de natureza de um reservatório estadual para outro reservatório estadual, cujo a outorga é dada pelo órgão de recursos hídricos estadual e cujo o licenciamento tem essas pendência, podendo ser feito em nível nacional, mas podendo ser feito em nível estadual, se quando ela fosse feita em nível estadual o licenciamento, ela seria uma obra 100% estadual, nós estaríamos considerando os impactos desses cinco metros cúbicos na bacia do paraíba do sul, que colocados naquele ponto, colocado numa outras perspectivas todos chegaram a conclusão técnica de que não tem o impacto que eventualmente se verificou no início, então nós não autorizamos obra, a agencia nacional de águas, nem tão pouco a resolução, autoriza essa obra, porque essa obra está na competência de outro ente federativo que não é nem a ANA, nem o comitê de bacia nem nada. Né? A outra coisa são as medidas que estão sendo adotadas para o tratamento dessa crise, na continuidade dessa crise, que ela pode numa hipótese se prolongar de tal ponto que a conclusão da obra signifique simultaneidade com a persistência da crise, mas isso é uma hipótese porque nós podemos ter uma solução da crise e a outra é a solução da obra, então a outra é o tratamento da crise, no tratamento da crise a partir de diversas simulações considerando cenários restritivos de chegada de água, de vazões afluentes, nós precisamos reduzir a vazão em santa Cecília para cento e dez metros cúbicos, então o outro é resultado dessa cenarização. Eu só queria dizer que eu sou estatístico de formação, e vejo que o cenário são elementos importantes para o processo de tomada de decisão, mas eu queria colocar um outro elemento que não apareceu aqui até o momento, que é a gestão dos riscos, porque não se trata apenas do cenário, se trata das alternativas que nós temos diante da possibilidade da ocorrência de um cenário restritivo. Quando você faz essa gestão em uma pequena cidade, em uma comunidade onde tem alternativas, os cenários são muito, vamos dizer assim, importantes para a tomada de decisão na minha opinião, quando você está numa condição onde a gestão do risco é o elemento principal porque você não tem alternativa, você tem que partir de cenários mais restritivos e por último com profundo respeito pelo ministério público que ele.... Isso é pessoal, institucionalmente colocado, agora a sociedade tem vários níveis de representação. E o comitê de bacias hidrográficas é um deles, então desconsiderar que esse processo todo foi construído dentro do sistema de recursos hídricos com a participação dos comitês de bacia, está aqui o seu presidente atual com certeza o futuro, nós desconsiderar que nós também discutimos com a sociedade de que a representação não está completa caso não haja os instrumentos previstos ou desejados pelo ministério público, nós precisamos de um aprimoramento do processo democrático brasileiro, porque se não tem aqui um nível de preponderância e eu quero

falar isso com respeito, mas eu não quero tratar disso fora de um fórum como esse, entenda isso como respeitoso ao senhor também doutor Eduardo, mas essa questão do nosso ponto de vista foi cumprido, quem é o representante dos usuários da sociedade civil dentro da bacia hidrográfica? Não é o ministério público? Não é o ministério público? O ministério público é um ator que tem a sua competência abrangência totalmente diferente, mais ampla, mais restrita dependendo da visibilidade que você tenha, agora na nossa opinião doutor, todas essas questões de discussão foram feitas dentro do comitê de bacias hidrográficas, aí pode surgir o seguinte, não se conhece a legitimidade, não se reconhece a representatividade, bom, não acredito que não considerar o comitê de bacia hidrográfica como o representante da sociedade civil passe por ilações dessa natureza, então do nosso ponto de vista esse processo, uma vez aprovado pelo comitê de bacia hidrográfica seguirá adiante, e dizer ao senhor, que isso é um processo de reconhecimento também da questão democrática que o doutor André mencionou, porque no limite das competências isso é uma questão de competências da agência nacional de águas. Entendeu? E que não está sendo tomada unilateralmente, não está sendo tomada em gabinete, não está sendo tomada com informações que não são transparentes, mas isso não é o debate principal, eu acho que nós temos ainda pela frente questões importantes....

PROCURADOR EDUARDO: é que dentro dessa visão, todas as vezes que fosse tomada uma decisão dentro de algum procedimento o ministério público federal ficaria quartado, não poderia agir, nós somos sobre tudo fiscais da lei. Então assim, cada vez que cada um de nós interpretar que a lei não foi cumprida, ele vai trazer isso para debate, não é o fato de ter feito ali.... Eu no caso tenho o conhecimento de conflito dentro do comitê e é normal que haja, o subcomitê da bacia do paraíba do sul, de repente ele pode discordar de algum posicionamento tomado dentro do comitê e discorda....

VICENTE GUILLO: e qual é a instância, é o senhor, a instância é o senhor no final?

PROCURADOR EDUARDO: não, não estou dizendo isso.

VICENTE GUILLO: então, então veja, vamos fazer isso com respeito, faz com respeito, a instância é a instância existente constituída pela lei, é o comitê de bacia hidrográfica, que o que o ministério público tem as suas competências inclusive para mover ação, inquérito, responsabilizar, criminalizar, me colocar na cadeia, pedir o bloqueio dos meus bens, tem, mas agora que as questões não foram respeitadas? Me desculpe, foram! No âmbito do nosso encaminhamento, todas elas, todas elas foram. O senhor pode ter um entendimento diferente, uma outra pessoa que tenha um acesso ao senhor pode ter um entendimento diferente e o senhor tem a competência legal de fazê-lo mas o senhor não tem a competência de dizer que o que foi feito não é legítimo nem democrático, me desculpe, com todo respeito.

PROCURADOR EDUARDO: vamos prosseguir, já nos esclarecemos, vamos passar para a fase de.... Ouvidos todos os palestrantes, agora as pessoas que querem se manifestar, pode ser por escrito ou oralmente.

VERA LÚCIA: boa tarde a todos, eu sou Vera Lúcia, sou representante da sociedade civil da ONG Nosso Vale Nossa Vida, atualmente eu estou como vice presidente do CEVAP que é o comitê federal e presidente do Comitê Do Médio Paraíba. Que é uma região ali que abrange dezenove municípios, pega de Itatiaia a Comendador Levy Gasparian. Então eu vou tentar falar muito mais da minha região que eu conheço. Primeiro agradecer aí ao ministério público, deixa eu abaixar aqui que a minha voz é alta, por essa oportunidade, eu acho que isso aqui é uma grande oportunidade, de nós sociedade civil estarmos discutindo, e aí eu vou discordar só um pouquinho do Vicente, que eu acho que o ato, eu falo, eu estou no comitê desde 96, eu vim para

esse processo em 96, essa questão da transposição e a crise, eu concordo com o procurador, ela acabou se dando em si mas a transposição já é uma discussão longa, a comissão ambiental sul está aqui, nós chegamos no período, o comitê do médio paraíba estava terminando de ser implantado em 2008, fomos todo mundo a São José dos Campos, entramos com uma ação, tivemos a resposta na época, que esse processo poderia ser arquivado que isso não ia ocorrer. A comissão ambiental, tem esse documento aí Thomaz é que pode apresentar esse documento. Então esse processo foi arquivado, através de um processo que nós entramos no ministério público na época. E por cargas d'água, em março todos nós recebemos a notícia pelo jornal Bom dia Brasil, que o Alckmin tinha ido a Brasília, desrespeitando os comitês, ele foi a Brasília diretamente a ANA solicitar a transposição, então isso é um fato. E um fato que ocorreu que todos tem conhecimento. Eu acho que discutir.... Agora o processo que se deu em relação a transposição eu acho crítico, entendeu? Então com todo o respeito ao supremo tribunal federal quando o ministro Fulks e aí quando a gente tomou conhecimento disso o Vicente recebeu todos.... O CEVAP, o Danilo aqui presidente, convidou todos os comitês de afluentes, porque o CEVAP é composto por sete comitês, nós estivemos em Brasília, você nos recebeu com maior carinho e aí você teve a posição de todos os comitês afluentes, e naquele dia, no dia 2 de abril de 2014, todos nós nos posicionamos e todos os sete comitês de afluentes colocaram lá várias questões, onde tem um relatório dessa reunião, e todos eles colocavam a preocupação em relação a transposição, a crise não estava ainda nem instalada, então dia dois de abril, a primeira reunião que a gente fez, a crise hídrica tá? A gente estava ainda discutindo transposição, porque a nossa primeira reunião do GTUH ocorreu dia vinte por aí, então eu acho assim, ela acabou se dando junto mas que os comitês tiveram a sua posição e a grande preocupação e isso eu falo como representante de sociedade civil, é que nós estamos até agora discutindo quantidade, com certeza todas as interferências nós vamos ter água, água está passando lá no meio do rio, vamos conseguir, agora em qualidade Vicente, me desculpe, se a gente conseguir chegar a cento e dez metros cúbicos em Santa Cecília eu parabeno, hoje eu sou a favor, eu acho que realmente a gente tem que reservar água nas cabeceiras, porque quando vier o período de estiagem a gente não tem da onde tirar água, mas eu acho que a grande preocupação nossa, e o Adacto falou muito bem na apresentação dele, ninguém está falando gente, são os instrumentos da lei, ninguém fala em enquadramento, parece que essa palavra é proibida, ninguém fala em racionamento, essa é outra palavra proibida, ninguém fala em saneamento, então deste pacto, eu espero que hoje esta audiência saia, que o estado do Rio tenha um prazo para cumprir quando é que ele vai tratar, pelo menos em 60% do esgoto, quando que São Paulo vai tratar esse esgoto? Porque nós não teremos água em qualidade. Hoje em barra mansa passando pelas margens dos rios afluentes você já não suporta o cheiro, a qualidade lá do funil você já tem crescimento de cianobactérias serissium, por enquanto tá lá, se a estiagem prolongar? Nós teremos problemas aí, tá a dengue que tá com problema, você vai ter outras doenças aí, todo mundo que trabalha na área de saúde, que vão acabar surgindo com esse processo de diminuição da escassez, então a minha colocação aqui é dizer, eu não parabeno esse acordo de hoje, infelizmente eu não consigo me sentir porque eu fico vendo que em relação a quantidade e qualidade nós vamos ter grandes problemas futuros, e pagaremos muito caro pela nossa omissão ao assinar esse documento, então eu deixo aqui um momento de reflexão, que a gente pense realmente em questão de saúde pública, de qualidade e que os governos.... Se o rio paraíba do sul economicamente ele é importante, que o governo federal através de todas as suas ações invista, que traga recursos pro estado do Rio pra São Paulo, porque os municípios com o médio paraíba, a gente fez reunião lá, já tivemos três reuniões com os prefeitos, todos eles querem, agora os prefeitos tem.... Eles pegam a prefeitura, essa prefeitura tem endividamento, eles não conseguem captar recursos por causa do endividamento, então fica

assim, é o cachorro correndo atrás do rabo, tá então a gente tem um problema, eu acho que a gente tem que achar esse meio termo, talvez eu ache que o CEVAP através da GEVAP seja o caminho como nós estamos fazendo em relação a essas interferências que nós vamos fazer física, para a gente conseguir resolver os problemas dos municípios que não conseguem mais captar recursos. Agora precisa seriamente a gente tratar esse rio como um rio estratégico, se ele é estratégico para a economia de São Paulo e Rio, então vamos investir nesse Rio e melhorar a qualidade dele, porque eu passei pela crise de 2003, não quero passar por outra crise. Obrigado.

APARECIDA VARGAS: boa tarde a todos, primeiro eu gostaria de parabenizar a iniciativa do ministério público, meu nome é aparecida Vargas, eu represento o setor de hidroeletricidade, nos comitês de bacias, sou membro do conselho nacional de recursos hídricos, dos conselhos estaduais do Rio e de Minas Gerais, também representando esse setor de hidroeletricidade, estou como secretária executiva do CBRH rio dos rios aqui no estado do rio de Janeiro e presido um comitê em Minas Gerais. Pomba Muriaé é afluente do paraíba do sul, então estou aqui dentro da bacia do sul. Primeiro eu gostaria de começar em função dessa carta que o ministério público recebeu do governo de São Paulo, eu participei, eu e o Edds, eu não estou vendo ele aqui, mas eu sei que ele está em algum lugar da SEDAI, nós fomos nomeados pelo governo do estado de São Paulo por portaria como representantes do CEVAP no macro metrópole paulista, até 2010, é nós recebemos todos os documentos e a partir de 2010 nós paramos de receber, não recebemos mais nada do que estava sendo discutido em São Paulo, então o que teve de produto até 2010, a gente tem condição até de dizer como é que estava o andamento, e quero crer que realmente em 2008 esta era realmente a posição do governo de São Paulo porque o macro metrópole apontava dez cenários de captação para o abastecimento e era esse cenário onde estava a captação no Jaguari para o paraíba do sul, ele era o sexto cenário, tá? Porque ele colocou como prioridade lá a parte financeira, volume que poderia ser captado, tinha um terceiro que eu não lembro qual que era, mas era um.... Técnica em ambiental, eu sei que ele ficava em sexto, era a sexta proposta entre os dez. aconteceu a crise hídrica, foi ai que aconteceu essa interligação entre esses cenários, aconteceu a crise hídrica e ela apesar de ser um custo maior ele era de menor prazo, é o que poderia atender essa região num curto prazo seria o de menor prazo. Não o de menor custo e muito menos em questão de vasão, a gente sabe muito bem que lá do vale de ribeira, até porque a gente sabe que cinco metros cúbicos vai resolver para São Paulo por quanto tempo? Sabe que vai ser por um tempo muito curto. Então acho que essa é a diferença da resposta de 2008 e do que a gente tem posto hoje em função da crise. Eu queria colocar, eu estou vendo que a gente vem falando muito de.... Ficou claro hoje aqui a dependência que o estado do Rio de Janeiro tem com a bacia do paraíba do sul, se a gente colocar ainda a bacia do guandu sem a bacia.... Fora o que está dentro do Rio de Janeiro, a gente tá com mais de dois terços do estado do Rio de Janeiro dependendo dessa bacia. Então ela é uma bacia primordial de fato, a gente costuma brincar que são Paulo dá a montante, Rio de Janeiro dá a jusante e Minas Gerais está aladante, porque o paraíba do sul só dá uma voltinha mas a gente tem o preto, Paraibuna e pomba Muriaé que contribui principalmente depois dessa transposição, então eu acho que a LERJ tinha que avançar em algumas outras coisas. A gente tem, está claro aqui o papel do comitê de bacia, está claro não, a gente conseguiu colocar uma posição de um comitê de bacia que a gente não vê em outras bacias, inclusive em questão de discutir regras de operação hidráulicas, a ONS está aqui e pode colocar isso, você não vê outro comitê de bacia discutindo com a agencia nacional de águas e com a ONS regras de operação hidráulicas, essa é uma questão que a gente tem hoje, foi um avanço que a gente teve no paraíba do sul, eu costumo, eu faço parte desse grupo de operação hidráulica e eu tenho alertado, e eu

costumo falar e até colocando isso para vocês, se você pegarem as resoluções da ANA, todas colocam que é com base no ofício do presidente do CEVAP em função da reunião do GTOH então eu tenho dito no GTOH que nós membros do GTOH estamos colocando (...).

APARECIDA VARGAS: posição do ministério público porque na verdade as decisões estão sendo tomadas no âmbito desse GTOH, tá sem ter nenhuma, nós não temos nenhuma regulamentação legal hoje para estar agindo dessa forma, é o ponto em que eu quero chegar, o CEVAP tem o nome de comitê de integração, mas ele não é um comitê de integração, queria pedir ao doutor Ney e ao doutor Vicente, no âmbito do conselho nacional, está na hora da gente discutir o papel desse comitê de integração, a gente está atuando com regiões metropolitanas que estão fora da bacia, a gente precisa de normatizar isso daí, acho que isso o ministério público pode nos ajudar em questão de normatização, e a outra é de maior garantir e não deixar o estado do Rio de Janeiro tão à mercê como a gente vê que hoje está, apenas das águas do paraíba do sul e a gente precisa de trabalhar com reservação de água, a agencia nacional de águas tem o estudo que foi feito que é o sistema, que foi feito para controle de cheia mas que a gente já está avançando, que era para ser de regularização que hoje a maioria dos nossos reservatórios são a fio d'água a gente não tem reservação de água, então eu acho que está na hora da gente se preocupar além de reflorestamento com reservação de água para garantir também tá?

BRUNA: com licença, boa tarde. Muito obrigada por todas as explicações e os esclarecimentos pelo tema, mas a minha questão é especificamente em relação a uma deliberação que houve do CEVAP deliberação número.... Bruna, sou do GAT ambiental, do ministério público do Rio de Janeiro, técnica pericial. Eu fui analisar a deliberação número 218 do CEVAP que trata da revisão da fórmula da cobrança da água né, que depois foi aceita e foi aprovada pelo conselho nacional de recursos hídricos, e nessa deliberação a gente tem a introdução de um fator que é para você, deveria ser para incentivar a redução da taxa de perda de distribuição pelas concessionárias e aí surge uma dúvida em relação ao real incentivo da introdução desse fator porque o fator ele premia as concessionárias que tem o índice de perda até 30%, como se fosse um 30% aceitável. Então as concessionárias, a SEDAI que opera para determinado município, com 30% teria uma redução do valor da cobrança paga ao CEVAP e isso implica diretamente na redução da receita pelo comitê, então a gente pode também analisar a introdução desse fator como um incentivo perverso, tendo em vista que premia ao invés de gerar uma penalização por essas taxas altas né, que passam de 40, 50% então a dúvida é em relação, qual é a taxa de perda de distribuição inevitável que existe uma taxa, a nível internacional essa taxa é de 10% e a partir de qual taxa é considerado inevitável pelo CEVAP, é 30%? É 35%, 40% é a média nacional que já é altíssima, e a segunda questão é em relação ao aumento de 9% de todos os "PPU'S" né preço público unitário de captação consumo e lançamento de fluente, porque não, porque 9% e esse 9% acabou decaindo em 7.7% tendo aplicado o fator de taxa de perda e distribuição então a dúvida, como é que se estabeleceu esse aumento da tarifa em 9%, é baseado nos gastos previstos no plano plurianual que são voltados para ações de reflorestamento, porque a arrecadação deveria ser baseada nos custos previstos para a manutenção da bacia do reflorestamento e todas as medidas que o professor colocou. Muito obrigado.

PAULO CANNEDO: bom, eu tinha feito porque eu acho que não vou falar mais aqui não porque o assunto não retomou mais pela... é que eu falei em particular, então eu vou falar. É que eu havia pedido ao doutor Sérgio que alertasse que o tema em questão é crise de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro, e por mais cadente e importante que seja a transposição para São Paulo não faria parte do escopo da reunião, merece mais de uma reunião, mas não a mesma, para que nós não fugíssemos do tema, então por uma questão de ordem eu fui perguntar a ele

se era oportuno ou inoportuno da minha parte levantar essa questão de ordem, mas como o assunto serenou, quer dizer, não se mais tocou na transposição de São Paulo, que espero que tenhamos várias reuniões porque é importantíssima essa discussão, mas não aqui hoje. Julgo eu, bom, então retomando ao tema crise no estado, ou diria na verdade crise na bacia, é que as palavras do doutor Vicente Abreu me colocou uma dúvida, me colocaram com uma dúvida, por exemplo, nós vamos tendo agora um grupo dos três estados e mais ANA que pretendem dar um aspecto mais contundente a gestão dos recursos dentro da bacia, principalmente em questão de crise, isso significa dizer que esse grupamento que terá incumbido de um plano de contingência, etc. e análise, ele precisa ter eficácia nas suas deliberações, quer dizer, as deliberações não podem tomar muito tempo nós estamos em processos críticos de crise e tem que ter uma eficácia maior, é tudo problema de curto prazo, muito que bem, temos algumas bases para esse raciocínio e eu confesso que me desmontei um pouco meu raciocínio quando ouvi o doutor Vicente dizer que por exemplo, os 190 metros cúbicos por segundo, vazão mínima chegando em Santa Cecília, nada impede que chegue 200, 220, eu confesso que me desmoronei internamente, porque sobre o ponto de vista legal eu acho que as palavras estão perfeitas, é vazão mínima, só que do seu ponto de vista conceitual não tem nexos nenhum isso. Porque é que eu sempre imaginei aqui, pode ser que seja ignorância minha, mas eu sempre imaginei o seguinte, olha todo mundo quer jogar nada, então vem a ANA e diz não, é no mínimo 190, então é claro na minha cabeça que ninguém jogaria 191. Bom o que é que acontece senhores se a ONS resolve despachar e joga 200, significa que dez foram para o mar. A tal cunha salina que nós dissemos, como é, uso menos nobre da água, agora está oficial, pela ONS ou seja lá por quem for. Que jogar mais, todo mundo que jogar mais que não está computado lá no nosso cálculo de gestão de recursos hídricos está indo pro mar, e essa então não auxilia nenhuma que isenta o canal São Francisco ou auxilia duas ou três empresas. A outra auxilia zero, portanto seria um escândalo a, no meu raciocínio, perdão, que a interpretação de vazão mínima fosse, pode ser mais. Eu sempre entendi que aquele mínimo entre as linhas ali pela simples razão que ninguém pode controlar São Pedro, então se São Pedro descarrega uma chuva, vai para quinhentos e pronto, não tenho como controlar, mas não o homem, nós não, na minha cabeça, eu tinha esse raciocínio montado, na minha cabeça tinha, aqui olha. Nós seres humanos vamos agir de tal maneira que vá 190,00 se vier um a mais é por contingência da natureza que jogou uma chuva que eu não pude controlar, e ai.... Portanto se hoje alguém opera e gera vazões superiores as vazões mínimas da ANA é Salvo eu esteja com o raciocínio enganado e ai por favor peço ajuda, nós estamos cometendo o crime de fazer um desperdício, nós estamos adoçando o oceano atlântico em campo dos Goitacazes. E portanto é o uso menos nobre possível que pode se fazer da água, bom, esse é um tópico, o outro tópico seria o seguinte, esse tal agrupamento que pretende gerenciar um plano de contingência e que é ótimo, eu comemoro, ao contrário da aparecida eu comemoro muitíssimo que vocês todos tenham encontrado uma sala que possam discutir o assunto cotidianamente. Tá perdão. Mas eu fiquei com a seguinte preocupação, o bom é que nós encontremos soluções consensuais, claro que sim, isso é utopia, é o máximo, utopia muitas vezes alcançada e quanto mais vezes alcançada melhor, porém ela não pode ser obrigatoriamente por consenso, quando temos como fazer um processo, gestão normal nós podemos ter tempo e vamos prolongar, que tal botar mais um mês para discutir? Podemos e vamos procurar o consenso, quando estamos em crise, quando os médicos abrem a barriga do paciente não pode ser um consenso entre os vários médicos e assistentes, o que é que vai fazer, se tira o fígado ou se tira o estômago, alguém tem que tomar a decisão e ele tem que tomar a decisão ali e agora, vai tirar o fígado não vou tirar o estômago, portanto a necessidade ou a não, como é que eu vou dizer, não ter um caminho claro de que há uma hierarquia de posições me parece perigoso, quer dizer, essas discussões vão ficar até quando? Tem que haver uma

hierarquia assim olha, se não for seguido o consenso em cinco minutos decide alguém e fica sobre, ele permanece sobre as críticas futuras. O doutor Vinicius quando falou, se não me falta a memória Vinicius, você disse que se por acaso alguém achar que deva ter te desrespeitado telefona para a ONS e diz olha, desrespeita aquela coisa ali, é tomada a decisão de acatar e volta sem discussão.

PROCURADOR EDUARDO: professor Paulo vou exercer o chato dever de....

PAULO CANNEDO: vou interromper, vou acabar, então se todo mundo já entendeu, há uma necessidade de se ter uma hierarquia em crise para que se possa deliberar com eficácia, se não a deliberação não tem eficácia. Obrigado.

JOSÉ MARIA: boa tarde a todos, eu sou José Maria de volta redonda e faço parte da comissão ambiental sul, já referida aqui pelo engenheiro João Thomaz, eu peço licença ao grupo que está comigo, para objetivamente senhores, primeiro.... José Maria, da comissão ambiental sul, eu faço parte do segmento social em Volta Redonda denominado movimento ética na política e que compõe a comissão ambiental sul. Primeiro uma consideração, o ministério público federal tem sempre abertas as portas para as demandas populares, eu sou o homem da população, eu faço referência ao doutor "Linnis" que passou por Volta Redonda e acolheu uma demanda importante do anúncio da transposição, não vou entrar em debate, e na esteira dessa abertura, o doutor Júlio Araújo, o doutor Rodrigo, tem ouvido todas as nossas demandas não só nessas questões de crises hídricas mas outras questões importantes. Agora eu aprendi muito com os senhores, por isso eu cumprimento a iniciativa do ministério público, federal, e eu vou usar aqui, eu aprendi e ouvi algumas questões importantíssimas e quando eu ouvi o motivo desse grande encontro, era sinalizar que de imediato a longo prazo a gente apontasse o caminho para a solução dessa situação. Eu vou passar a mesa alguns sinalizadores e eu gostaria que isso ficasse elencado para ver ó. Essa ação vai de ser de curto prazo, de médio prazo, por exemplo, aliás eu estou vendo o representante da CSN aqui, eu vou falar da questão do sistema de reuso de água, das indústrias, do sistema agropastoril, esse ponto vai ser tratado de que maneira nesse contexto? A questão do reflorestamento, se falou muito aqui da questão do racionamento, campanha de racionamento do uso racional de água, objetivamente, é de imediato? É de longo prazo? Isso nós vamos ter que contemplar lá no dia vinte e sete de março, uma outra questão, não foi muito passado aqui tratamento de esgoto, controle de perda e manutenção esse é o item relevante que em todos os momentos nós ouvimos, um item importante sinalizado aqui que é a questão da produção e água, referência a nascente e outras estratégias possíveis. Ai um debate que é com o doutor Vicente lá. A questão de saída de água, essas questões, é polêmico, quer dizer, como é que busca consenso, se não adia, mas como é que coloca aqui as coisas mais importante que a gente precisa garantir a água para o consumo humano. A questão dos lixões e resíduos, então eu usei objetivamente deixar para essa mesa ilibada esses elementos e vou fazer mais, a nossa equipe fez uma planilha colocando aquilo que é de médio longo prazo e também quem vai fazer, quem faz e por fim o papel do ministério público como o.... imagine daqui seis meses a gente venha a ver.... da missão aqui do dever de casa o que é que nós fizemos, agradeço e parabéns pelo trabalho.

PROCURADOR EDUARDO: a gente está já com a hora estourada, tem mais alguém aí? Tem mais um né, vou pedir para ser o mais breve possível. Vamos. Pode começar o senhor.

JOÃO THOMAZ: eu vou fechar rapidinho, a minha pergunta é o seguinte, é só falar doutor Eduardo, que em 2009 nós fizemos o mesmo procedimento que vossa excelência fez lá em volta redonda pela transposição e a procuradoria de são Paulo falou não, não vamos fazer, vamos

chamar vocês e não fez nada, graças a deus você puxou isso outra vez e nós abrimos também sobre a questão dos 184 prefeitos da bacia hidrográfica três estados que tem o limite acima da poluição, do lixo, do esgoto mal tratado não é? nós entramos na procuradoria....

PROCURADOR EDUARDO: só fala o nome do senhor faz favor.

JOÃO THOMAZ: João Thomaz Araújo Ferreira da Costa, Comissão ambiental sul, então a procuradoria de volta redonda tem isso ai desde 2009, 2010, sobre a situação do lixo e esgoto doutor Ricardo Linnis, tá andando, cada prefeito tem que responder a situação da sua cidade. O que eu queria dirigir a pergunta para não perder o encaminhamento aqui é o seguinte, eu estou preocupado, que o que está passando, o volume de água na cidade de... jusantes, Vassouras, Três Rios, está chegando numa média nos últimos cinco dias, de trinta e seis trinta e sete metros por segundo, tá, e o limite que sempre foi ai, o mais.... Foi cinquenta e um. Então tá dando pra pegar água? Tá, mas a água comprometida, água super comprometida, o relatório aqui, e também o seguinte, eu queria contestar e deixar aqui com vossa excelência as notas técnicas de gastos do INEA de estado do Rio de Janeiro de 2014, dizendo o seguinte, a região do guandu hoje consome 75% da água disponível, para indústria, consumo humano e empresa, e daqui há quinze anos vai chegar 99,5% quer dizer, daqui quinze anos, não vai ter água mais para o Rio de Janeiro. Eu vou deixar com vossa excelência, é isso que eu queria contestar e ficar registrado.

PROCURADOR EDUARDO: senhores, vamos abrir então para responder as perguntas porque o nosso tempo está curto e de fato eu gostaria de poder montar o painel com a SEDA. Vamos?

VICENTE GUILLO: muito rapidamente também, eu gostaria de tentar focar, mas ao mesmo tempo dar um conteúdo geral sobre a nossa discussão aqui, particularmente sobre as duas questões que nós estamos tratando, a Vera fez uma série de colocações que eu respeito e inclusive, pessoalmente, com relação a visita do governador para que todos tenham a informação correta, o governador de São Paulo solicitou uma reunião, cadê a vera? Vera! Ela solicitou, eu expliquei naquela reunião, solicitou uma reunião com a presidente e a presidente se fez acompanhar pela ANA, e no documento que o governador de São Paulo apresentou, ele apresentou dizendo que precisava da participação do governo federal por conta da existência de uma usina hidrelétrica, e ai vem a famosa confusão de competências e tudo mais porquê? Porque o potencial hidrelétrico é sempre federal, o domínio de água é alternativo, mas ele jamais apresentou algo específico para a agencia nacional de águas e sim para a presidente. Nós recebemos o documento do governador através da presidente da república, nós não recebemos documento do governador de são Paulo através do governador de são Paulo, com relação a aparecida, veja, o comitê do paraíba do sul está fazendo a melhor discussão, eu já elogiei aqui inclusive o papel do comitê, mas o são Francisco está fazendo isso também, nas discussões que a gente faz lá na ONS sobre a operação de sobradinho e três Marias, o comitê de são Francisco também tem participado então eu queria dar essa notícia não para diminuir o papel do paraíba mas mostrar o quanto é importante, inclusive nessas reuniões o ministério público quando deseja, ele participa das reuniões do ministério público.... O ministério participa junto com todos os outros atores. Ministério público de uma comarca de Minas Gerais, porque o ministério público também tem essa questão da sua própria representação e não é relativamente simples, a Bruna faz uma questão sobre revisão de cobrança que eu não vou responder, perdão porque você endereçou ao comitê e para ser rápido, e o Cannedo faz três questões que eu queria abordar rapidamente Cannedo, primeiro com o plano de contingencias, eu esqueci na minha fala, porque eu tentei dar um conteúdo mais geral mas nós elaboramos e encaminhamos para o ministério público junto com a resposta, o nosso plano de ação complementar na gestão hídrica na paraíba do sul que trata dessas duas questões que eu mencionei, seja do reforço dos

reservatórios de montante a redução, mas principalmente da adaptação das captações do âmbito da bacia do paraíba do sul. Quer dizer, garantir que os municípios tenham condições de captar água, porque não é um problema de vasão, é um problema de nível, que isso aí você conhece muito bem, ele precisa ser complementado pelo aspecto principal que é o plano de contingências na bacia do guandu. Né, mas na calha do paraíba do sul, isso foi construído com a participação de todos os estados, estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais, todos os usuários, esse comitê esse plano, tem esses nome, tem esse nome, plano de ações complementares, não recebeu o nome de plano de contingência, portanto esse esforço foi realizado. Com relação a vazão mínima, eu faço questão de trazer essas informações, para que a gente possa aprimorar a legislação porque eu mencionei no início que nem todos nós temos claro as regras sobre os quais nós estamos discutindo esse processo, e uma delas é a vasão mínima. A vasão mínima não é de agora, isso é uma condição de 1971, se não me engano que foi reforçado por uma resolução da ANA em 2003, fruto dessa experiência que você mencionou e depois vem sendo atualizada, a vasão mínima, ela foi pensada como uma vasão de garantia de quem está a jusante, então ela é uma obrigação de que ele não pode reduzir além daquilo. Produziu o efeito em uma situação de crise que é essa que você apresentou e com a qual eu dialoguei aqui com esses plenário, com a qual eu concordo. Que é o fato de ao você definir a vasão mínima que é uma garantia para que aquela quantidade de água chegue você não tem a contrapartida da vasão máxima a ser operada e não é aqui só, é em praticamente todo o Brasil, isso precisa ser melhorado? Claro, tanto é que eu aponte aqui sobre o aprimoramento da regulação, nós precisamos parar de regular só pelo máximo e pelo mínimo e deixar por exemplo, no meio, parece que tudo está normal, sendo que dependendo de como você opera a condição de anormalidade é dada pela tua operação durante esse período, então nós vamos ter que operar criando faixas bandas, níveis de segurança intermediários nos principais reservatórios brasileiros, eu acho que esse é o grande avanço que a gente tem em relação a regulação.

PROCURADOR EDUARDO: doutor, eu vou pedir para sintetizar ainda mais porque nós estamos....

VICENTE GUILLO: vou sintetizar. A outra, é com relação a hierarquia, eu também aponte essa questão, a crítica principal aos senhores, senhoras, ministério público com a qual eu não convivo bem, é a crítica da omissão e essa omissão muitas vezes aparente, ela é decorrente da ausência de uma definição clara em situação de crise, porque quando está tudo bem, quando você obtém um consenso, isso é excelente e se não fosse possível obtê-lo, qual é o nível de decisão? Há interpretações a respeito disso, mas elas não estão consolidadas então nós precisamos que esse processo de crise consolide a nossa interpretação ou dos ajustes que eventualmente tenham que ser feitos na legislação, não acredito que precise mas precisa de uma interpretação consolidada de que numa situação de crise na ausência de uma definição quem decide? E essa definição não é simples, porque quem decide, quem tem a legitimidade é aquilo que a sociedade democraticamente instituiu ou são outros fóruns e outras instancias? Essa é uma discussão permanente da sociedade, inclusive que a gente vivencia aqui de maneira democrática. Tem uma pergunta do Leandro sobre questões de aplicações de recursos, mas essa também foi encaminhada a mim mas eu penso que ela é mais apropriada para o comitê de bacia do São Francisco. Muito obrigado pela oportunidade. Isso, pelo comitê do paraíba do sul, desculpem.

PROCURADOR EDUARDO: na verdade a pergunta que se referia a taxa de 30%, que vai gerar o bônus, como essa taxa é estabelecida, já que internacionalmente, segundo a informação seria de 10% o aceitável ou não.

ANDRÉ: André da GEBAP, diretor da GEBAP. A primeira coisa para a gente entender, na verdade a resolução 218 que fala sobre a cobrança, primeiro quem conhece o comitê e viu toda a construção na realidade é o primeiro comitê que adota o uso racional, tanto no setor de saneamento como também na agricultura, foi uma discussão feita por dois grupos do qual participaram todos os atores, foi uma construção de longo tempo, onde ai finalmente se conseguiu chegar em uma conclusão que era o que? Que a gente ia aplicar fatores de redução ou fatores punitivos para quem trabalhasse com o uso racional da água, tanto no saneamento quando na agricultura, então se você usar uma tecnologia melhor que, tipo gotejamento, você tem desconto em relação ao valor que você paga na cobrança, e no setor de saneamento, se você reduziu, diminuiu suas perdas, ele também tem um desconto no valor das cobranças, então é o primeiro comitê no brasil que usa esse sistema, realmente implantou, de você fazer melhoramentos de forçar ou tentar que as empresas fazem melhoramento na gestão tanto de saneamento quanto de agricultura, então esse foi um procedimento muito construído pelo comitê, depois de dois anos dos grupos discutindo se chegou na realidade naqueles números, nós estamos falando de médias nacionais gente, não adianta a gente começar a falar o seguinte, no Japão, perdas irre recuperáveis no sistema de saneamento, nós estamos falando de 8% são aquelas perdas principalmente em ramais de ligação. Então não adianta a gente começar a discutir qual que é o número da perda, nós estabelecemos primeiro uma meta, nós estamos agora de novo com o grupo discutindo os novos valores da cobrança e esses valores vão ser visados. Agora nós inclusive criamos um patamar de dois anos, para as empresas de saneamento, tanto municipais quanto estaduais se adequarem ao sistema, porque ter perdas não é um projeto, perdas é um programa para o resto da vida da empresa de saneamento, não adianta hoje você falar, vou reduzir hoje para cinquenta, se não tomou cuidado já tá 51, se não tomou cuidado tá 52, você trabalhou baixou para 48, você não mexeu voltou para cinquenta. Então é um programa de perdas que precisa ser instalado, então o primeiro comitê na verdade do brasil que estabeleceu critérios na realidade de eficiência nas operadores de saneamento e de eficiência no setor de agricultura foi o CEVAP então a gente comemorou muito, o CEVAP quando conseguiu isso, foi um grupo principalmente da diretoria que pediu muito do Danilo, da Vera e seu Tarcísio, que a gente conseguiu fazer isso. O outro segundo é da onde saiu os 9%. 9% foi uma negociação, comitês de bacias estão compartilhados, todos os usuários, setor da indústria, do setor do saneamento, do poder público, então foi um valor de.... Mas existe todo um estudo de impacto que vai ser feito, a ANA emite uma nota técnica a gente manda o valor, toma cobrança até do conselho nacional de recursos hídricos, ai depois que a gente define o valor do aumento, existe o impacto que é feito nos usuários, quanto que o 9% está impactando na tarifa de água, quanto que o 9% está impactando nos usuários da agricultura. Então o 9% foi um valor construído e compactuado entre usuários, que é a gestão compartilhada de recursos hídricos, então ela sempre vai ser feita assim e continuará sendo graças a deus a isso. Então o CEVAP conseguiu aumentar esse valor dessa forma. A gestão compartilhada. E usa hoje o sistema de eficiência no saneamento da agricultura, outros setores foram discutidos também mas ainda não começou a ser aplicado, mas estão em discussão também na indústria, estão em discussão e só para saber, não existe uma redução no valor.... Não existe um valor de redução, no impacto econômico financeiro a receita nossa vai crescer exatamente 8,3% em relação ao 9% que foi cobrado, ela não sobe os 9% exatamente pelos impactos da redução mas ela só está 8,3% acima do valor que é cobrado hoje, de oito milhões, tá bom? Muito obrigado.

VINICIUS ROCHA: só fazer um comentário para o professor Cannedo, em relação ao protocolo de comunicação, na verdade estamos gerenciando agora nessa crise, vasões que nunca foram praticadas na captação pelos usuários, então o que há no grupo, são decisões de reduções mas

que podem refletir em impactos pelos usuários que não são reconhecidos, então há esse compromisso de um protocolo de comunicação para reverter, não que não vá se avançar, mas que haja tempo eventualmente para alguma adaptação, as adaptações tem sido feitas e são testadas online, não há tempo para se fazer nenhum tipo de captação, e como o objetivo é reduzir para você ter condições de captações futuras, não há sentido de você deixar por exemplo uma cidade que é a principal prioridade sem captar porque você vai deixar de captar no futuro, então esse protocolo de comunicação tem funcionado muito bem.

PROCURADOR EDUARDO: tá encerrado né, imagina, é que nós estamos com o tempo assim, porque nós temos que ouvir a SEDAI.... É que nós estamos com uma dificuldade de tempo. Você não pode perguntar depois não? Ou põem por escrito.... Ó, sério mesmo, você vai ter um minuto, contando! (Risos).

HOMEM NÃO IDENTIFICADO: quero dar um boa tarde a todos, Eduardo, ninguém melhor que o doutor para conhecer, sou de são Francisco de Itabapoana, estivemos numa reunião no dia 24, em âmbito municipal, devido à dificuldade do agricultor. Eu sou representante da associativismo e tivemos uma reunião em âmbito municipal com o INEA, da superintendência de campos para orientar o produtor devido à crise hídrica que o município está passando e veio a calhar, não é com tanta possibilidade que eu venho a capital fluminense e venho trazer de lá de são Francisco de Itabapoana as demandas e deixar nas mãos de vocês, desde já quero parabenizar pela reunião, foi muito proveitosa, e espero que chame mais o poder organizado, a sociedade civil para poder participar e opinar, desde já obrigado e desculpa alguma coisa.

PROCURADOR EDUARDO: podemos encerrar né Sérgio? Damos por encerrados os trabalhos dessa mesa, agradecemos a todos os participantes né....

SERGIO SUIAMA: vamos em seguida compor a mesa seguinte, presidente da mesa é o doutor Rodrigo Timóteo da procuradoria da república do município de volta redonda. Nós temos também nos convidados as autoridades. Então eu vou solicitar então a presença aqui na mesa....

RODRIGO TIMÓTEO: boa tarde a todos, sem mais delongas, vamos começar, eu queria convidar e agradecer a presença do presidente do INEA no âmbito estadual.... Então senhor Antônio da Hora por favor, a presença a mesa aqui, a diretora de gestão de águas de territórios do INEA, desculpa que não está aqui o nome dela.... Eliane Barbosa, e o diretor presidente da Sedai. Além dele lógico o presidente do.... O secretário estadual de meio ambiente também. A o senhor não vai? bem, eu vou iniciar essa mesa bem rápido para a gente não perder tempo com qualquer.... Eu pedi ao doutor diretor presidente da SEDAI Briar, muito obrigado pela presença dos senhores, realmente o período agora, o tempo e bem escasso, então não vou fazer nenhum introito aqui da minha atuação, mas eu sou só para esclarecer, eu sou procurador da república do município de volta redonda onde tem um problema direto, impacto direto da questão mas não só de volta redonda, são treze municípios que nós atuamos, então eu vou passar diretamente a palavra, eu acho que poderíamos, não sei se os senhores preferem começar pela ordem.... Pela SEDAI, então pelo interesse de todos, comecemos pela SEDAI. Antes de começar, só para a gente tentar criar um debate bem franco, direto e até para não perder muito tempo, eu iria pedir a todos os palestrantes, com todo o respeito a presença dos senhores, mas que possa ser objetivo, eu sei que o levantamento histórico já foi abordado por quase todos, talvez possa ser abordado pelos senhores, mas que a gente possa também objetivar a questão direta dos pontos das providencias que vem sendo tomadas, qual é a perspectivas de futuro, sem pautar o que os senhores venham a dizer, mas só para a gente tentar trazer isso e peço também que ao terminar aqui para o debate que sejamos bem objetivos nas perguntas, porque de vez

em quando as perguntas passam a ser quase uma exposição de posicionamentos, então eu agradeço a todos e muito obrigado e desculpa qualquer interferência tá? Quem que não foi chamado? A! o presidente do conselho estadual de recursos hídricos. Desculpa! Desculpa aqui o hipertempo, mas o senhor pode comparecer aqui, foi erro meu, me desculpa! É, eu estou tentando otimizar aqui o nosso debate e lembrando que estava na outra página. Tá bom, obrigado.

BRIAR: boa tarde a todos, é um prazer estar aqui com o ministério público num tema que é tão pulsante ai desde o ano passado e que esse ano com o comportamento hidrológico se tornou ainda mais relevante. Na verdade eu acho que o objetivo nosso da SEDAI, a SEDAI é uma usuária do sistema hídrico do complexo paraíba do sul guandu, diferentemente de outros estados que operam barragens ou operam reservatórios, a sedai capta dentro da sua outorga na calha do rio e utiliza essa água para o processamento dela e o abastecimento da população do grande rio no caso do Guandu e das cidades ao longo do paraíba do sul tanto no médio quanto no baixo paraíba, como o procurador falou, não adianta repetir as ações né, porque seria uma repetição de tudo o que já foi dito então eu vou deixar isso ali na tela só enquanto eu falo um pouco até mudar para outra imagem. Mas não importa o que estiver falando ali porque todo mundo já falou praticamente a mesma coisa. O que é importante dizer e que foi muito bem colocado aqui é que no ano passando em abril, depois da discussão, a aparecida falou, acho que foi ela que falou, se não foi ela foi à vera, a foi a aparecida? Que depois da discussão da questão da transposição, enfim, em que veio a verificação de que se transportássemos a pior curva já verificada que era a curva de 55 de comportamento hidrológico dessa bacia com o que estava de reserva equivalente acumulada nos reservatórios existia uma perspectiva de que entraríamos na reserva técnica ou volume morto como a área da energia elétrica fala, num prazo até o fim do ano, e isso ensejou o grupo GTOH a se reunir periodicamente e em conjunto com a ANA e a ONS e de mais atores que ficavam envolvidos com a discussão, usuários e a sociedade civil, enfim, como que seria gerido a questão, principalmente da vazão objetiva em Santa Cecília que na verdade é a reguladora da gestão desses reservatórios, porque quando sai da resolução, normativa de defluência mínima é então a variação da vazão mínima objetiva em santa cecília que importa. E essa gestão, ela foi feita de forma que se acompanhando essas curvas, se imaginasse que entraria num período húmido com alguma reserva e tivemos um péssimo período húmido. Né, um péssimo período húmido de outubro, novembro, dezembro, janeiro o pior então entramos com 2,1% se não me engano dia primeiro de janeiro quando o mínimo anterior, o menor seria 20%, então muito ruim, um janeiro declinante e ai sim fevereiro a curva começa então a subir um pouco chegando agora a perspectiva de chegarmos ai em torno de 11%, 12% talvez no final do período húmido fique em torno disso. Enfim, mas a SEDAI como usuária, como participamos da crise de 2003, e já na crise de 2003 algumas recomendações tinham sido dadas para a questão da gestão dessas águas, nós viemos nos precavendo e vendo o seguinte, se houver realmente uma piora como está realmente começando a ter tendência é preciso que, principalmente Itaguandu que abastece nove milhões de pessoas, esteja preparada. Então algumas obras foram.... e ai pode mudar, agora para o próximo por favor. Aqui é a tomada da água então, ali é a barragem secundária a esquerda, aqui é a barragem principal e a tomada d'água do guandu, aqui a esquerda do guandu. Foram feitas obras no caso que o seguinte, o guandu, ele é um rio que entra, é uma tomada d'água para a estação que entra por um canal de derivação por gravidade. Então o que se estabelece com essas barragens principal e secundária que tem aqui de um lado e do outro o que a gente chama de ilha do guandu que é esse pedaço de terra no meio do guandu e nada mais é do que manter o nível operacional de uma determinada altura em relação ao nível do mar e essa altura é o nível operacional ideal que faz

com que a água entre numa quantidade suficiente num sistema de desarenação que é retirada dos sólidos, né mais grosseiros e aí cheguem nas elevatórias de baixo recalque porque esse baixo recalque por ser baixo expressões, para vencer a distância de três mil e seiscentos metros e chega então a Ita Guandu para ser processada e ao lado dessa elevatória tem a da Petrobrás que capta dois metros cúbicos por segundo para o abastecimento do complexo industrial da REDUQ. Então com as intervenções que foram feitas, então nós mantemos o nível operacional imaginando que diminuindo a calha hídrica mas mantendo o nível operacional a gente estabelece a manutenção da relação do gradiente de velocidade do rio Guandu com aquela bacia que vocês viram a montante do rio que é onde cai as contribuições dos rios oriundos da baixada fluminense e drenante para a baía de Sepitiba, fazendo então com que a água do rio Guandu efetivamente entre na tomada d'aguado Guandu, pode passar, entre na tomada d'água do Guandu e possa ser processada para abastecer no grande rio. O Vicente Andreu, que é um parceiro nosso, estamos juntos aí nessa lida há muito tempo né, discutindo isso aí sempre, sempre, podendo se ajudar, ele como falou bem, vem lá de trás desde a década de sessenta, ou logo depois, 71 mas desde o DENAI que vem essa quantidade de água que ficou estabelecida 190 metros cúbicos por segundo, e a resolução da ANA apenas ratificou e manteve isso. E isso, saindo um pouco da cera da SEDAI e falando só rapidamente para poder contextualizar, era o histórico do possível balanço de massa, do possível não, do balanço de massa do possível desenvolvimento dessa região. Eu costumo dizer que quem permitiu que as indústrias se estabelecessem ali na zona industrial de Santa Cruz e captassem direto do Guandu, próximo ao mar, certamente se basearam nesta normativa, né? Se não tivesse se baseado.... Que nessa normativa algum louco teria autorizado a primeira indústria a se instalar ali pelo menos a primeira, né, mas o processo se evoluiu e não há dúvida nenhuma, isso é uma percepção não só como o presidente da SEDAI mas pessoal minha que era diretor de operações da SEDAI antes, que o sistema de reuso é um sistema bastante eficaz para a indústria, né, diferentemente do que eu ouvi aqui pela manhã, a matriz não só na SEDAI mas na maioria dos locais e eu estava, com essa questão de perda eu estava dando uma olhadinha ali nas perdas de todos os países da Europa para refrescar a memória nós temos 75% da nossa matriz com água domiciliar. Né, e 4% industrial, o Rio de Janeiro é muito diferente de outros estados como São Paulo por exemplo. Que tem indústria, massivamente ligada no sistema formal, não é o caso aqui do Rio de Janeiro, mas eu tenho a plena crença de que o sistema de reuso.

BRIAR: vem de esgoto, em que nós durante um ano e meio testamos os sistemas para tratamento dos afluentes e esgotos para uso industrial por conta dos estudos do COMPERJ do complexo petroquímico então fizemos um estudo aprofundado disso, não tenho dúvida de que é uma água de excelente qualidade é um custo competitivo e que para um uso não nobre, será o futuro para isso, me atrevo a dizer até de que há de se pensar numa legislação a fazer com que pelo menos parte da matriz industrial de uso de água seja de água de reuso, tanto de água de reuso do seu próprio processo interno como de água de reuso de situações alternativas como de estações de tratamento de esgotos por exemplo. Quando dá vazão mínima em Santa Cecília, Santa Cecília é o local da transposição né, tem quatro.... É uma elevatória Santa Cecília da light que transpõe água para gerar energia em duas usinas, usinas de Nilo Peçanha e Fontes nova, fontes nova com quatro máquinas, uma é do lado de lá e três são da água oriunda do Paraíba do Sul cada uma com 40 metros cúbicos por segundo portanto uma transposição ali máxima de 160 metros cúbicos por segundo. Mas com os 119 que com os 71 que vão para a foz completam 190, sempre teve uma história de que não era possível a SEDAI tratar com menos que isso, que isso pioraria a qualidade de água de tal jeito que não conseguiria. Bom, nós estamos com 88 e quantidade e a qualidade é a mesma até agora, dentre esse processo todo que eu falei que de

abril do ano passado pra cá fez com que nós tivéssemos essa quantidade de água reservada, que foi uma gestão integrada né, como eu falei da ANA, ONS das bacias que foi, tudo nós discutíamos e dizíamos, ó quanto que a gente vai reduzir, não existiu nenhuma das reuniões em que a SEDAI não fosse favorável a redução. Nenhuma, nenhuma, né, o Vicente tem dois representantes que são muitos firmes, que é o Patrick e o Joaquim, que a gente se dá bem com eles porque são pessoas que conhecem bem o sistema e o Joaquim conhece bem o sistema do Rio de Janeiro, e a gente sempre teve essa posição, não tem problema nenhum, vamos reduzir a gente tem que segurar mesmo essa água não é gente? A gente não sabe o comportamento que vai acontecer. Agora, o que nós temos que ter é a responsabilidade, a questão, acho que o Vicente corrigiu aqui, a questão do paraíba do sul a jusante, não é nem uma questão de quantidade de água, a questão é de nível, porque, como o paraíba do sul tinha uma largura média com aquela quantidade de água então as captações eram na sua maioria captações físicas, tiveram que ser ou aprofundadas ou deslocadas, no momento e era aquela imagem que estava ali, seis imagens seguintes, nós ficamos com seis cidades, é seis municípios com total de nove captações e que está com sistema provisório pegando água com as reduções e que são transformadas, pode até ir passando uma por uma, serão transformadas em captações ou mais profundas, uma delas poço e o resto captação flutuante. Para fazer com que, com a diminuição da calha ainda assim seja capaz de pegar a quantidade necessária para tratar e abastecer a população vinculada a aquela captação. Então a questão dos 110 metros cúbicos por segundo que é uma projeção de que se mantendo o que a gente está imaginando até o final do período húmido, chegando aí ao máximo aos 11%, uns 12% nós estamos em 10, 9,6 se não me engano hoje, a gente operar com isso e ter reserva suficiente para poder chegar com uma quantidade razoável de água até o próximo período húmido. E não há problema nenhum nisso, desde que, como eu falei com responsabilidade, a gente vai gradualmente diminuindo e vendo o comportamento, nós tínhamos aqui no Rio de Janeiro o Adacto já foi embora né? Ah tá, tá aí, nós tínhamos aqui no Rio de Janeiro, me permita o elogio, o pai do Adacto era um excepcional profissional da área, né, da área de saneamento, da área hidráulica, fez os modelos reduzidos do guandu e do imuna laranjal, e caso ainda tivesse lá a hidroesb que era a empresa deles com modelo reduzido do guandu certamente poderíamos até em modelo reduzido fazer o teste do que aconteceria com 75 ou 70 metros cúbicos por segundo e ter uma razoável segurança de como se comportaria esse sistema. Faríamos algumas medições ali nos gradientes oriundos dos rios que vem da baixada, com o que vem do guandu com uma redução de vazão e aí teríamos, acho que com um modelo reduzido uma sensibilidade que nos traria uma relativa segurança, mas não temos, então, nós temos 9 milhões de pessoas com redução de uma calha hídrica que nunca aconteceu desde 1955 e trabalhando no um pró um. Quer dizer, nós já mostramos aqui a avaliação qual foi né? 119, 116, 114, 110, 96, e estamos em 88. Estamos em 88 e estamos mantendo a quantidade e a qualidade prevista, preconizada na portaria 2914 do ministério da saúde que é a portaria que rege a qualidade de água para o abastecimento humano. Teremos outra reunião amanhã, não sei qual é que vai ser a decisão de amanhã, mas a hora que diminuir, ou diminuir para, sei lá, vamos hipoteticamente, 85, vamos ver o comportamento, se comportou bem a relação dos gradientes ali se mantiveram, o nível operacional se manteve, sem problema nenhum no tratamento, ótimo, vamos até chegar no limite da vazão que vai compor no somatório da transposição mais a vazão em direção a foz, os 110 metros cúbicos por segundo. E se nesse meio tempo uma das reduções levarem a uma vazão que possa ter uma intercorrência de variação de qualidade fundamentalmente de qualidade em termos de alcalinidade que interfere fortemente no primeiro processo unitário de tratamento da estação de tratamento de água, que é o de coagulação, se isso acontecer, nós temos um protocolo estabelecido com o INEA, já é com o INEA. O INEA esse ano já estabelecido isso de aviso, porque tem cerca de seis horas de captação

de água de pereira passos até a captação do guandu, já avisar, olha, tá acontecendo este comportamento é preciso uma análise mais apurada. A SEDAI mantém o monitoramento vinte e quatro horas por dia daquele sistema, tanto o sistema de captação quanto o sistema, a montante da captação tanto pro lado do guandu quanto pro lado dos rios poços queimados e Ipiranga para estar quase que online com comportamento qualitativo daquele sistema e realmente o que a aparecida falou nos preocupa em termos principalmente das cidade do médio e do baixo paraíba menos um pouco pois temos a adição do Paraíba mineiro, temos a adição do pomba do Muriaé talvez menos um pouco, mas a questão qualitativa desses reservatórios, né, porque na calha hídrica ainda que tenha a poluição, isso é mais ou menos controlado, mas em áreas de reservatório com zonas de isolamento grandes, com baixa movimentação a postos de carga orgânica então e baixa coluna d'água fazendo com que o raio solar chegue a ponte da coluna que normalmente não chegariam é um conjunto muito favorável a proliferação de microrganismos em especial a questão das cianobactérias, então há de se ter um monitoramento muito forte com essa redução do paraíba do sul. Então em termos de abastecimento com a crise hídrica, o que nós podemos afirmar é que neste momento com 88 metros cúbicos de transposição e 37 metros cúbicos por segundo para defluências jusantes, as captções da SEDAI estão se mantendo no momento em termos qualitativos e quantitativos dentro da normalidade, tá? Existem variáveis possíveis? Existem variáveis que podem acontecer. Chuvas intensas em determinadas bacias contributivas que não são a do guandu e pereira passos está fixo, isso pode acontecer? Pode ser um fenômeno acontecer e que varia a qualidade? Pode acontecer, vai ter uma tremenda de um temporal absurdo na bacia da baixada fluminense, com aqueles rios contributivos ali e pereira passos vai estar fixos, isso pode dar alguma alteração? É uma variável que a gente estuda e por isso a gente mantém o monitoramento e temos algumas opções de contingencia se acontecer uma situação dessas que seria uma situação limite. Então eu acho que da mesma forma que foi conduzido desde abril do ano passado essas reduções de uma forma inteligente de uma forma observando as curvas, as piores curvas e agora está se traçando a pior curva que seria 2014, como se comportará, nós chegaremos já que a reunião é semanal, nós chegaremos em breve aos 110 ou até chegarmos de 88 a vasão que vai ser de transposição que eu não sei qual é, deve variar alguma coisa entre 75 e 70 acredito que seja isso, mas não sei exatamente quanto será acontecer alguma coisa que piore a qualidade de entrada ali e que não permita a produção ou quantitativamente ou qualitativamente na condição da portaria. É claro que da Hora e Eliane estão aqui, vão falar, o André certamente mais cedo falou sobre as indústrias, provavelmente novas reduções se não tiver soluções alternativas das indústrias e tem soluções alternativas possíveis, né, algumas mas uma já em curso, certamente elas sim terão problema. Aquela região, voltando só um pedacinho e aí também não tem muito a ver com a SEDAI mas só para lembrar, eu vou encerrar agora, ela é uma região que vai ter um desenvolvimento econômico importante, né, porque o arco rodoviário se instalou ali e o arco rodoviário desagua no porto de Itaguaí e certamente será densamente ocupado, principalmente por empresas de logística ali, porque está muito próximo do porto e a opção de abastecimento certamente será essa, não terá outra, pode não ser nem da SEDAI mais muito provavelmente será desse sistema, não terá outro jeito. Eu não vejo assim uma outra opção como muito bem foi observado, infelizmente o único grande manancial para a região do Grande rio é o rio paraíba do sul, se tivesse um aquífero subterrâneo aí de grande qualidade e condições da gente pegar seria tranquilo, mas não é assim. Só tem uma coisa que eu queria corrigir, a SEDAI não tem mais tubo de distribuidor de chuva de cobre não tá? Já foi tudo substituído, mas eliminando isso porque incluía informação do MP, a gente acabou com eles então temos só dos outros materiais. Temos todos os ferros, pvc's e PAD's mas não temos o chumbo, enfim, essas são as ações que a SEDAI tomou, essas ações são de conhecimento do

GTOH, são de conhecimento da ANA, tudo o que nós fazemos, a gente reporta, informa que está fazendo, previamente qual a decisão que nós vamos tomar, o que é que aquilo gera de mitigação de um risco iminente, quer dizer, são ações que são discutidas já, vai fazer agora em abril um ano, para a gente suportar esse período crítico que nós estamos passando.

RODRIGO TIMÓTEO: agradeço a exposição, e vou passar a palavra diretamente ao senhor João da Hora, é isso.

JOÃO DA HORA: bom, boa noite a todos, procuradores, adiantada a hora eu vou ser rápido né. Obrigado pela oportunidade. Eu vou fazer uma rápida introdução do como é que nós chegamos ao Paraíba do Sul né, todos vocês conhecem, já foi bastante falado, temos aqui o Paraíba do Sul, parte verde paulista, a parte amarela é mineira e a parte rosa, não porque o Rio de Janeiro goste de Rosa, mas a parte rosa é fluminense. É o feminino claro, e os reservatórios onde estão, três dos reservatórios que são de regularização Paraibuna, Paraitinga, Santa Branca e Jaguari e exatamente na hora em que entra no Rio de Janeiro está funil. Responsável por 65, 66% está nessa região, depois chega funil já é um reservatório menor. O próximo por favor. Bem, aí tá bom, na realidade é o perfil do rio e aonde estão os reservatórios, percebe-se realmente que Paraibuna, Paraitinga é o maior, depois Santa Branca que virou uma usina a pouco tempo né, era só reservatório, entra o Jaguari, funil e aqui que é Santa Cecília que é aonde há a transposição, bom, essa transposição é essa barragem, uma barragem móvel, praticamente se eu levantar todas as comportas é como se a barragem não estivesse lá, por isso seria uma barragem móvel e aqui estão as quatro de quarenta metros por segundo, quatro bombas de quarenta metros por segundo onde bombeia, então aqui que é a divisão e é esse o local, o ponto de controle que o Vicente falou e todos estamos falando, aonde a resolução vem baixando sucessivamente o controle, rio a baixo a jusante é feito, seria uma parte da vazão e aqui bombeado para o sistema LIGHT, o próximo por favor, alguma coisa, não aconteceu, não apareceu, volta por favor. O sistema de bombeamento, o primeiro, sai de uma cota paraíba do sul, sobe quinze metros, através de um túnel, joga no reservatório Santana, sobe trinta e cinco metros, joga no reservatório SEDAI, o reservatório vigário, aqui passa rio são Paulo a Dutra, no meio disso aqui você vê a cinco, sobe a serra, e depois ele despenca no complexo light né, complexo light. O próximo, até que no final ainda pega a usina de pirara passos e finalmente chega no ribeirão da Lage que é um dos formadores do Rio guandu, pode vim mais uma, uma rápida, talvez se enxergue melhor aqui, o paraíba do sul, o primeiro bombeamento, o segundo bombeamento, passa Rio – São Paulo, e aqui o complexo Lage e ainda pega as cabeceira do ribeirão da Lage. Bom, o que é importante é que quando a SEDAI, quando não era nem a SEDAI, quando chegou a estação de tratamento do guandu, estamos falando da década de 50, foi quando começou a acontecer isso, a partir daí quando se formalizou todo o... veja bem, a primeira usina, fontes velhas, é de 1910, a segunda, 1951, aonde passou a se ter a geração, a transposição e a partir dessa transposição viabilizou a estação de tratamento da água do guandu. Mais na frente pode-se fazer a ampliação, na década de 80, em 82, a segunda estação se transpôs mais água, portanto, na realidade por causa da transposição, se chegou nas estações, esse é extraído do dia nove, não é de hoje né, é de ontem que é dia nove, as vazões que já foram amplamente faladas aqui, pode seguir, o importante não sei se dá para ver aqui, é o primeiro decreto de 1971 aonde diz não 190, diz na grade de 160 e 90, noventa metros cúbicos para as jusantes e 160 seriam as quatro bombas de quarenta, portanto 250 metros cúbicos por segundo, com o decreto lei ainda de 1971 se garantia essa vazão de 250 metros cúbicos por segundo chegando em Santa Cecília, a partir daí, dessa garantia a SEDAI pode ampliar e todo o distrito industrial que nós vamos ver, Santa Cruz pode se implantar, de queimados também houve o desenvolvimento da região oeste daquela região, onde se implantaram várias

industrias. Bom, a partir daí, se vê também, seguidas também já foi falado muito, reduziu para 190 e 173, pode seguir por favor, se bem que foram várias né, até a última que como está ruim de se ver, ela sugere, ela diz 110 metros cúbicos por segundo em Santa Cecília em junho, no mês de junho e aí vai se decidir quanto vai para frente, quanto vai rio a jusante, rio paraíba do sul e quanto é a transposição, veja bem, saímos de 250, portanto é importante que fique registrado que não foi leviano se instalar as estações de tratamento nem a expansão, existiu um documento, existiu um decreto presidencial que se dizia que ali era uma vasão e a necessidade.... Nós entramos agora em janeiro desse ano e começamos a acompanhar agora e acompanhamos o brilhante trabalho que tem sido feito pela ANA e aliás todo o conjunto que está trabalhando procurando avançar nesses temas e gerenciar essa crise. Foi instalado um gabinete de emergência mas o importante é dizer que hoje há a necessidade, estamos de fato em uma situação com reservatórios muito vazios e temos que gerenciar isso. O próximo por favor. Bom, eu só estou mostrando os reservatórios baixos, pode continuar por favor o tempo é curto. Chegamos a estação que o Briar falou, pode seguir mais dois, mais uma, são quarenta e sete metros cúbicos para o abastecimento da água e depois tem mais dois pra REDUQ não é isso? Em torno de cinquenta que é captado? 47?! O que é isso aqui que ele mostrou? Essa captação? O importante aqui, havia muita discussão até talvez falta de entendimento, é diferente, de por exemplo, das tomadas de água que ao longo do paraíba do sul, não há uma bomba se bombeando ao longo das águas do rio e levando para a estação de tratamento a água entra por um canal, por isso ela precisa de um nível da água para atingir, ela entra aqui, isso aqui é um túnel, são dois, a estação nova é essa e a velha é essa, é isso? Estão todas juntas? Mas essa é a segunda né? Ela entra e setecentos e cinquenta metros depois é onde estão as bombas que vão bombear para jogar há três quilômetros de distância aonde estão a estação. Portanto ela precisa de um nível, então o problema não é que muitas vezes é dito e talvez a população não entenda, que eu preciso de.... A SEDAI capta quarenta e cinco, eu só preciso ter quarenta e cinco no rio, não, eu preciso ter um nível da água, claro a vasão também, mas eu preciso ser um nível da água, e para garantir esse nível da água, o que é que a própria SEDAI vem fazendo? Ela vem fechando as comportas, olha se eu tenho uma vasão passando, talvez é isso que o Briar explicou, eu vou tentar detalhar um pouco mais. Eu tenho uma vasão passando por uma abertura larga, se a vasão diminui, o nível da água diminui, então ele o que é que faz? Ele estreita essa passagem para o nível voltar a subir, é isso que ele vem fazendo, ele vem estreitando essa passagem para o nível voltar a subir, para garantir com que a água chegue num nível adequado para ele poder bombear lá na frente. E nós ouvimos também, claro, pessoas que não conhecem muito o assunto, "a não, vamos colocar uma bomba aqui, e vamos bombear água pra dentro da estação, Basta eu garantir a vasão do captação". Olha o sistema de bombeamento, bombeamento, as bombas que você tem lá em lameirão, com a potência 9mil HP quantas de nove mil? Quatro? E quantas mais? Pois é eu quero dizer o seguinte, você teria que com um sistema de bombeamento impensável, que só em você encomendar e conseguir bombas desse, seria apenas dois anos pra ele fabricar e teria que trazer uma sub estação, que você vai provavelmente consumir uma energia próxima a quarenta e cinco cinquenta mil quilowatts só para instalar um bombeamento disso. Portanto nós temos que aprender a conviver nessa situação de crise desta forma. E é isso que eles estão fazendo e estão fazendo bem, por isso que eles dizem, ó precisamos ir testando, já que infelizmente não temos mais o HIDROESB e aqui eu endosso as palavras dele que eu trabalhei com o nosso Téo Flotoni, pai do Adacto, tive a honra de trabalhar com ele, se eu estiver falando alguma besteira a culpa não era do seu pai não viu? A culpa é minha mesmo, portanto o problema é um problema de nível e gravidade, o próximo por favor. Bom, mas nós temos um outro problema que aí estamos gerenciando, que é o distrito industrial, nesse caso o distrito industrial de Santa Cruz, vou passar até pra cá, o distrito

industrial de Santa Cruz, aqui nós vemos a CSA, termelétrica de Furnas, Santa Cruz, aqui é a GERDAL, e aqui é a fábrica carioca de catalisadores e vários outros, mas esses são os principais. É claro que na foz do rio acontece o fenômeno da água doce chegando da mesma forma como é lá em Campos. A água doce chegando e a água do mar querendo entrar e a água doce querendo sair. E isso são fenômenos conhecidos quando você conhece a vazão e a energia de cada um. Então você sabe a variação... mas na hora que você consegue a baixa a vazão do rio, no caso quando ou canal do São Francisco, abaixa a vazão é claro que ele perde energia e o mar vai avançar, ele literalmente deixa no sal, a captação dessas indústrias que foram pra lá incentivadas a serem instaladas e elas aqui, pelo menos a informação que nos chegaram, empregos diretos e indiretos são em torno de vinte mil. Mas além disso, nós temos não só a termelétrica de Santa Cruz que tem algo em torno de 900 megawatts, a CSA gera energia para ela e disponibiliza para o sistema algo em torno de 200, portanto ele disponibiliza para o sistema elétrico mil e cem megawatts, e temos a eletroboat, que é uma outra da Petrobrás, mas aí é montante da SEDA que não tem problema, mas capta água aqui também. Então lá na região tem de instalado mil e quinhentos megawatts, disponível para o setor elétrico, então o que é que se pretende? Ao se abaixar o nível da água para cento e dez, que é isso que está se perseguindo o mais rápido possível, o que é que se fez, o conjunto nesse gabinete de crise e junto com a SEDA e por determinação do governo, nós formamos que água que nós vamos poder disponibilizar para essa população, eu peço para ir para o próximo, que a gente volta. Fomos lá buscar água na estação Tatomen d'água do Guandu, da retro lavagem, ou seja da retro lavagem dos filtros, água de reuso dos filtros da estação, que água é essa? Na hora que é feita a captação joga-se os produtos químicos né, joga por fim, sulfato de alumínio, cloreto férrico, depois o polímero, formal os flocos, diminui a velocidade, esses flocos ficam com peso específico maior que um, mais pesado que a água, na velocidade eles caem e ficam no final do processo, passam nos filtros, os restos que ficam, esses filtros captam, de tempos em tempos de então o que? De doze em doze horas, faz-se uma retro lavagem, dezoito horas, joga-se água no sentido contrário e essa água é descartada. Essa água descartada seria disponibilizada para o setor industrial através de uma adutora. Bom, a situação que nós temos hoje para solucionar este problema, está sendo projetado e vai iniciar paralela a construção da captação dessa água de reuso da SEDA, agora, isto aqui nós temos um tempo de dez a onze meses, são catorze quilômetros. Com o chicote do secretário André Correia nas costas de todos... deles mesmo, tudo aqui é recurso do setor privado. Mas nós enquanto para garantir que vamos ter água neste ano e no ano que vem, não podemos esperar para parar de gastar água boa para empurrar o sal ruim. Nós temos que garantir agora, então para atender a resolução da ANA que volta a dizer acertada, nós precisamos economizar essa água para o uso futuro, qual é a sugestão? Nesse local e aí eu peço para voltar, neste local, se colocar uma soleira submersa ou seja, um atrapalhamento, porque quando está essa briga entre a água doce e a água salgada, a água salgada é mais pesada ela vem por baixo. Então se a gente atrapalhar ela, ela fica mais fraca e para. Então esse atrapalhamento, desculpa o termo mas na realidade é uma soleira submersa, e aí eu estava falando com o nosso Cannedo, ele disse, puxa eu vou lá, eu boto saco de areia, é mais ou menos isso, só que é um saco de areia um pouco maior para você a qualquer momento poder tirar, colocar nessa região, e porque aqui? Porque todas elas, tanto a termelétrica como a própria CSA, elas captam água salgada para a refrigeração dos seus equipamentos, já usam água salgada. Então eles podem usar água desse trecho, só não podem usar uma parte das atividades tem que ser água doce, colocaria aqui e aí perderia energia essa água salgada. Bom, com isso, isso seria absolutamente emergencial, e aqui eu me reporto, aqui, muito bem lembrado, o doutor Vicente falou, tem que ser uma obra emergencial porque nós temos que ter isso pronto em dois meses no máximo, pronto funcionando para poder abaixar o nível, então

não tem que passar não só por todo o processo de engenharia, implantação e a parte de licenciamento ambiental, tudo pronto, tudo funcionando em dois meses para se poder começar a fazer essa economia. Então o apelo que o doutor Vicente falou, eu reforço, é um apelo para que a gente possa implantar isso e tratar de forma emergencial também as licenças necessárias aqui para que pouca água que vem aqui possa ser captada, isso aqui vai ser feito em paralelo ai eu peço para avançar, isso aqui será implantado junto até que essa esteja pronta, quando essa estiver pronta, vai-se lá e se retira. Essa é a medida que está se tomando nesse gabinete de emergência para atuar nesse importante polo de produtivo industrial gerador de empregos, gerador de energia e toda a região. Bom, com isso a gente acredita e com a economia que está se fazendo a gente acredita que a gente consegue vencer a crise nesse período e nos preparar para o ano que vem. Bom, eu vou parar por aqui, esperar as perguntas, eu acho que foi mais que esclarecedor. Obrigado em.

RODRIGO TIMÓTEO: então agora a senhora Eliane, a diretora de gestão das águas e território do INEA.

SÉRGIO SUIAMA: eu tenho só uma pergunta rapidinha. Essa proposta de vocês seria financiada pela indústria?

JOÃO DA HORA: toda! Toda iniciativa elevada.

SÉRGIO SUIAMA: mas a solução emergencial também?

JOÃO DA HORA: as duas, as duas! Todas elas, nós estamos dando apoio técnico logístico, tecnológico, oral e chicotal.

RODRIGO TIMÓTEO: só para voltar aqui a deficiência.... Sem discutir deficiência democrática das decisões, mas para a gente ter um diálogo franco aqui, seria também muito interessante ter esse diálogo com o ministério público estadual, porque essa obra provavelmente vai ser num rio estadual, não, provavelmente não, é num rio estadual, a gente tem uma intervenção forte ai, independente do impacto que isso pode ser mensurado no ônus do licenciamento mas é um diálogo que tem que ser feito também com o ministério público estadual que é a questão da competência da atribuição de cada um dos ministérios que a gente precisa ter para....

SÉRGIO SUIAMA: qual a distância disso para o mar?

JOÃO DA HORA: a primeira intervenção dá uns seis ou sete quilômetros, essa emergencial, seis ou sete quilômetros se não me engano.

SÉRGIO SUIAMA: precisaria ver a questão do impacto do mar também né?

JOÃO DA HORA: se tem alguma navegação, esses pontos estão sendo levantados, mas não se deslumbra nenhuma.... De qualquer maneira é uma emergência. E vai se tentar deixar alguma coisa para pequenos barcos, caso pescadores, que possam passar ou alguma situação que ele possa passar porque o principal no momento é não parar as indústrias e conseguir guardar água para a sociedade como um todo.

RODRIGO TIMÓTEO: perfeito! Senhora Eliane...

ELIANE: boa noite a todos, quero agradecer aqui ao ministério público federal, em especial a procuradoria pública no estado do rio de janeiro, a oportunidade do INEA poder apresentar as suas ações, eu acho que faz-se a hora será extremamente difícil, nós conseguirmos apresentar todas as ações que o INEA já vem desenvolvendo e agora de forma mais emergencial,

principalmente se eu for me ater a demanda que era linkar essas ações a política nacional e a política estadual de recursos hídricos que conseqüentemente é o plano estadual de recursos hídricos. Pode passar, esse mapa já não precisa mais, só reforçando a questão de que são cinquenta e sete municípios na bacia do paraíba do sul, eu não sei se as pessoas falaram, com nove municípios da região metropolitana, o que dá um total de nove milhões e trezentos, mais esses restantes dos cinquenta e sete, um total de doze milhões e não de onze milhões, doze milhões e trezentos habitantes abastecidos pelo paraíba do sul. E mais a questão das indústrias e do estado. Nesses slides que a gente já montou, a gente já mostrou os reservatórios, inclusive os pontos de captação da SEDA em Santa Cecília, pode passar. Eu acho que eu não preciso falar mais desse slide, o meu objetivo aí é mostrar a coordenação da gestão integrada das águas para que nós possamos implementar a política de recursos hídricos com todos os seus instrumentos e o papel do INEA que é o órgão gestor estadual, nós temos aqui, não tem como apontar, do colegiado deliberativo o nosso conselho estadual do qual o nosso presidente está presente. E a ANA que é do órgão federal, o gestor da água, em nível federal, pode passar. Vamos tentar ser o mais rápido. Importante destacar neste sistema estadual de gerenciamento os principais objetivos na construção do pacto para a gestão dos recursos hídricos, o que pressupõem critérios na locação da água entre os diferentes usos, então a gente vai chamar a atenção para a prioridade do abastecimento humano e dessedentação de animais, obviamente, a minimização dos conflitos de uso, redução de riscos de eventos extremos, no caso escassez e inundações, e o controle da poluição, eu queria destacar, pode passar o próximo que eu já vou falando, que o nosso plano estadual de recursos hídricos, quando nós fomos tentar fazer o link dessas ações exatamente com o plano, você percebe nitidamente num relatório síntese do plano, uma planilha de ocorrência de desastres naturais. No estado, entre 2000 e 2012 por grupo e tipo, para vocês terem uma ideia, nós temos elencados oito tipos, dos quais o que está em primeiro lugar na verdade é inundação, com maiores ocorrências, e a questão de estiagem e de seca, ela vai aparecer na ante penúltima, na sexta colocação, e com dez dos seiscentos e quarenta e quatro desastres que ocorrem, simplesmente a parte de escassez aparece com dez só acidentes, então isso para dizer que o cenário que se apresentava até então, e as ações eram todas viradas, todas para a questão da inundação e não para a questão da escassez, então nós já tínhamos isso como uma atividade típica que é o controle da... pode passar e com isso as ações do governo do estado do rio de janeiro, aliás privilegiaram e continuam privilegiando, garantir água em quantidade e em qualidade para gerações futuras e atuais, pode passar, no caso, se eu fosse destacar as ações de planejamento nós teríamos como ações prioritárias a identificação primeiro das fontes alternativas, o que nós estamos fazendo e já foi feito o primeiro levantamento, o estudo e projetos em áreas prioritárias, a proteção e a mananciais, a proteção de mananciais, proteções de cabeceiras, a melhoria de sistemas de abastecimento que no caso uma parceria intensa com o CEVAP, a melhoria dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto que eu vou falar mais adiante, o apoio aos municípios a remediação dos lixões, estudos e projetos para a redução da vulnerabilidade e estiagem de secas, o fortalecimento da regularização de uso da água e a criação da rede de informações sobre os recursos hídricos, essa para nós foram as ações consideradas prioritárias no sistema de recursos hídricos do INEA. No caso das ações de saneamento básico, nós tivemos um impacto pelo saneamento aonde nós temos uma ação chamada rio mais limpo que é com apoio dos recursos do FECAN para que nós tenhamos o aumento da rede coletora de esgotos e do volume de esgotos tratados em articulação com os comitês de bacia, em articulação com o terceiro setor inclusive. Era CEIA, INEA, era um esforço conjunto do governo no estado. Da mesma forma foi elaborado os chamados planos municipais de saneamento básico, aonde nós contamos com recursos do FECAN do FUNDRI e do CEVAP, tendo como enfoque a drenagem urbana, eu acho até que o

André Marcos falou sobre isso, temos o esgotamento sanitário e os resíduos sólidos. Os resíduos sólidos, eles tem uma ação ainda no âmbito do INEA chamado de lixão zero, aonde nós temos até com parceria com a ANA um aporte do BID de um milhão e duzentos, nós temos recursos FECAN, nós temos recursos FUNDRI esse lixão zero é justamente para a gente remediar esses lixões, conseguir acabar com os lixões e trabalhar com os aterros sanitários. Nós hoje já estamos com 14 municípios concluídos, 55 em andamento e três a licitar, onde se conclui que nós chegaremos ao total.... Rapidamente a expectativa é que a gente alcance agora em 2016 o total dos municípios alcançados por esse programa do lixão zero, tá aí o cenário que a gente tem a criação também, foram trabalhados para que esses municípios, municípios que não tinham condição de ter uma estação de tratamento de lixo, uma unidade de lixo, nós fizemos consórcios municipais, oito municípios se consorciaram, para a implantação desses aterros, dos quais dezessete já foram concluídos e seis estão em implantação, tem uma tabela aonde a previsão é para 2015, mas nós sabemos que poderá passar um pouquinho de 1025, mas nós estaremos com 100% dos resíduos sólidos urbanos destinados para aterros sanitários e portanto fazendo a remediação e o encerramento total dos lixões ainda em 2015. Pode passar. Quanto ao aumento da disponibilidade hídrica. A principal ação que hoje nós destacamos como uma ação de emergência, a curto prazo, não vou chamar de emergência, mas vou chamar de curto prazo. É a implantação do reservatório no rio Guapiaçu, ele visa aumentar a oferta hídrica para o sistema imuna laranjal aonde que esse sistema, ele na verdade atende a Niterói, Itaboraí e São Gonçalo. No âmbito do conselho estadual de recursos hídricos, ao levantar essa ação, foi criado um grupo técnico que já está se reunindo para discutir talvez, ou reavaliar a locação, qual é o melhor local para se fazer esse reservatório em função dos impactos sócio ambientais que por ventura esse reservatório venha a trazer, essa ação embora, uma ação de extrema importância que deveria ser a um curto prazo porque é na zona leste do estado, contrário para quem não conhece o lado contrário do Guandu, ela é de fundamental importância para aquela região, então é preciso que seja feita. A outra ação que nós consideramos que é uma ação emergencial visando o aumento da disponibilidade hídrica, é a elaboração dos projetos que aqui foram elencados, junto ao CEVAP para a implantação de reservatórios no rio Pombo e Muriaé, para que a gente possa mitigar os efeitos de inundação, e agora conseqüentemente mudando o cenário para aumentar a oferta hídrica, quer dizer, que o que era na verdade visando mitigar o efeito da inundação, que eu disse, o plano quando ele foi concluído, ele tinha um cenário que era inundação, e agora a gente está vivenciando um outro cenário totalmente diferente, todas as ações do INEA estão dentro do plano estadual, simplesmente a gente agora não estejamos com a prioridade que nós temos lá no plano, a bolinha preta que é a prioridade da prioridade, e a vermelha logo a seguir, nós estamos atuando na vermelha e na amarela. Porque eram justas as que falavam de oferta hídrica. Quanto ainda continuando. O projeto de proteção de mananciais que aqui tanto foi falado, inclusive pelo Adacto, de mananciais de abastecimento público, eu quero dizer que o INEA tem feito junto a gerencia de ordenamento territorial uma série de levantamentos de mapas para identificar quais são essas zonas de mananciais, quais são as áreas de produção rural, esses mapas, eles já estão prontos, nós priorizamos ainda a região hidrográfica dois, demos prioridade a ela, então nós fizemos o levantamento e a validação das captações de mananciais, que são estratégicas para nós, agora nós vamos fazer uma proposta de revisão e atualização das áreas de interesse especial para a proteção de manancial, porque se você for ver a lei, ela é da década de oitenta também, então nós agora precisamos fazer a revalidação e a revisão dessa lei e dessa proposta, inclusive pegando mapas com detalhamento maior, em vez de nós trabalharmos numa escala de um para cem mil, começarmos a trabalhar numa escala de um para cinquenta mil onde a gente possa ter o detalhamento realmente do que é que é a área passível de reflorestamento, o que é que não é,

e que tipo de.... se tem voçoroca, se não vem voçoroca, qual é a contribuição, isso tudo está sendo feito dentro do INEA na área de ordenamento territorial, e a última ação de disponibilidade hídrica dentro desse projeto de mananciais é a delimitação de áreas prioritárias para a proteção desses mananciais e estimativa de passivo de restauração florestal. Para aquela região hidrográfica. Essa parte como eu disse da região hidrográfica dois, ela está concluída e nós agora já estamos debatendo para a porção da bacia do baixo paraíba, estamos debatendo o mesmo trabalho para o baixo paraíba. Pode passar. Esse é um dos mapas de exemplo que nós temos.

ELIANE: são das áreas de interesse, de proteção de mananciais propostas para região hidrográfica dois. O ideal seria que a gente até pudesse apresentar que temos muitos mapas prontos, que estão nos ajudando grandemente. Como que nós estamos enfrentando essa crise hídrica? A primeira delas é o INEA vem participando da gestão compartilhada no âmbito do GTAOH, esse grupo de trabalho de acompanhamento de operação hidráulica junto com o CEVAP, com a ONS, a ANA ele justamente tem, é ele quem decide, é ele que dá, ao norte para que a gente possa alcançar as reduções gradativas das vazões. E como foi aqui mais do que explicado, nós temos um monitoramento constante e especial da qualidade de água e da intrusão salina, na foz do rio paraíba do sul e do guandu, agora a partir desse ano nós intensificamos o.... o Antônio da Hora já falou isso, o secretário instituiu o gabinete de emergência, o gabinete de segurança hídrica coordenado inclusive pelo nosso secretário de segurança hídrica o Antônio da Hora para poder fazer esse monitoramento, não só do guandu, mas também das ampliações que nós necessitamos em termos de instalações telemétricas, pode passar. Esse enfrentamento, essa gestão compartilhada, esse monitoramento, ele leva ao que todo mundo conhece, que é o protocolo de emergência, que também foi falado aqui, eu só estou colocando como é que ele acontece, nós fomos acionados agora na época do carnaval duas vezes, os usuários do guandu, na hipótese da intrusão salina atingir níveis que inviabilizem as operações, as captações dele, eles acionam o INEA, o INEA solicita o aumento imediato da vazão afluente de pereira passos, de 111, que nós estávamos para 115, ele aciona light furnas que por sua vez, acionará a ONS esse protocolo vem funcionando adequadamente e o mais importante, é que o mesmo protocolo nós estamos fazendo idêntico para o médio e baixo paraíba do sul. As ações de curto prazo, eu posso dizer que é então, primeiro nós trabalharmos com as captações desses oito municípios fluminenses com recursos do CEVAP aonde nós vamos tentar fazer, trabalhar com bombas flutuantes para que possa haver a captação melhor, da mesma forma as adaptações nas captações das quatro indústrias, dos quatro usuários no canal do São Francisco fazendo a soleira que o Antônio também já comentou e aí o gabinete de emergência e a implementação dos programas de reflorestamento, proteção de mananciais estratégicos, com o pagamento por serviços ambientais do PSA que já está em funcionamento dentro do INEA, como a ação de médio prazo e longo, primeiro, há o bypass que nós chamamos, a redundância, o bypass, da infraestrutura da transposição das águas do rio paraíba do sul para a bacia do guandu o que a gente chama do bypass da light, inclusive para permitir que haja manutenção desse sistema da light. A segunda reservação de água do rio Pomba e Muriaé em Minas Gerais, projeto que já está licitado pela CEVAP, a GEVAP, análise do potencial hídrico dos aquíferos fluminenses e verificação da vulnerabilidade de aumento da sua exploração. A gestão da demanda, tanto uso racional quanto reuso da água. Nós viemos trabalhando agora fortemente nessa questão do reuso da água, outra coisa, implantação do reservatório da bacia do rio Guapiaçu, também é aquele que nós falamos. E estudar, que aí seria de longo prazo, possivelmente a dessalinização, o que fica disso é a importância de que a bacia do paraíba do sul, é um esforço coletivo de todos, ela tem que ser recuperada e protegida e aí a gente ficaria

três grandes ações dos quais o INEA vem atuando e que consta no nosso plano estadual de recursos hídricos que é a recuperação ambiental em gestão da demanda com programas de uso racional da água e águas de reuso. A coleta de tratamento de esgoto, inclusive para poder melhorar a qualidade de água porque quanto menos água maior a concentração. E a questão que foi falada do reflorestamento e a proteção dos mananciais com pagamentos de serviços ambientais. A gente pode resumir isso em três grandes linhas de ações que hoje estão sendo feitas trabalhadas na bacia do paraíba do sul. Brigada.

RODRIGO TIMÓTEO: muito obrigada. O senhor já pode começar a palavra e faremos a....

DÉCIO: Boa noite, serei breve, como dizia aquele filósofo chinês, os últimos serão os últimos. Bom, como é que o SERI dentro desse processo. Ele tem uma atuação dentro das suas atribuições, normativa, deliberativa, né, consultiva acompanhando esse processo, através da participação dos seus conselheiros individualmente ou através dos técnicos do INEA na época da equipe da doutora Rosa e agora da doutora Eliane, a gente vem acompanhando e através desse processo e acompanhamento, quando a gente teve a primeira reunião lá em 24 de abril que tomou conhecimento né, a gente levou, internacionalizou isso no comitê, no conselho estadual e em maio a gente teve uma consciência maior do problema e como nós dissemos lá atrás, o gato subiu no telhado e o que os modelos nos informam é que não vai descer tão cedo. Então a partir daí a gente encaminhou o primeiro documento né, uma moção número cinco que foi para a ANA né, o Vicente não está aqui, a gente cansou de perturbar ele né, a ANA mandou a moção, e uma moção também para o governo do estado, isso em primeiro de junho. Bom, o segundo documento saiu em outubro senão me engano e foram para os dois candidatos do governo do estado alertando sempre para a crise, alertando para o problema de uma forma bastante séria, chamando a atenção de que deveria ter toda a atenção voltada para isso. E um terceiro documento lá em novembro, novamente ratificando a necessidade de se fazer, chamamento a população para que ela poupasse água para que ela fizesse enfim, se iniciasse o uso racional. O nosso entender de que isso foi de uma forma muito suave, muito leve, isso veio a acontecer de uma forma mais evidente agora em janeiro e fevereiro e acho que isso foi uma deficiência em todo processo e vai aí uma opinião particular mas eu acho que representa um pouco o pensamento de todos os conselheiros. Bom, como a doutora Eliane já frisou ali, na verdade o que está por trás disso é, nós temos uma situação estabelecida que não depende de um conselho, né, existe uma operação hidráulica, não dá para fugir dessa operação hidráulica, isso é evidente, né, e ela está sendo bem conduzida né, esse ajuste da SEDA e dos outros usuários da foz do canal São Francisco, tem que ser resolvidos por eles mas ao nosso entender, o que a gente pensa e o que eu particularmente penso, com o futuro, o que é que vai ser feito a partir daí? O que a Eliane apresentou foi um caderno de intenções que está previsto no plano estadual, o que é preciso é que esse plano estadual vire um plano de governo do estado tá? Sem isso não teremos garantias futuras para sustentabilizar isso, seja no paraíba do sul, seja no guandu, seja lá no das ostras em Macaé, porque não é só o paraíba do sul e guandu que vem o problema do stress tá? Então na verdade o que a gente precisa colocar para ser discutido, passado esse momento de crise, né, de estresse, que está sendo encaminhado na medida do possível e bem encaminhado pelos gestores, pelos operadores é de que a gente construa um modelo usando o plano estadual, se fala em reflorestamento em revegetação, mas da onde vai sair o dinheiro? Isso é o que precisa ser dito, se fala em PCA, da onde vai sair o recurso para o PCA? Precisa regulamentar o PCA, enfim temos uma série de questões para ser resolvidas que estão lá no plano estadual e esse plano precisa ser assumido pelo governo do estado. Essa é a nossa mensagem. Bom, o que a gente vê agora nessa crise, eu lembro que quando eu assumi o comitê guandu e ano passado eu combinei com o conselho estadual e o comitê do guandu,

primeira apresentação que eu fiz para esse rio foi avaliando quais eram as vulnerabilidades da região da bacia do guandu, né? E a vulnerabilidade começava no paraíba do sul, ou seja, o problema de 2003, que estava colocado, isso estava lá no plano do guandu, isso não é desconhecido, todos os atores, todos os gestores, todos os técnicos, os docentes, estavam sabidamente que isso poderia acontecer, a gente não sabia quando. Eu fiz essa apresentação, foi a primeira apresentação que eu fiz para, se não me engano foi na FIRJAN, e chamei a atenção para a vulnerabilidade do ponto de vista de quantidade, por causa de um lado da qualidade e volto a reforçar, o secretário não está mais aqui, a Eliane está, nós temos um outro problema, a vera alertou do problema de qualidade, em relação a qualidade da água do rio, nós temos uma, o rio paraíba do sul e o guandu extremamente vulneráveis, mais vulneráveis ainda em termos de acidentes ambientais por conta da falta de água, então ter um acidente hoje ambiental no guandu, no paraíba do sul com o volume hídrico disponível é extremamente complicado tá? Então quando se fala assim por exemplo de se usar lajes, né, de uma forma sem critérios, Lages é aquela reserva que no momento de acidente ambiental o guandu vai ter que usar. Então eu gostaria de chamar a atenção para esse aspecto da qualidade né, envolvida a situação de um acidente ambiental. Acho que esse gabinete de crise deveria incluir e também intensificar os cuidados relacionados a um possível acidente. Quero relatar aqui o que já foi passado para a Eliane na sexta feira, nós tivemos mais uma vez, porque isso é semanalmente, um acidente em que um caminhão transportando esgoto de volta redonda, eu não entendo porque isso, saindo do Shopping Center de Volta Redonda quase causou um acidente virando próximo a um afluente do guandu, ou seja em duas ou três horas, trinta mil litros de esgoto cairiam na calha do guandu, é preciso que a gente tenha atenção, tanto no guandu quanto no paraíba mais ainda quanto a esses problemas, trabalha-se com quantidade e isso está sendo bem feito, está sendo feito o que é possível, mas precisamos ter dentro desse gabinete de crise, atenção para intensificar ou ter mais atenção para a possibilidade de temos acidentes ambientais e como podemos cooperar nessa situação, tá? Então eu acho que esse é o recado que o conselho estadual dá é de que o principal dentro dessa crise toda é de que a gente tenha um plano estadual de **(áudio não compreendido 12:31)** que foi muito bem construído, ele é objetivo, mais que tem que ser assumido pelo governo do estado, principalmente em termos de aplicação de recurso. Ok? Obrigado e boa noite.

RODRIGO TIMÓTEO: a senhora Eliane está pedindo só para falar uma réplica rápida, mas eu já peço para quem quiser, se inscrever para fazer perguntas por favor já venha para fazer essa pergunta enquanto a gente vai respondendo.

ELIANE: só para dizer Décio, a primeira coisa quanto ao acidente ou um possível acidente lá em Paracambi se não me falha a memória, foi passada para a nossa superintendência regional, inclusive para fazer todos os procedimentos de fiscalização, então o INEA tomou providencias a partir daquela demanda que você nos fez e está realmente...

DÉCIO: eu sei disso, o problema foi o acidente.

ELIANE: graças a deus não foi um acidente, e também, até respondendo uma questão que foi levantada, não me lembro por quem, acho que foi à vera, eu gostaria até de ouvir o Leonardo depois, vera, quanto a questão do monitoramento, gostaria de esclarecer, as pessoas, nós temos dois tipos de monitoramento, monitoramento da qualidade da água, e o monitoramento da qualidade da água e nós temos ao todo trinta e oito pontos de monitoramento de qualidade, sendo que na calha do paraíba do sul são dezessete pontos em que o monitoramento é mensal, nos afluentes do paraíba do sul são vinte e um pontos com monitoramento trimestral em vinte parâmetros, essas estações são automáticas, aliás, desculpa, essas estações dificilmente, é

impossível elas serem automáticas, porque você para fazer uma qualidade, uma análise, você não tem como dar respostas imediatas a não ser para certos parâmetros que são como turbidez ou OD que isso aí você pode fazer na hora, quantitativo, mas para parâmetros maiores como DBO, DQO, nitrogênio, coliformes, você não tem como fazer a estação ser automática, por outro lado, nós temos também esse monitoramento em tempo real dos principais rios que são responsáveis pelo abastecimento do Guandu, no caso o Guandu com duas estações, o Imuná com uma barragem e outras quatro na bacia, de Turnaíba com um no rio São João, e trinta e nove estações telemétricas, com a função de monitorar essa questão da disponibilidade hídrica, nós temos sim, no link e infelizmente ele não está bom, no site do INEA tem dois links separados que nós agora estamos trabalhando para que ele seja um só e possa dar a resposta para vocês de forma imediata, mas existe no site do INEA um link tanto dos pontos de monitoramento de qualidade quanto de quantidade.

RODRIGO TIMÓTEO: bem, quem tiver perguntas, quem quiser... eu acho que ali tem pergunta, o senhor pode vim aqui fazer a pergunta?

SÉRGIO SUIAMA: eu acho que a gente já podia fazer alguns encaminhamentos e pensar em algumas direções, o que eu tive aqui então ouvindo todos os senhores durante todo o dia, eu acho que algumas soluções já foram propostas, mas o que eu tenho que concordar com o colega representante do conselho estadual é que eu acho que muitas, o que eu vejo é assim, há uma situação emergencial que está sendo monitorada a questão da qualidade da água, a questão se está tendo intrusão salina de sal ou não nas indústrias, se a qualidade da água que a população do Rio de Janeiro bebe está sendo adequada ou não de acordo com os parâmetros do CONAMA, etc. mas o que eu vejo, é que especialmente em relação a essas medidas de médio e longo prazo, a gente não vê uma proposta mais concreta vinda por parte das autoridades. Infelizmente o representante da SEDAI não está aqui, mas eu acho que seria, por exemplo importante a gente discutir a questão do saneamento, quais são as medidas que buscam ali resolver o problema do saneamento naquela região, especificamente naqueles rios. O rio Ipiranga, poços, não é isso? Ipiranga, poços e queimados. Quer dizer, o que eu li e o que eu fiquei durante todo esse processo, que eu fiquei sabendo, uma das questões, é que, uma parte da água do Guandu é necessária para poder dissolver a poluição que está neste três rios e que se não estivessem poluídos necessitaríamos menos água do Paraíba do Sul, para abastecer o sistema Guandu para poder então não sei se é diluir tanto esses poluentes.

JOÃO DA HORA: eu acho que isso eu posso começar a responder, e está aqui o que o diretor que opera o Guandu, isso eu posso começar a responder, aliás dois pontos, tanto o anterior quanto essa. Primeiro, como você viu, quando eu estava apresentando a SEDAI operava, nós tínhamos ali em Santa Cecília duzentos e cinquenta metros cúbicos por segundo, dos quais cento e sessenta eram bombeados e eram feitas a disposição para o Guandu, bom, portanto se operava com vazões praticamente o dobro da de hoje e se falava a mesma coisa. A tá se usando água para diluir o esgoto e está se tratando a água basicamente com metade e continua se falando a mesma coisa. Agora, por isso que eu vou passar para ele responder. Mas a visão me parece uma coisa repetitiva sem muito fundamento, agora, não quer dizer que não se precise tratar o esgoto, isso é outra história, precisa se tratar e sim, já temos até projeto que vai ser feito. E é isso que eu quero dizer, em termos de tirando aquilo que é notícia de jornal e as pessoas mais leigas falam, repare, o Guandu tratava o dobro da vazão, se falava isso, ele trata hoje metade da vazão, portanto no mínimo a concentração hoje é o dobro, porque se ele reduziu a metade da vazão a concentração do esgoto é o dobro e ele continua tratando, então em princípio o esgoto ainda

não é o problema, não quer dizer que não venha ser e não quer dizer que não precise tratar, eu peço para você completar a resposta.

ENDES FERNANDES: boa tarde Endes Fernandes diretor de produção da SEDAI, essa questão sempre é trazida à tona quando a gente fala de redução de vazão no rio guandu, e a muito tempo se fala isso, mas hoje nós estamos provando que isso não é verdade, nós operávamos no mínimo com cento e vinte metros cúbicos por segundo, já operamos com duzentos e cinquenta, cento e sessenta, mas no mínimo, hoje estamos praticando oitenta e oito. Oitenta e oito no mínimo o que prova que essa questão na lagoa dos poços queimados e Ipiranga, não é um problema para a nossa captação, por enquanto não é, pode ser que venha a ser um problema mais a frente, amanhã temos uma outra reunião, vamos reduzir mais um pouco, temos aí uma iniciativa já de tentar reduzir mais alguma coisa e vamos continuar tratando essa água, o problema hoje de estabelecer um limite, que tem estabelecido um limite para a diminuição de vazão não é a Eta – Guandu, desde o início da diminuição de transposição, a SEDAI tem dito o seguinte, vamos contribuir porque nós sabemos que precisamos manter os reservatórios que são importantes para a gente né, e nós vamos entrar no período de estiagem agora, embora tenha recuperado um pouco, nós vamos entrar no período de estiagem, no pior período e novamente vamos ter os reservatórios caindo novamente de nível. Então para a gente é importante manter o nível do reservatório por isso estamos contribuindo e estamos aceitando essas reduções, o limite hoje está na foz do rio guandu, está na foz em relação a intrusão da língua salina e a possibilidade daquelas quatro indústrias que já foram bastante faladas aqui captar água e manter os seus processos produtivos, com relação a bacia hidrográfica do rio poços queimados – Ipiranga e Ipiranga – cabo sul, a SEDAI já está até em acordo com o comitê guandu, os recursos do comitê guandu, a SEDAI contratou projetos, tem projetos hoje de esgotamento do tratamento, para todos os municípios para que toda aquela bacia ali contribuinte do rio guandu.

SERGIO SUIAMA: então, mas a minha dúvida concreta é essa, se esses três rios fossem limpos, não fossem poluídos, quanto de água seria necessário, do paraíba do sul para abastecer o sistema guandu?

ENDES FERNANDES: não, você não entendeu ainda. Não há nenhuma interferência hoje, com relação da água que vem do paraíba do sul e a qualidade da água do rio poços queimados – Ipiranga, não há, nós estamos reduzindo independentemente da qualidade da água do rio dos poços queimados – Ipiranga, independentemente da água daquela lagoa que forma a confluência desses três rios e está sendo feita a transposição, nós não estamos levando em conta o seguinte, a o limite é “X” setenta ou oitenta, sessenta, por conta dessa lagoa. Não estamos levando isso em conta.

JOÃO DA HORA: deixa eu tentar complementar um pouco essa pegada. Como eu falei na minha fala, talvez tenha sido rápido demais, o problema do guandu é nível da água, não é uma vazão, é nível de água, ele precisa ter um nível e o nível da água precisa chegar até lá setecentos e cinquenta metros depois se não me engano, da entrada da captação do guandu. E para se ter esse nível da água, ele precisa ter uma vazão tal, na hora que a vazão diminui, né, o nível da água diminui, aí eles vão fazendo operação, vão fazendo as adaptações necessárias e fechando cada vez mais as comportas do guandu para que o nível volte a subir, e isso eles vão regulando ponto a ponto no detalhe, por isso que eles dizem que tem que ser paulatinamente para ir se tentando se consegue, porque se a água não chegar lá, as bombas que jogam, cá pegam essa água depois do desenerador que já está a setecentos e cinquenta metros a frente, essas bombas tem que pegar essa água e jogar a três quilômetros, três quilômetros e meio de distância aonde está a estação, o problema é...

SÉRGIO SUIAMA: o problema é que se isso fosse limpo ou sujo não faria a menor diferença?

JOÃO DA HORA: não isso claro que faria, a diferença, vou tentar esclarecer, sempre melhor uma água mais limpa que é porque usam menos produto químico para tratar, eu preciso de menos produto químico, eu posso tornar ela mais barata, ou mais cara se ela estiver mais limpa ou mais suja. Até agora, a SEDAI está dizendo que não encontrou nenhuma dificuldade desse problema do rio dos poços queimados – Ipiranga, porque ainda consegue tratar da mesma forma, o problema deles tem sido o nível da água, para que possa afogar, ou seja, que a água chegue nas bombas e posse bombear.

RODRIGO TIMÓTEO: mas se a questão fosse engenharia, me desculpe minha ignorância se eu estiver falando besteira, mas na verdade assim, a gente está falando em oitenta e oito metros que vocês estão trabalhando, metros cúbicos por segundo, e a gente está falando pelo menos o que foi informado aqui talvez os dados estejam equivocados, que necessitavam de quarenta e seis metros por segundo que era distribuído pela SEDAI, depois de captado,

ENDES FERNANDES: ai capta hoje quarenta e cinco metros por segundo.

RODRIGO TIMÓTEO: ele capta hoje, mas na verdade dentro da vazão do rio precisa de oitenta e oito para você conseguir captar quarenta e seis?

ENDES FERNANDES: não, presta atenção. Hoje está com oitenta e oito, o que nós fizemos, o Briar mostrou umas fotos aqui, nós fizemos o seguinte, nós temos duas barragens, barragens de nível, a barragem auxiliar tem três comportas e a barragem principal tem sete comportas, tá? Com o decréscimo de vazão essas barragens vão sendo fechadas e o excedente de água que a gente não capta passa por cima, verte por essas comportas, o que nós fizemos foi elevar a crista dessas comportas, então vocês viram ali que tinham soldadores soldando perfis metálicos....

RODRIGO TIMÓTEO: e você colocam para aumentar o nível...

ENDES FERNANDES: e a gente coloca o transforme de madeira eleva a crista dessas comportas e mantém esse nível, independentemente da quantidade de água que vier, nós vamos manter esse nível entendeu? Se vier quarenta e cinco metros por segundo eu mantenho o nível lá, eu seguro, eu aumento a crista da minha comporta e seguro essa água lá e capto essa água.

RODRIGO TIMÓTEO: mas isso não seria viável?

ENDES FERNANDES: não seria viável do ponto de vista ecológico, não seria viável porque as indústrias vão parar né, porque tem, essas indústrias, quatro indústrias.

JOÃO DA HORA: a limitação hoje são as indústrias, não é a SEDAI.

ENDES FERNANDES: as quatro indústrias que nós estamos falando (áudio não compreendido 25:49) são lá no final do canal, se tiver quarenta e cinco e eu estiver captando quarenta e cinco não sobra água para ninguém e nem vazão ecológica né, a gente está falando de vazão aqui, nem falamos de vazão ecológica, nós falamos de manter as indústrias, falamos de manter o guandu funcionando, não falamos de vazão ecológica, quer dizer, esse é um problema do nível, que a gente solucionou elevando a crista das comportas. Até o momento a contribuição dos rios poços queimados e Ipiranga em relação a vazão do guandu, ela é muito pequena. É uma vazão muito pequena, embora seja uma água poluída, tem uma vazão muito pequena. Então o que acontece hoje é que a gente tem que gastar mais produtos químicos para tratar essa água, muito bem falou o sub secretário, isso não impede que a gente trate a água, e falou lá, se a gente não limpar esses rios não vai ser melhor? Lógico, vai ser melhor, vai ser melhor para a gente tratar,

vamos gastar menos produtos químicos, mas essa qualidade de água, não impede ainda a gente de tratar a água, pode ser que mais para a frente a gente tenha um outro cenário, o cenário é muito dinâmico, mas nós estamos trabalhando para inclusive permitir uma redução maior de transposição, conseguindo captar, conseguindo tratar e conseguindo manter o abastecimento sem nenhum problema.

SÉRGIO SUIAMA: com relação a indústria, qual é o limite mínimo para que não haja risco de intrusão salina?

JOÃO DA HORA: já gera.... Elas não estão aguentando agora, o que é que está se fazendo? Está se prejudicando a SEDAI, me corrija os números se eu estiver errado. Um dia joga-se uma vasão menor e no dia seguinte joga-se uma vasão maior, pode na média ser a vasão definida. A vasão definida é agora....

ENDES FERNANDES: cento e oito com noventa e oito a média é noventa e oito.

JOÃO DA HORA: isso, a média é noventa e oito, sendo que um dia deixa-se passar, chega no guandu oitenta e oito e no outro dia cento e oito, no dia que passa cento e oito, elas conseguem pegar e armazenam água para dois dias, é isso que eles estão fazendo, mas mesmo assim, nos dias de cento e oito tem tido dias inteiros, dependendo a maré, dias inteiros que eles não conseguem pegar água, eles já estão com água que.... A salinidade entrou, e a captação deles, na última já, na fábrica de catalisadores que é a última já, aquela que já está a seis quilômetros de distância não está pegando, porque todos já foram pegar lá.

SÉRGIO SUIAMA: qual seria o valor mínimo de desvio para que não houvesse risco? Cento e dez já há dano?

JOÃO DA HORA: já está no limite.

SÉRGIO SUIAMA: então, quanto seria o valor que não haveria esse....

JOÃO DA HORA: que elas conseguem pegar água? Olha na realidade seria um pouco mais, mas aí tem que se fazer umas contas porque você tem variações de maré e pode ter um período, que você vai conseguir pegar e um período vai ficar livre de todos, livre, inclusive das marés mais altas, seria uma vasão bem mais alta.

DÉCIO: quando passava de sessenta eles já reclamavam de salinização.

JOÃO DA HORA: sessenta além do....

ENDES FERNANDES: só para esclarecer um pouco mais porque é que está nesses valores, cento e oito e oitenta e oito. Vou entrar um pouquinho aqui na área falcão, só para esclarecer, o que é que aconteceu qual é que foi o limite? Nós viemos reduzindo essas vasões gradativamente, até que nós chegamos a vasão de cento e dez metros cúbicos por segundo, cento e dez para o rio guandu. Quando chegou a cento e dez, de vasão, as indústrias reclamaram, elas não conseguiram captar, captaram água com muita condutividade, salinidade, e disseram, com cento e dez não está dando para a gente captar, ficamos muito tempo parados vamos ter que parar o nosso processo produtivo. E nós precisávamos diminuir a vasão, então foi uma alternativa para continuar reduzindo a vasão, voltou de cento e dez para cento e catorze, e hoje está em cento e oito, e fez um dia mais baixo para alternar e na média ter uma redução de vazão, então no dia em que está mais baixo a vasão eles não captam, eles não conseguem captar ou talvez algumas horas apenas, mas no dia que ele está com uma vasão maior, ele capta e faz reservação. Pro dia seguinte que vai reduzir a vasão, então com isso a gente arrumou uma

alternativa e reduzir a vazão na média mas manter um dia mais alto para eles conseguirem captar.

JOÃO DA HORA: agora, bom, esgotou? Só falando que nós temos um outro problema que foi comentado aqui, que é lá a barragem de Guapiaçu, a barragem do Guapiaçu, do lado de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, ilha de Paquetá e agora maricá também, não há alternativa, e lá não tem reservação, e nós estamos com um déficit hoje, lá a estação, me corrige se eu estiver errado, lá a estação, a captação de laranjal é para sete metros cúbicos por segundo, ela muitas vezes não está chegando sete metros cúbicos por segundo porque não tem no rio, e não tem reserva nenhuma, porque é o rio, o rio baixou, baixou! Então nós já estamos hoje com dois milhões e trezentas mil pessoas com um déficit de um, um e meio metros cúbicos por segundo e a alternativa proposta inclusive no plano de recursos hídricos, no plano estadual, é a barragem de Guapiaçu, já está pronta, é essa a alternativa. É porque foi comentado, senão eu não tinha....

RODRIGO TIMÓTEO: perfeito. Eu acho que.... Tem mais alguém para fazer perguntas? Sim o senhor tem perguntas?

REPRESENTANTE DO PRIMEIRO SECRETÁRIO GERALDO PUDIM: bom, boa noite a todos, eu venho representando o primeiro secretário da assembleia legislativa deputado Geraldo Pudim, que esteve aqui mas passou mal, teve que ir embora e.... primeiro fazer um encaminhamento aqui para essa mesa para que possa ser consignado em ata que é um compendiozinho de todos os ofícios que a primeira secretaria e a bancada do PR fizeram a SEDAI e a todas as concessionárias que operam, cuidam de água e esgoto no nosso estado, e a principal questão é sobre o plano de contingencia operacional, né, dia quatro de fevereiro a gente fez esse encaminhamento e até agora não foi apresentado, é um plano de contingencia operacional e outro ponto que a gente tem batido muito na assembleia legislativa que foge um pouco a questão técnica é o envolvimento das diversas representações da sociedade civil organizada, porque o debate é sobre a questão da crise hídrica e parabenizar o ministério público por estar fazendo isso, abrir um debate que a gente acha que está faltando esse debate com a sociedade, é muito que se fala e as vezes a imprensa prestam de serviço, como se fala de volume morto e outras coisas, torna-se essas coisas famigeradas e não esclarecidas né e a gente acha que isso não devia estar permeando o debate sobre a crise hídrica, então primeiro fazer esse encaminhamento aqui a mesa para que possa ser consignado, né e dizer que a assembleia legislativa instalou essa semana uma CPI para tratar da questão da crise hídrica né, o primeiro passo para tentar envolver a sociedade e cobrar da SEDAI um pouco mais de transparência no trato desse processo da questão da crise hídrica porque as vezes a gente pode cair na questão do tecnicismo e na verdade não atingir realmente quem tem que atingir que é a sociedade que lá na ponta é quem de repente vai sofrer para uma eventual falha ou um eventual não planejamento para o trato da crise hídrica, bom era só isso o nosso posicionamento, deixar aqui registrado.

JOÃO DA HORA: muito obrigado, registrado aqui na ata. Alguém mais?

SÉRGIO SUIAMA: eu só mais algumas questões que eu queria, aquele famoso gráfico do ONS a respeito do uso do volume morto do paraíba do sul, né e da possível situação de agravamento a partir de agosto já entrando no volume morto do rio Paraibuna, além dessas medidas de monitoramento e de redução da vazão para cento e dez, não se eventam outras medidas que são emergenciais caso essa questão ocorra, quer dizer, o que é que vai ser feito no ponto de vista do estado do Rio de Janeiro no que diz respeito a essa questão que se coloca uma questão concreta, então eu acho que é importante a gente monitorar a qualidade da água, é importante

a gente reduzir a vazão, é importante a gente verificar se não vai haver a intrusão salina e fazer eventualmente as obras necessárias para que isso não ocorra, agora o fato que está colocado pelo o que eu entendi e eu acho que o Rodrigo concorda comigo é que inexoravelmente, neste ano e no ano que vem, nós estamos vivendo uma crise hídrica que não será solucionada, então só o monitoramento da situação, sem outras medidas que busquem a racionalização, para usar a palavra do professor Paulo Cannedo, e não racionamento, sem falar em racionamento, quais são as outras medidas que são buscadas que foram inclusive faladas aqui e até no estado e São Paulo, já se adota que é a questão de um bônus para quem economizar água, enfim, outras medidas, uma ação junto aos agricultores, de uma ação junto a questão das indústrias, foi falado mais ou menos que elas tem que achar uma água de reuso, mas quais são as medidas que são pensadas como urgentes no sentido de enfrentar concretamente o problema?

RODRIGO TIMÓTEO: só aproveitando a sua questão, eu acho que tinha que deixar bem claro aqui Sérgio, nós que vínhamos trabalhando há algum tempo com isso também é que na verdade já há uma racionalização do uso, se era comum, ou se era permitido cento e noventa como pela resolução, eu acho que isso tem que deixar bem claro para a sociedade que cento e dez é na verdade uma restrição e essa restrição hídrica na verdade tem que ser esclarecida para a população que é um racionamento, na verdade a gente está fazendo um racionamento para todos nós. As pessoas estão se virando, inclusive essas indústrias estão se virando de captadores duas vezes água no mesmo período mas eu acho também que falta e aí sim o diálogo que aí eu vou só entrar na questão do déficit democrático que na verdade não teve um déficit democrático porque a gente não participou mas talvez teve um déficit de comunicação que é para o governo do estado, a ANA e outros agentes tem o dever de falar que já há um racionamento num momento em que a gente está numa racionalização da água, no momento em que a gente reduz oitenta metros cúbicos por segundo em Santa Cecília e em toda a bacia. Então eu aprendi pegando esses pontos do Sérgio se existem medidas já adotadas ou a ser adotadas ou um plano “B” pra falar como vai ter a valorização da água, a questão das multas, a questão de restrição para algum tipo de setor econômico.

JOÃO DA HORA: bom, eu vou falar da parte da água bruta e depois da água bruta sendo tratada eu repasso para a SEDAI, na realidade está se havendo uma, como o Cannedo, meu colega falou, uma racionalização na hora, que como você muito bem falou, na hora que você passa para cento e dez, você está restringindo o uso, está racionando o uso da água e essa é a melhor medida que se pode fazer para se enfrentar a crise.

RODRIGO TIMÓTEO: perfeito, mas eu acho que teria sido importante ter reconhecido isso publicamente, está bom o senhor falar isso, porque eu acho que é importante isso para a população em geral saber que há essa restrição.

JOÃO DA HORA: não, é claro e eu tenho certeza que muitos já estão sofrendo, muito mais os que estão na própria calha, ou se abastece diretamente do rio Paraíba do Sul, porque lá ao baixar aqui a SEDAI consegue operar bem, lá a SEDAI teve problemas e está ajustando as tomadas d'água, portanto ela está se ajustando a tomada da água e vai continuar esperando e é esse monitoramento que se consegue ficar operando, na realidade é esse o monitoramento. E talvez valesse a pena explicar um pouco sobre essa história de volume morto, porque eu tive a impressão que ficou uma confusão ou ficou mal explicado, quem falou antes aqui, acho que foi até o Adacto, o que é que é o volume morto? Uma usina hidrelétrica que todas as quatro são usinas elétricas, ela tem um volume chamado útil entre o nível máximo normal e o nível mínimo normal. Em baixo desse nível mínimo normal é onde está a captação d'água, né, a captação da água e aí vai. E aí poderia estar o sistema de turbina no caso da hidrelétrica ou podia estar o

sistema de bombeamento, esse nível não pode baixar, não quer dizer que a água está parada, até porque a água passa e passa por ai, e esse nível não pode baixar porque senão ele pode provocar cavitação, é um fenômeno por entrada de ar. Então quando chega nesse nível tem que se desligar os equipamentos, mas eu posso utilizar essa água que está nesse nível, daí se historicamente o setor elétrico chama de volume morto, porque morto para o setor elétrico, mas ele é vivo porque a água entra e sai e passa por ele, ou seja, não é nenhuma água parada. Então ai está o.... por isso que o setor elétrico teve que paralisar a usina de Paraibuna e acho que também parou santa Branca não é? por causa disso. Mas existe um nível no caso de Paraibuna que é se não me engano dois e seiscentos para cima e dois milhões para baixo, mais ou menos isso, dois e seiscentos é o volume útil dois e seiscentos milhões, dois e seiscentos vezes milhão, dois e seiscentos hectômetros cúbicos. E dois milhões para baixo, dois mil vezes dez na sexta.

SÉRGIO SUIAMA: acho que foi o próprio professor Adacto ou o professor Paulo Cannedo que falou que essa água do volume morto é uma água com mais segmentos, é uma água com risco maior de poluentes....

JOÃO DA HORA: não, não creio que tenha sido o Cannedo, sedimentos sempre tem e pode depositar nessa situação mas as captações da.... Veja bem, na hora que entra no chamado primeiro volume morto é a primeira camada do segundo, segunda camada, quando chega lá no fundo sempre tem mais sedimentos daí precisa de um monitoramento maior e em alguns locais como era o Cantareira teve até que bombear, porque não se conseguir retirar. Então claro, lá no fundo pode ter certamente terá mais sedimento do que na superfície porque a água vinha num regime de velocidade de rio, um regime lótico e passa por um regime lentic ou seja de velocidades menores, então as coisas vão decantando e vai depositando no reservatório, então é claro que no fundo do reservatório tem mais sedimentos. Isso é.... eu não sei se eu esclareci...

VICENTE GUILLO: se eu puder esclarecer essa questão porque ela é muito polêmica, o Antônio da hora fez uma colocação mas foi interrompido eu gostaria de repor ela.

JOÃO DA HORA: pois não. Qualidade da água.

VICENTE GUILLO: só para esclarecer. Não, não, qualidade da água não, quantidade da água. Pelo seguinte, no caso do.... Cada reservatório tem uma característica mas para o entendimento do ministério público, no caso de Paraibuna são dois e seiscentos de volume útil e dois para baixo, desses dois para baixo seiscentos milhões são operacionais, porque ele ainda sai por gravidade. Portanto ele está em permanente renovação, então esses seiscentos milhões que nós estamos colocando na regra operacional, ele é morto para o setor elétrico mas ele é operacional para o rio, a baixo dele existem mil e quatrocentos, para a extração desses mil e quatrocentos precisa bombear, e ai a qualidade desses mil e quatrocentos é que precisa ver verificada porque ela também vai ser estratificada, mas só para esclarecer que não são os dois milhões que saem por gravidade nem são os dois milhões que tem a mesma quantidade, seiscentos milhões que saem por gravidade. Só isso.

RODRIGO TIMÓTEO: perfeito!!

JOÃO DA HORA: brigado Vicente.

SÉRGIO SUIAMA: o colega da SEDAI ia falar da questão....

JOÃO DA HORA: ainda tem mais alguém para falar? O SEDAI?

SÉRGIO SUIAMA: o colega da SEDAI ia falar da questão da racionalização do uso da água tratada.

JOÃO DA HORA: não, porque houve a pergunta aqui se eu poderia falar sobre a parte da água bruta e água tratada, obviamente....

SÉRGIO SUIAMA: é porque, desculpem a franqueza mas é que assim, monitorar e baixar o canudinho ali um pouco mais para baixo, quer dizer, é importante para garantir o abastecimento porque se não a população vai ficar sem água, agora o que me preocupa é, aquele gráfico cada vez mais descendente, cada vez mais com curvas inferiores, cada vez mais chegando perto do zero, não é? e a gente continuando ali no fundo a esperar que vai haver uma mudança climática, que São Pedro vai ajudar, e que todos os problemas vão ser resolvidos entendeu? Então o que eu me coloco é, sabendo que nós já vamos usar o volume morto, sabemos que já está essa situação de crise. Quer dizer, o que nós vamos fazer além dessa questão de baixar o canudinho e de monitorar ele, para que não haja uma poluição, para que não haja dessalinização entendeu? E ficar na promessa de que os mananciais serão tratados. É essa a minha preocupação, quer dizer, quais são as medidas efetivas tendo a noção a perspectiva concreta de que não há água suficiente.

JOÃO DA HORA: tentando esclarecer, algum de você lembram qual é a vazão média natural em Santa Cecília? Pois é, então, doutor Sérgio, a natureza em média, estão me informando aqui é superior a cento e dez metros cúbicos por segundo em Santa Cecília, muito superior, eu não tenho de cabeça aqui os valores, então certamente ela é muito superior, na hora que nós estamos fazendo com que só chegue cento e dez ali, estamos armazenando.... a natureza em tempo médio nos oitenta e quatro anos desde 1931, a série histórica, nos oitenta e quatro anos de dados que se tem, sempre chegou, inclusive nos piores anos, mais de cento e dez lá. Na hora em que se está adotando que chegue ali cento e dez está se armazenando para se vencer a crise, essa é a melhor proposta a ser feita, se gastar menos água, estamos falando de água bruta, para armazenar para o futuro. Na realidade é isso, porque em termos médios é mais ou menos o seguinte, sempre chega na minha caixa de água, dez metros cúbicos por segundo, eu estou com a caixa d'água vazia, sempre chega pelo menos dez metros, em termos médios, dez metros por segundo, eu vou gastar só cinco, portanto eu vou acumular, então é a melhor coisa a ser feita em uma crise hídrica é justamente racionamos a água bruta para cento e dez para poder armazenar e o grande acordo que foi feito ontem na realidade não tem nada a ver, é diferente dessa situação de crise. O acordo é para depois de se estabelecer a normalidade, ou seja passarmos pelo período de crise, os reservatórios estiverem cheios em uma situação normal aí passa-se a operar daquela forma. Não tem nada a ver com essa situação de crise.

JOÃO DA HORA: o doutor Murilo pediu a....

EDENS FERNANDES: é, mas eu podia falar mais sobre a racionalização? Bom, são duas coisas bem distintas, o Antônio da hora falou muito bem, nós estamos com problema de escassez de recurso hídrico, mas que ainda não afetou a disponibilidade para a captação e tratamento de água, entendeu? Nós tivemos problemas nas captações do interior com relação a nível, água para captar ainda tem, por isso que ele está falando dessa questão de baixar o canudinho né? O nosso problema é nível por enquanto, não é quantidade de água, pode vir a ser quantidade de água, mas não é ainda. E nós começamos uma campanha agora recentemente, campanha toda gota conta, quem quiser conhecer a campanha que ainda não viu é só acessar o site é www.todagotaconta.com.br uma campanha de esclarecimento, uma campanha de combate ao desperdício, porque? Não podemos ainda prejudicar a população, por exemplo com uma redução de tratamento, redução de oferta de água se eu tenho água no rio Guandu, nós estamos

falando de noventa e oito e cento e oito né? Oitenta e oito e cento e oito, no rio guandu, eu capto quarenta e cinco, e está passando na porta do guandu mais quarenta metros cúbicos por segundo, porque é que eu vou submeter a população uma redução de vazão de água tratada? Não há porque, então nesse momento não há porque, o que nós estamos fazendo sim, é uma campanha de esclarecimento e aí a mídia está cooperando evidentemente falando muito da crise, os meios de comunicação, rádio, TV, o jornal, só se fala da crise hídrica hoje com esse enfoque da crise hídrica a SEDAI lançou essa campanha, toda gota conta, contra o desperdício de água. Penso assim, no momento é esse o foco, o quadro é dinâmico, o cenário é muito dinâmico, mais na frente se a gente vier um agravamento dessa crise, uma outra campanha será lançada, pode ser até que venha a se ter o racionamento mas enquanto tiver água no rio guandu que a gente consiga captar e tratar não há porque a gente submeter a população a um racionamento ou uma diminuição de uma oferta de água.

RODRIGO TIMÓTEO: não se pode falar em racionamento quando você está utilizando água doce, boa, passando na porta do guandu para empurrar a cunha salina. Nós temos água lá para passar e temos estação para tratar. Mas nós não temos que desperdiçar.

EDENS FERNANDES: uma outra situação, eu não vou falar isso aqui, para dizer que a gente está em uma situação confortável não porque não estamos.

RDRIGO TIMÓTEO: é porque bem do que a gente está falando parece que o problema é só da oferta, não é da demanda, do aumento da demanda ou da quantidade de demanda de água, só tem o problema da oferta que se chover vai tudo voltar ao normal como a gente está falando, sem ter um projeto aqui de ter soluções naturais ou concomitando o concorrente para a gente ter uma solução, porque se não a gente fecha aqui e a fala assim, a gente pode cair para setenta, cinquenta e vocês continuam captando, o que a gente está querendo tirar aqui como lição aqui, acho que é o seguinte. Se não tiver um planejamento para saber quando é que bate 10% a gente vai adotar tais, tais, tais medidas, quando bate 5% vou adotar tais medidas, porque parece assim, a gente fez uma modelagem eu até achei estranho aqui o presidente da ONS já saiu mas a modelagem que tem no site, a não, ele tá aqui, mas a modelagem que o senhor deu aqui, no site consta a modelagem nas três hipóteses, na hipótese vazão normal, 80% e 60%, e você aqui apresentaram só a de 80% que seria a mais razoável talvez para vocês, mas e se for 60% entendeu? Então assim, na verdade a gente tem que trabalhar com a questão do risco, o risco aqui é inerente para a administração pública porque aparenta que a coisa só faltou chover e na verdade quem está falando é de políticas públicas de essência, né, essência da.... Assim, eu estou em volta redonda e em volta redonda a SAI que funciona em volta redonda parou de captar por causa de nível mais eles continuam emitindo.... Só tratam 17% do esgoto e a captação deles é abaixo da CSN, eles não conseguem o tratamento da água lá, já é questionável por causa da diminuição do nível, porque não tem um guandu, da capacidade guandu. Eu só estou falando assim, desculpa o desabafo, não tenho nada contra, eu acho que até vocês estão sendo bem técnicos, mas eu acho que a gente tem que buscar aqui, se é uma tentativa de acordo é buscar uma solução que seja para ter marcos bem delimitados para a gente não passar isso daqui há cinco anos de novo, dez, sei lá. Desculpa o desabafo mas não é nada contra....

EDENS FERNANDES: olha só, eu acho que vale a pena a gente citar o seguinte, essa negociação, esse grupo de trabalho de acompanhamento das operações hidráulicas do CEVAP se reúne desde o início do ano passado tá? A crise para a gente não começou agora não. Nós estamos nos reunindo de quinze em quinze dias no início, agora a cada semana, então uma série de ações já foram tomadas, as reduções são ações tomadas e estão sendo tomadas desde maio do ano passado, não é, elas começaram essas reduções em maio do ano passado, e hoje o que está se

fazendo aqui, o que se apresentou é exatamente o fruto dessas reuniões, nós temos algumas captações no interior que vamos colocar captações flutuantes, eliminando o problema do nível, volta redonda, algumas como por exemplo são João da barra está se propondo um poço, entendeu? Então essas ações que você está falando são ações estruturadas para um agravamento da situação, já está sendo providenciado, na do Guandu também.

JOÃO DA HORA: e para o futuro foi justamente esse acordo que foi assinado ontem para que chegue, que garanta que chegue em santa Cecília, cento e noventa metros cúbicos por segundo, na realidade é isso, o acordo que em princípio vai para o supremo tribunal para o ministro Fulks, esteja os governadores, que se alinhavou, é para que se garanta para que as novas regras de operação sempre irão olhar pelo retrovisor, mas as novas regras de operação garantem que sempre chegue em santa Cecília, cento e noventa metros cúbicos por segundo, esse é o futuro. Então o futuro está sendo tratado nesse acordo. O doutor Murilo queria falar.

MULHER NÃO IDENTIFICADA: o da Hora, eu acho que a gente não poderia deixar de falar, só destacar aqui, nesse acordo, além da garantia dos cento e noventa é que agora os três estados com qualquer alteração...

JOÃO DA HORA: e do governo federal. Os quatro tem que assinar senão, não vale.

MURILO: é uma tentativa só de esclarecer um pouco os questionamentos que o doutor Sérgio Suiama fez, e que você agora nessa intervenção abordou, eu ia falar exatamente do gráfico que a ONS apresentou hoje com a simulação da operação do sistema durante o ano de 2015, chegando cento e dez metros cúbicos por segundo aí em Santa Cecília, nós vemos pelo gráfico que ele apresentou, creio que chegamos em novembro deste ano com cerca de.... Quanto resta de volume morto lá? Equivalente? Em percentual, sim mas que percentual do volume morto já se gastou ao chegar esse nível em novembro, dois terços? Então resta um terço do volume morto para gastar. Supondo que venha uma crise, que a crise se prolongue até 2016 e venha uma estação chuvosa do ano 2015 – 2016 bastante severa também com pouca precipitação, como é que fica o sistema em março de 2016? Acho que a pergunta dele é essa. Se ocorrer isso, que medidas devem ser tomadas hoje para que não chegue em março de 2016 e fale, acabou a água, vamos beber água do mar. Enfim, essa pergunta dele no extremo é isso né.

JOÃO DA HORA: eu não sei, a gente pode até repassar para a ONS até porque você como o brilhante hidrólogo que é que eu conheço, há de concordar comigo, porque você pegar uma série histórica de oitenta e quatro anos, pegar o pior ano e fazer repetir, acontecer o pior ano, você repete no ano seguinte, ele igual não, 60% dele e depois dizer assim, olha ainda pode repetir mais um, outro 60% o que é que vai acontecer? Vamos ficar sem água.

MURILO: esse cenário aí foi de 80%, creio eu.

JOÃO DA HORA: não, ele fez com 60, com 80, com 60, por isso que eu queria que ele falasse, eu diria que isso é só para esclarecer eu vou passar para ele.

MURILO: mas é possível ocorrer isso né....

JOÃO DA HORA: não, São Paulo.

MURILO: isso é dramático.

JOÃO DA HORA: é, ultrapassa mil anos, mas deixa eu.... São Paulo, São Paulo, não haveria previsão que chegaria a 25% no pior ano que já teve, não haveria previsão, ninguém teria feito uma previsão dessa.

BRIAR: o João tinha falado aqui mais cedo, essa questão do cenário tem uma imprevisibilidade, ninguém sabe o que vai acontecer, então numa situação dessa em que há perspectiva de desabastecimento, perda de volume.... Esgotamento do volume útil dos reservatórios busca-se utilizar cenários bastante conservadores, o estudo que foi feito ano passado que embasou aquelas reduções de cento e sessenta e três, cento e sessenta e cinco, cento e sessenta, estava considerando um cenário melhor do que efetivamente se verificou em 2014, o que é que se considerou? Se considerou o pior período, ano hidrológico do histórico que era o ano 1955, aconteceu 20014, vimos que a realidade poderia ser pior, então nesse estudo de agora, o que é que se observou? Aconteceu 2014, esse estudo foi concluído no final de janeiro, início de fevereiro, e janeiro já se verificava como pior do que o que tinha acontecido em 2014, então o que se...

JOÃO DA HORA: mas fevereiro não né?

BRIAR: fevereiro não, o estudo foi feito em janeiro, então em janeiro se considerou um cenário de 80% daquele que tinha acontecido, que é o pior vigente que é 2014, o que é que a gente pode falar desse cenário hoje? Esse cenário hoje está aderente, em média a realidade, não o mês de fevereiro pontualmente, mas se você olhar o período chuvoso de dezembro a fevereiro, o reflexo disso em afluências está em torno de 84% do dezembro de 2013 ao fevereiro de 2014...

RODRIGO TIMÓTEO: então já está acontecendo uma excepcionalidade?

BRIAR: sim, agora isso não quer dizer... ainda existem dois meses, mês de março, que não está igual a fevereiro mas tem chuva esse final de semana e ainda tem alguma perspectiva de chuva até o final do mês e eventualmente na primeira quinzena de abril, é um cenário satisfatório? Claro que não, a gente está com um nível de armazenamento muito baixo, a gente não está nos 10% que a gente gostaria de estar no final de novembro do ano passado, então esta questão do cenário é uma questão que existe muitas possibilidades de uso. Você sabe que temos que usar um cenário conservador, eu acho que isso é....

JOÃO DA HORA: claro, e você sabe que como quando é um estudo de risco, é questão de custo, nós podemos trabalhar com cenários muito piores e nos preparar para eles ou não, e ver até quanto e quando se trabalha com essas análises piores.

MURILO: não é o cenário não, o questionamento é quanto as medidas a serem tomadas agora para um cenário bastante ruim

JOÃO DA HORA: supondo diminuir de quarenta e seis metros cúbicos para trinta e cinco... não, claro, medidas inversão o cenário então escolhe-se um cenário muito mais baixo, é uma questão de custo, eu posso chegar ao cenário eu não acho que os 80% vasões 80% da pior série que foi não deve ser, deve ser 50, deve ser 40, e ai sim, se preparar qualquer uma medida de repente a vasão que tem que se chegar em santa Cecília não é cento e dez, é cem, é noventa, na realidade eu quero que ele entenda que está se falando disso.

BRIAR: existe uma certeza muito grande, então ano passado se decidiu cento e setenta e três entendemos que era uma decisão segura e vimos depois que não era, não há como ter uma bola de cristal e dizer que vamos chegar em uma situação mais crítica do que a atual, do que a que está se verificando.

JOÃO DA HORA: e por isso está se avaliando constantemente.

BRIAR: isso, e é por isso que esse estudo ele é....

SÉRGIO SUIAMA: a única coisa que eu acho é que infelizmente, a gente gostaria de ações mais concretas especialmente por parte do governo do estado e das prefeituras e também fazendo homenagem ao presidente da rio águas que está aqui e não conseguiu falar ainda, medidas mais concretas naquela linha que foram discutidas aqui, a questão da preservação dos mananciais, mas além, respeitando o trabalho de vocês do INEA e tudo mais, mas para além da questão do planejamento, para além da questão dos estudos e tudo mais, nós temos uma solução mais concreta para essas questões que foram colocadas, saneamento, redução das perdas da SEDAI, questão do investimento, recuperação dos mananciais, e nas margens dos rios.

ELAINE: e a longo prazo o processo de dessalinização que é o único que a gente consegue ver caso você não tenha mais água doce, não tem mais saída.

JOÃO DA HORA: mas doutor, a curto prazo nenhuma dessas medidas são.... A não ser aquilo que a SEDAI falou que ainda não atingiu ela a curto prazo nenhuma dessas meninas são efetivas, não quer dizer que não se faça não, pelo contrário.

SÉRGIO SUIAMA: o que eu acho que é o problema do Brasil é que muitas vezes a gente não... a gente acaba gerindo e eu sei porque simplesmente o governo acaba tendo essa função de gerir a crise ali, né no momentânea, garantir que não vai faltar água para o cidadão e acaba deixando de lado essas medidas que são realmente as que podem resolver o problema. Então a gente vê numa situação de morro a baixo ali, em relação a questão da água, né causada por essa questão dos mananciais, pela questão dos descontroles em relação as perdas e etc. e deixamos isso de lado entendeu? Então nós estamos colocando talvez como o principal encaminhamento que a gente possa ter nessa audiência é a necessidade de implantação efetiva das medidas de médio e longo prazo que são exigidas entendeu? E não guardar como um planejamento futuro, para deixar num plano engavetado, né, no plano nacional de recursos hídricos como uma bela peça de ficção, mas sim transformar esse plano nacional numa peça efetiva de governo, ai não depende só do INEA, depende do governo inteiro, da SEDAI, da secretaria de obras, enfim, das prefeituras de colocar em atividades.

ELIANE: mas todas as ações que foram colocadas a curto prazo, a médio prazo e a longo, são ações efetivamente que já estão acontecendo, elas não estão só no nível do planejamento. Elas já estão no nível já de ação.

RODRIGO TIMÓTEO: mas você me permite, se permite pelo menos no sul do estado a questão dos mananciais, a implementação do...

ELIANE: nós estamos na fase do mapeamento, então numa primeira eu não posso fazer um reflorestamento se eu não tenho mapa ainda.

RODRIGO TIMÓTEO: a implementação do CAR mas a CEVAP tem informação de localização, eu consegui já as informações deles...

ELIANE: daí eu já não sei, esse projeto foi feito em conjunto inclusive.

RODRIGO TIMÓTEO: então, eu acho que na verdade é isso que a gente está perguntando, hoje tem apenas quatro propriedades que tem o cadastro ambiental rural no sul do estado inteiro

MULHER NÃO IDENTIFICADA: eu passei uma reunião no distrito de bom jesus de Itabapoana...

RODRIGO TIMÓTEO: tá, mas a gente está falando de bom jesus de Itabapoana, bom jesus é no norte da cidade, eu estou falando do sul do estado, no sul do estado só tem quatro propriedades rurais que estão com o cadastro ambiental rural que eu participo inclusive com a, salve Júlia,

salve o engano né, do INEA e a gente está trabalhando com isso, então assim, o que a gente está tentando, acho que no final das contas, ninguém está um contra o outro, a gente está na verdade tentando trabalhar todo mundo junto...

ELIANE: você vê que você já está dito, já tem quatro no sul, não sei quantas já no norte, tem bastante.

RODRIGO TIMÓTEO: mas quatro no sul, não tem nem duzentos hectares.

ELIANE: mas eu estou dizendo, são ações que concretamente já começaram, elas estão... e agora a gente vai entrar, vai começar a agir mais fortemente nesse caminho.

MULHER NÃO IDENTIFICADA: mas eu acho que a apresentação da Júlia não chega a 10% ainda.

ELIANE: não, não chega a 10%.

RODRIGO TIMÓTEO: mas tá bom, acho que a gente está aqui também... eu queria só pedir aqui a gentileza de todos, aguardarem um minutinho porque eu acho que o presidente do rio águas não é isso? O senhor está aqui só está o senhor representando o âmbito municipal.

ELIANE: eu só vou pedir licença porque eu tenho um avião agora porque eu vou para Brasília ainda e vou perder meu voo.

RODRIGO TIMÓTEO: não, tá certo, muito obrigado, obrigado pela cooperação. Se o senhor puder vir aqui, a gente já integra a mesa mesmo sem a gente dissolver essa a gente já começa outra e já... né.

JOÃO DA HORA: o professor Paulo também está presente da Rio águas.

RODRIGO TIMÓTEO: a então tá ótimo.

JOÃO DA HORA: meu colega da UFI.

RODRIGO TIMÓTEO: eu acho que a gente vai brigar. Desculpa eu não ter a formalidade.... Então eu já vou apresentando aqui, eu acho que eles já estão apresentando, vou passar a palavra para o senhor Paulo Fonseca que é o presidente da fundação. Desculpa a confusão, o Paulo é o assessor e o senhor João Luiz é o presidente. Desculpa, então vou passar para o senhor João Luiz.

JOÃO LUIZ: a fundação rio águas é uma fundação da prefeitura que cuida da drenagem urbana, que cuida do manejo da drenagem urbana, notadamente da meso e da macro drenagem, mais recente em 2011 a prefeitura do Rio, ela fez uma concessão dos serviços de saneamento na área da P-5 na área do Rio de Janeiro e a partir de então a Rio águas passou a ser uma agência reguladora na prestação de serviços de saneamento que é feito, que é prestado por um concessionário que é a Foz Águas Cinco e que desde maio de 2011 passa a ser prestado por essa concessionária né, então na realidade a gente vai.... A crise, a Rio Águas então por ser um órgão que cuida do manejo de águas pluviais, a crise se instala quando nós temos enchentes, né? Então esse é o nosso papel, o papel de fazer controle de enchentes, propor medidas, que visem a fazer o controle de enchentes na região da nossa cidade, uma região extremamente vulnerável, nós temos uma quantidade grande de rios que cortam a cidade, uma quantidade de maciços, por outro lado regiões bem mais adensadas, regiões essas que pelo processo de crescimento da cidade, muitas das vezes em épocas que foram desordenadas eles acabam por propiciar que ocorram enchentes quando de altas precipitações né, então a gente procurou trazer aqui dentro do tema né, ele foge um pouco a questão hídrica na sua essência água para atividade humana,

água potável para atividade humana, atividade produtiva, mas a gente vai procurar mostrar um pouco o que é a competência da fundação rio águas, da prefeitura do Rio. Bom, só para a gente ter noção aqui do que seria o nosso patrimônio, o que é que nós temos na cidade de sistemas de drenagem né, então nós tínhamos um município que tem mil e duzentos quilômetros quadrados atravessando o município, cortando o município, nascendo ou não no município nós temos 237 cursos d'água numa extensão total de seiscentos e sessenta quilômetros, né, sistemas de meso drenagem que são galerias de porte maior que mil e duzentos milímetros, um metro e vinte de diâmetro e valas, né, com uma vasão menor, nós temos algo no entorno de oitocentos e quarenta quilômetros, somando né, as galerias de meso, as redes de meso e mais os rios e canais, a macro drenagem, nós temos algo em torno de mil e cem quilômetros na cidade do Rio, e galerias de micro drenagem num total de aproximadamente sete mil quilômetros de rede, então esse é o patrimônio que a gente tem na cidade para cuidar, né, bom, a gente faz aqui uma ilustração dos principais causadores de enchentes né, nós somos órgãos de controle de enchentes, então a gente pesquisa e diariamente a gente está desenvolvendo projetos e a gente está analisando projetos de particulares e os principais motivos de ocorrência de enchentes são primeiramente, aterros nas lagoas e na baía, infelizmente ainda acontecem ações que.... As vezes o globocop está cedo ali, o RJ móvel, pegam situações que infelizmente ainda acontecem aterros irregulares que acabam por dificultar o escoamento dessas pequenas valas, desses canais e que na ocasião das chuvas acarretam enchentes. Ocupação de encostas ou desmatamento, também é um fator, então são, a gente viveu uma boa época ai em que o crescimento das favelas era um crescimento muito grande e com os problemas de reassentamento os problemas de reurbanização procurou-se de certa forma conter essas áreas esses crescimentos horizontais dessas favelas mas o problema de desmatamento e o problema de crescimento é um problema que contribui para as enchentes né, uso do solo, nós temos cada vez mais uma cidade que cresce, né, e o uso desse solo também a medida em que você impermeabiliza ele também é um fator que vai propiciar também que ocorram enchentes e situações dessa natureza. Galerias antigas e vasão, aumento de vasão, você tem muitas das vezes a impermeabilização do solo, você tem toda aquela água que poderia estar infiltrando ela passa a escoar, muitas galerias antigas, nós fomos capital do país então nós tivemos um processo de urbanização bastante antigo em que não é raro nós encontrarmos as nossas galerias ainda de tijolinhos de forma arqueada, mas são galerias que já estão para os dias de hoje subdimensionadas, então existe todo um processo de reformulação, de remodelação, de substituição, mas a verdade é que a gente ainda tem muitas áreas que dependem de obras de substrução dessas redes né, e olha que a gente vem investindo bastante, a gente vai mostrar algumas fotos aqui de algumas intervenções que a gente vem fazendo no dia a dia ai da cidade. O problema do lixo também, por mais que a COMLURB colete o lixo não é raro a gente encontrar ainda algumas áreas de descarte de lixo, áreas essas geralmente próximas aos rios, próximas aos cursos d'água e que infelizmente acaba esse lixo ainda parando dentro dessas galerias, parando dentro desses rios e também contribuindo para as enchentes, a gente tem muita interferência de concessionárias né, de serviços públicos de modo em geral, e a gente sempre vem procurando eliminar porque são interferências dessas redes dentro das nossas galerias, a prefeitura tem um setor dentro da secretaria de conservação que cuida da aprovação e do licenciamento e fiscalização das obras de concessionária nos logradouros públicos. Mas não raramente a gente ainda encontra algumas situações que requerem remanejamentos, as vezes redes antigas, de água, de esgoto, até rede de energia que atravessam galerias e que sempre que identificadas a gente aciona as concessionárias para que essa remoção seja realizada. Muitas das vezes remanejamentos são onerosos e são de um impacto grande as vezes no trânsito e as vezes no próprio custo de se retirar essas redes de dentro das galerias né, bom,

pontes e viadutos, a gente sempre que projeta uma obra de arte, uma ponte, um viaduto, um pontilhão, a gente procura estabelecer um tempo de recorrência maior do que aquele do projeto do próprio canal da própria galeria, mas não raramente a gente encontra situações em que pontes antigas, em que obras antigas acabam por estrangular sessões de rios e de canais, então nós já tivemos situações em que essas pontes foram substituídas, mas existem ainda algumas outras que precisam ser substituídas uma vez que elas acabam por ser obstáculos quando dá ocorrências de enchentes né, condições sobre rios valas e faixas não edificantes, também é um problema, nós temos uma diretoria dentro da fundação rio águas que é a nossa diretoria de análise e fiscalização que cuida da fiscalização dessas faixas né, mas a vida como ela é, a gente acaba encontrando em áreas irregulares, com construções irregulares a beira dos rios e que acabam por estrangular esses cursos d'água. A questão do índice pluviométrico, a gente tem uma média de chuvas anuais, a gente tem no verão um período mais intenso de chuvas e são aquelas pancadas, aquelas chuvas de final de tarde, essas sim são danosas para ocorrências de enchentes e esses autos índices não tem jeito, se nós tivermos que dimensionar o nosso sistema de drenagem para a pior situação, nós não teríamos ruas, os nossos canais estariam debaixo de todas as ruas porque o rio Maracanã não poderia mais correr no meio ali da calha, na realidade o rio Maracanã iria estar em baixo da avenida maracanã então quem é profissional do meio sabe que a gente tem ali um tempo de recorrência que a gente utiliza para a elaboração dos nossos projetos, toda aquela chuva que excede esse tempo de recorrência vai causar alagamento, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Nova York, onde quer que seja, não tem jeito é inevitável, nós não podemos dimensionar as nossas galerias para a pior situação, porque se não o custo benefício aí, o auto custo de implantação vai inviabilizar essas obras, e o relevo da cidade, nós temos, nós somos uma cidade espremida entre o mar e a montanha, então tudo aquilo que precipita aqui no alto da tijuca, muito rapidamente ele vai parar na praça da bandeira não é? então esse relevo ajuda, são fatores que ajudam na ocorrência de enchentes, bom a gente trabalha de forma vamos dizer assim, por bacias, nós temos quatro bacias e nós mais recentemente juntamos as bacias de Jacarepaguá e a bacia da zona sul e formamos a bacia oceânica então nós temos uma diretoria de projetos que tem três gerencias de projetos, uma gerencia de projetos da bacia da Guanabara, da bacia oceânica e da bacia de Sepitiba, e a nossa diretoria de obras e conservação que da mesma forma, nós temos uma gerencia que cuida das obras e da manutenção dos rios e canais da bacia oceânica, na bacia da baía de Guanabara e na bacia da baía de Sepitiba. A gente fez um destaquezinho aqui para o canal do mangue, para a bacia do mangue, então nós temos basicamente cinco rios que contribuem para essa bacia do canal do mangue a gente está trazendo isso daqui por conta das intervenções que a prefeitura vem realizando dos controles de enchente nessa bacia, e os rios que contribuem então para essa bacia do canal do mangue é o rio Joana, o rio maracanã, o rio trapicheiros, o rio comprido e o rio papa couve, todas essas águas vão em direção ao mangue e aí em direção a baía de Guanabara. A gente está trazendo aqui uma foto de uma das intervenções que são esses reservatórios profundos, esse é o reservatório da praça da bandeira, é um reservatório com capacidade de armazenagem de dezoito milhões de litros de água, dezoito mil metros cúbicos e esse reservatório ele faz parte juntamente com outros reservatórios e com mais o desvio do rio Joana com um programa integrado de obras de controle de enchente nessa região da tijuca né, na região da bacia do mangue. São fotos da condição da obra aí, a laje de cobertura, essa é uma visão de dentro do reservatório, é o menor dos reservatórios, e aqui o reservatório já está em operação desde dezembro de 2013, e agora mais recente em fevereiro de 2014 nós então concluímos a reurbanização da praça da bandeira.

SÉRGIO SUIAMA: essa água que é captada da chuva, depois ela vai para onde?

JOÃO LUIZ: bom, na realidade esses reservatórios a função deles é segurar o pico da chuva no momento em que ele está acontecendo para a gente evitar que essa água causa o alagamento nos pontos mais baixos, então a gente tem uma capacidade de armazenamento dessa água de chuva e tão logo essa chuva diminua e o reservatório aumente de nível, a gente faz a devolução dessa água novamente para o curso d'água, por exemplo esse reservatório da praça da bandeira, ele recebe a micro drenagem de toda a região da praça da bandeira e baixado o pico de chuva, essa água toda é bombeada para o rio trapicheiros que é um rio que passa ali e que desagua num canal do rio maracanã, Ana Francisca eugenia e daí em direção ao Francisco Bicalho e a baía da Guanabara.

SÉRGIO SUIAMA: não há projetos para reuso dessa água?

JOÃO LUIZ: é possível que essa água, esse reservatório, ele tem uma característica diferente, né, ele tem que estar sempre vazio para poder amortecer a cheia, porque aquela chuva que se forma as quatro da tarde e que precipita e que causa o transtorno na cidade, muitas das vezes ela pode se repetir ainda na meia noite ou na madrugada, as vezes uma nova pancada de chuva da mesma intensidade que a anterior e eu tenho que estar com o reservatório vazio para ele amortecer, porque se não amortece, a água vai causar alagamento, então a nossa crise hídrica é contrária, a gente está sempre reservando a água da enchente controlando a enchente e tão logo baixe o nível de águas ali, a gente devolve essa água, é possível que essa água seja aproveitada? É até possível que uma parte dessa água possa ser aproveitada, não para um uso nobre, mas as vezes para uma lavagem de rua, fins não potáveis, agora é uma água que vem com muito detrito, muito material em suspensão, muito lixo, e infelizmente a gente tem lançamento difuso, de esgoto nos rios né, acabam atravessando comunidades, enfim, então essa água realmente é uma água que existe a possibilidade de um reuso dela? Existe, mais tem que ser melhor avaliado e talvez uma parte dela possa ser aproveitada né, para fins menos nobres. Aqui é um trecho do rio trapicheiros ali na praça da bandeira que era uma sessão em terra e também foi revestido, nós tínhamos uma ponte na saída do rio trapicheiros chegando ali na Francisco Eugenio no rio maracanã joana, aquela estreitava a sessão de desague do rio no canal do maracanã joana e essa ponte foi demolida e essa sessão então foi ampliada. Aqui é uma outra obra dentro do complexo de obras da tijuca que é o desvio do rio Joana, são três rios, rola quatro quilômetros de desvio de rios, da altura ali da UERJ, nós estamos construindo um novo túnel, esse túnel atravessa por baixo daquela maciço todo de São Cristóvão, sai na rua São Cristóvão e daí então a baía de Guanabara. Então no entorno de cem metros cúbicos por segundo, deixará de ir para a praça da bandeira, deixará de ir para essa região porque daí ele vai pegar um atalho direto e vai sair na baía de Guanabara. Cem metros cúbicos por segundo de vasão. Esse desvio. Tem, tem, tem, o próprio túnel. O próprio túnel tem uma capacidade grande de acumulação, perfeito. Bom, aqui é uma outra intervenção da rio águas, que foi finalizada recentemente, é na bacia do rio acari, nós canalizamos e retificamos um trecho de 2,3 quilômetros do rio, com revitalização de suas margens, esse rio atravessa comunidades ali na região de Honório Gurgel, então nós podemos ao longo de boa parte implantar vias laterais para facilitar a manutenção e em parte deles a gente conseguiu fazer algumas partes lineares né? Para utilização da população, outra intervenção importante que também é cargo da rio águas, são as obras de recuperação ambiental da bacia de Jacarepaguá, essas obras são obras que contam com recursos do município e recursos da união, são recursos do FGTS de empréstimos que a prefeitura apanhou né, e essas obras nós dividimos elas em basicamente três lotes, essa primeira etapa né, é o que a gente chama de lote 1A, 1B, e 1C, o lote 1A é o lote que já está totalmente concluído, tá? E ele atendeu ai esses rios que estão naquela região toda do Itanhangá de Jacarepaguá, que é o rio retiro, cachoeira, Itanhangá, amendoeira, musema, papagaio,

sangrador, são Francisco, e córrego da panela, atualmente nós estamos executando os lotes 1B e 1C. algumas imagens aqui das obras do rio Itanhangá, do rio cachoeira e do rio musema.

RODRIGO TIMÓTEO: só uma questão assim, qual é a montante de água que circula nos rios municipais assim, dentro do.... Em termos de volume, o senhor disse, eu me surpreendi que cem metros cúbicos é uma coisa que já diz está se matando aqui, você tem cem metros cúbicos aqui.

JOÃO LUIZ: ele tem capacidade de armazenar água de chuva.

RODRIGO TIMÓTEO: ele tem uma variação muito grande em termos de...

JOÃO LUIZ: uma outra atividade da rio águas é trabalhar no monitoramento juntamente com outros órgãos da prefeitura no centro de operações rio, então a rio águas tem um acento no centro de operações, nós temos técnicos que trabalham em regime de plantão vinte e quatro horas por dia, 365 dias por ano, monitorando o nível dos nossos rios, né, e a partir daí a medida em que a gente vai detectando aumento do nível desses rios, existem protocolos de acionamento de outros órgãos, defesa civil, enfim, comunicado a população que aquela determinada região está sofrendo com alagamento. Aqui é uma imagem do radar meteorológico da cidade um radar que foi comprado, adquirido depois daquelas chuvas de abril de 2010, aliás as chuvas de verão estão chegando em abril, então quando o nosso colega ali falou que a gente ainda tem dois meses, se não tivermos dois meses a gente tem próximo disso, porque em 2010 e a gente teve um fenômeno ali no dia 5/6 de abril que foi de grande intensidade, causou sérios problemas na cidade como um todo e depois desse evento, a prefeitura adquiriu um radar meteorológico, ele está instalado aqui o Sumaré, e nós temos vinte e quatro horas por dia, 365 dias por ano imagens que são geradas por esse radar e que nos balizam diariamente a gente recebe o quadro sinótico com a previsão da situação para as próximas 24 horas na cidade. Então essa é uma imagem de radar e isso foi possível depois que a prefeitura adquiriu esse radar meteorológico, porque antes a gente se guiava pelo pico do curto. Bom, a gente para monitorar o nível dos nossos rios, a gente criou uma rede de monitoramento que a gente chama de monitoraguas, então essa rede de monitoramento ela é composta por vinte e seis estações, estações que remedem em nível, precipitação né e qualidade. Nós temos dezenove estações que medem precipitação e nível e essas estações estão instaladas nesses rios, nesses locais aqui, rio acari, rio trapicheiros, a gente tem duas estações no rio trapicheiros, uma próxima ao Heitor Beltrão e outra na Francisco Eugenio, e nos demais rios, a localização dessas estações de precipitação e nível. Além disso nós temos sete estações de qualidade e nível, além de medir o nível, a gente também mede alguns parâmetros de qualidade dessa água e aí basicamente estão nas lagoas né, a gente tem a lagoa Rodrigo de Freitas, na lagoa de Jacarepaguá, na lagoa da Tijuca, na lagoa de Marapendi, e temos uma aqui na PUC no rio Rainha, aqui a gente tem uma visão geral das nossas vinte e seis estações. Uma lamenzinha aí dessa nossa campanha de monitoramento, essa estação é a estação do mar, fica no canal de Sernambetiba, é uma estação que mede precipitação e nível. De maio de 2011 pra cá como eu disse a rio águas passou a ser o órgão fiscalizador dessa concessão, do saneamento na área AP5 da cidade, na zona oeste da cidade, então na área da P5 é uma concessionária que é a foz água cinco, e no restante da cidade os serviços ainda estão a cargo da SEDAI, o abastecimento de água na cidade também é com a SEDAI.

SÉRGIO SUIAMA: a P5 é toda a zona norte e toda a zona oeste?

JOÃO LUIZ: a P5, município do rio de Janeiro a P5, de Deodoro para cima, Deodoro a Santa Cruz. Vinte e um bairros.

SÉRGIO SUIAMA: ali é a Barra de Guaratiba?

JOÃO LUIZ: também. Foz água cinco. Aqui nós temos a nossa P5 da cidade que é praticamente a metade do município do rio de janeiro a nível de território, e ela é dividida em AP 51, 52 e 53. 51 basicamente Realengo, Deodoro, Bangu, Padre Miguel. A P52 é campo grande, a P53 é Santa Cruz, Guaratiba, Pedra de Sepitiba. Aqui são as bacias de esgotamento sanitário né, na região da P5, então a gente tem algumas bacias no sentido da baía de Guanabara e outras bacias que contribuem para a bacia de Sepitiba. Aqui a gente vê a imagem de um estação de tratamento nossa, essa estação, foi construída pela rio águas e com a concessão, ela passou a ser mantida operada pela concessionária né, então esse contrato de concessão ele atende a vinte e um bairros da zona oeste, é uma concessão que tem uma previsão de investimento da ordem de 2,6 bilhões nos próximos trinta anos a partir de 2011 né, e a gente pretende ao final desse prazo atingir 90% da população da P5, pode passar, volta só na anterior, nessa atual fase de implantação do sistema estão sendo atendidas as bacias do rio Marangá, e a bacia da região ali do Catiri, na região ali de Bangu, Padre Miguel, e nesse primeiro momento estão sendo implantadas 376 quilômetros de redes, né, então a concessionária foz água cinco concentra hoje os seus trabalhos na região ali do Marangá, Deodoro, Sulacap, Realengo, toda aquela região Piraquara, toda aquela região é uma região que está recebendo as obras naquele momento, além de doze elevatórias será construída uma estação em Bangu, no Sarapuí e na estação de Deodoro que é uma estação antiga, que era da SEDAI, essa estação, ela passará por uma ampliação, e até final de 2015, início de 2016 essa estação de Deodoro ampliada já passa a receber o esgoto dessa região aonde estão sendo implantadas essas redes esses 376 quilômetros de redes. Basicamente era isso, desculpa ai se eu me alonguei, eu sei que o adiantado da hora, mas era basicamente prestar contas aqui do que faz a fundação rio águas.

RODRIGO TIMÓTEO: nós é que queremos agradecer, o Sérgio fecha né? Eu só vou agradecer a presença, você tem todo o mérito aqui que o Sérgio fez todo um investimento.

RODRIGO TIMÓTEO: e a complexidade de marcar uma reunião dessa de uma audiência pública, de conseguir uma data que todos viessem, agradecer o Sérgio, deixar também aberto o ministério público federal para o diálogo, então vou passar a palavra para o Sérgio, agradecer todo mundo e boa noite a todo mundo.

SÉRGIO SUIAMA: eu só queria encerrar a audiência agradecer né a presença de todas as pessoas que estiveram aqui, essa audiência foi gravada e vai ser colocada na internet e os procuradores, todos os procuradores envolvidos vão fazer os encaminhamentos, são muito encaminhamentos, daí então eu gostaria de fazer uma síntese desses encaminhamentos e depois decidir as medidas que vão ser adotadas no âmbito do MPF era só isso então, muito obrigada também a todos, obrigada pela equipe de apoio, ai, a Viviane o pessoal da filmagem, enfim, muito obrigado.